

MANDATO XII**ATA Nº. 6/2018****SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE JULHO DE 2018**

*Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e um membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos*

*Alves, José Eduardo Gouveia, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos, Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Daniel Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Vieira de Carvalho, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Pedro Manuel Vilaça Ferreira. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Augusto Gonçalves Ferreira, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Rafaela Araújo Couto Seara, Carlos André da Silva Alves de Sá, António Joaquim Tavares Fidalgo, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas e João Jorge Ferreira Baptista. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** João*

*Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva e José Fernando Ferreira Vilaça. **RENÚNCIA DE MANDATO:** Renunciou ao mandato o Sr. Deputado do P.S., António Pedro Gonçalves Pereira **A SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que o período de intervenção do público tinha a duração de trinta minutos, de conformidade com o artigo septuagésimo do Regimento. Em virtude de existirem treze inscrições, solicitou que as intervenções fossem mais reduzidas, para todos terem a possibilidade de intervir. Cada intervenção teria dois minutos. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção da **SRª. PRAZERES MESQUITA**, que informou que o que a levou ali foi o Centro Social “Aldeia da Gente Pequena”. A esse propósito, cumpria expor o seguinte: na reunião de Câmara de dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito na sequência do pedido apresentado pelo Centro Social “Aldeia da Gente Pequena”, IPSS, à semelhança do que vinha acontecendo com outras instituições, foi deliberado por maioria dos Vereadores a cedência, a título precário, de uma pequena parcela de terreno a destacar da área destinada a equipamento público e zona verde do loteamento do Tourido, em Real, para a construção de um equipamento destinado a creche. Essa deliberação tinha sido alvo de incompreensível polémica e oposição acérrima por parte de algumas pessoas, que tinham promovido uma série de iniciativas nas quais foram feitas considerações e afirmações injustas, que, antes de mais, ali, convinha esclarecer. A entidade beneficiária daquela parcela de terreno, era o Centro Social “Aldeia da Gente Pequena”, IPSS, que foi fundada em quatro de março de dois mil e dois e que proporcionava aos seus associados e utentes serviços de jardim-de-infância, creche e ATL. Era uma Instituição Particular de Solidariedade Social que, nos termos do artigo oitavo, do Decreto-Lei cento e dezanove barra oitenta e*

três, de vinte e cinco de fevereiro, tinha a qualidade de pessoa coletiva de utilidade pública. A parcela de terreno não seria doada pela Câmara Municipal, mas cedida a título precário e as obras e benfeitorias que nela viessem a ser realizadas, reverteriam a favor da Câmara Municipal de Braga, findo o prazo da cedência, ou, antes disso, se a Instituição fosse extinta ou lhe fosse dado destino diverso. A parcela situava-se entre as traseiras das atuais instalações da Instituição e as de uma vivenda do loteamento do Tourido, num recanto da área cedida ao domínio público, quando da operação de loteamento, para equipamentos e zona verde. A área a ceder seria apenas de quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados, sendo trezentos e dez metros quadrados para implantação de edifício destinado a creche e duzentos e setenta e cinco metros quadrados, para áreas ajardinadas, recreio e parque infantil. Ainda sobrava, portanto, muita área de zona verde com a ribeira incluída, para uso da comunidade. O edifício proposto, que, aliás, mereceu o parecer técnico favorável, teria apenas um piso e não excederia a altura dos muros de vedação das construções envolventes, sendo cumpridos todos os afastamentos legais e teria uma cobertura ajardinada de forma a que o impacto visual fosse minimizado, não prejudicando as vistas, nem a privacidade das habitações vizinhas. Essa obra iria ocupar uma área de terreno escondido e encravado entre as traseiras das vivendas, desde sempre sem qualquer utilização, a não ser para crescer mato e para outras coisas pouco edificantes. Feito o esclarecimento, em face do clima de conflito e animosidade que se gerou em relação àquela Instituição, a sua direção decidiu transmitir ao Sr. Presidente da Câmara, a quem, desde já, agradecia a sua inestimável disponibilidade e sincera solidariedade, o seguinte. “Agradecemos e saudamos que a Câmara tenha dado resposta favorável à nossa pretensão, pese embora não se tenha revelado totalmente consensual. Esta

instituição não tem vocação para conflitos e quer manter-se em completa sintonia com a comunidade em prol da qual desenvolve a sua atividade de solidariedade social. Quer ser parte de soluções e não de problemas. A cedência da parcela em questão, poderá resolver-lhe o problema de carência de instalações, mas não lhe pode criar um problema com a comunidade. Visto que a Câmara Municipal sempre mostrou uma tal abertura, vimos, aqui, perante Vossas Excelências manifestar a nossa total disponibilidade para dialogar, no sentido de se encontrar uma solução alternativa geradora de maior consenso, com terrenos que a Câmara tenha disponíveis na mesma localidade e que correspondam às nossas necessidades.” O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, fez um ponto de ordem à Mesa, por uma questão de natureza metodológica. Da parte da “Aldeia da Gente Pequena”, havia abertura para encontrar uma solução de consenso. Sabiam que era um tema objeto de polémica, que estava, hoje, na ordem de trabalhos e, para em consequência, a Câmara, normalmente, não intervinha naquele período da ordem do dia, mas julgava que poderiam abrir uma exceção, para saber se da parte da Câmara havia abertura para solicitar à Mesa a retirada do ponto e abrir-se um processo de diálogo, para se encontrar essa alternativa. Porque isso, julgava que traduziria, no período de antes da ordem do dia, no fundo, no período do público, um compromisso que permitiria, provavelmente, que se atalhasse caminho em relação àquela matéria. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que o repto que estavam a colocar era se a Câmara Municipal aceitava, ou não, aquela pretensão do promotor da “Aldeia da Gente Pequena”. E, naturalmente que, só num brevíssimo esclarecimento de um minuto, porque aquele não era o tempo para a intervenção do Executivo Municipal, aquilo que

desde o início o Executivo Municipal procurou assegurar foi a continuidade da atividade daquele equipamento social que consideravam relevante e que julgava estarem irmanados nos propósitos com a própria Junta de Freguesia, reconhecendo esse mesmo mérito. No momento a solução que o próprio Centro Social “Aldeia da Gente Pequena” preconizava era a expansão da atividade contígua à instalação que hoje tinha, no terreno de equipamento que iriam hoje ceder para esse efeito. Mas, a verdade, era que desde a primeira hora se tinha colocado a possibilidade, inclusivamente em articulação com a Junta de Freguesia, julgava que até houve uma visita por parte do Vereador Miguel Bandeira ao terreno, nesse mesmo sentido, identificar outras alternativas. Coisa que, inicialmente, o Centro não entendia como pertinente. Da sua parte mantinha-se essa disponibilidade. Portanto, se o Centro entendia que essa era uma possibilidade, reiteravam e já tinham, inclusivamente, alguns terrenos identificados na freguesia em que essa implantação de raiz poderia ser feita e, atendendo, a essa pretensão, retirariam o ponto da ordem de trabalhos. Passou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para referir que a sua intervenção se devia, pura e simplesmente, para defesa da honra. Ao longo dos últimos dias, sobretudo, na véspera da Assembleia de Freguesia extraordinária, foi inserido nas caixas de correio das moradias limítrofes perto da “Aldeia da Gente Pequena”, um comunicado vil, difamatório da sua pessoa. E dizia porquê. Porque ao longo daquele processo todo, já tinha falado com o Sr. Presidente da Câmara, a Junta não foi ouvida. Só teve conhecimento daquela situação, na sexta-feira na véspera da reunião de Câmara. Não conhecia a Direção da Creche. Não tinham nada contra a Creche e isso que ficasse bem esclarecido. Sabiam, até, que prestava um bom serviço. Portanto,

nada os movia contra a Creche. Em dois mil e onze, quando assumiu a presidência da Junta de Freguesia de Real, alguém que se dizia responsável pela Direção do Centro Social “Aldeia da Gente Pequena” foi à Junta pedir que queria alargar as instalações da Creche naquele terreno. Já nessa altura, em dois mil e onze, disse que o terreno não era da Junta de Freguesia, mas que a Junta não abdicava daquele terreno, para fruição da população. Depois, e aí estava a mentira e a falta de boa fé da Direção que não conhecia, porque nunca deram a cara, mandaram sempre as mães apresentar os projetos. O interveniente apresentou aos persentes, através de diapositivos, o local do terreno. Na Assembleia de Freguesia foi apresentada um estudo projeto pela própria Creche. No projeto não se cumpria nada daquilo que estava prevista na análise jurídica dos serviços da própria Câmara. Ligava o edifício existente com um novo edifício. Ocupava todo o terreno de equipamento e pretendiam tapar a ribeira com uma plataforma, que não sabia como a APA poderia autorizar. Todo esse terreno estava classificado em PDM, como terreno de proteção de águas da REN. Nunca mentiu. Tudo o que postou teve por base a documentação que a Câmara foi cedendo aos Deputados e aos Vereadores. O comunicado assinado pela Direção da Creche, era pura e simplesmente mentira. Não sabia se iria acionar os meios jurídicos, porque a sua pessoa foi ali maltratada. Chamaram-lhe mentiroso e que andava a manipular o povo. Estavam ali os moradores que poderiam confrontar. A segunda intervenção foi concretizada pelo **SR. DANIEL ROBERTO BATISTA GERALDO**, que disse: “Estou aqui como representante de um conjunto de cidadãos moradores da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, mais propriamente no denominado empreendimento Europa Ar- Lindo, sendo que o que nos traz aqui hoje são uma série de situações e problemas, que de uma forma direta ou indireta, afetam todos os moradores desta zona da Freguesia. Limpeza -

Vimos por este meio iniciar por elogiar o lema adotado pela AGERE - "Cidade Limpa". De facto, seria bom viver numa cidade limpa, onde os cidadãos cumprissem os seus deveres cívicos no que respeita ao depósito de lixo nos locais apropriados para o efeito, como as empresas municipais de recolha de lixo se ocupassem da recolha dos mesmos. Contudo, tal pressuposto, nomeadamente na urbanização acima referida, parece ser uma utopia, isto porque, os moradores da Urbanização Europa até dão mostras de responsabilidade cívica e de comportamentos que se coadunam com a higiene e limpeza das ruas, o grande problema é que se passam semanas, senão meses, sem que a AGERE faça a limpeza dos depósitos de lixo que se encontram fixos à iluminação pública, como se pode confirmar pelas imagens anexas. Os moloques do lixo orgânico, bem como os ecopontos (lixo reciclável) são insuficientes para o número de habitantes na urbanização. Todos os dias nos deparamos com lixo fora dos respetivos recipientes. Uma vez que se trata de um serviço pago por todos os moradores é obvio que também nos sentimos duplamente lesados, ou então, a Urbanização Europa, em Ferreiros, não pertence ao município de Braga. Esta situação carece de medidas urgentes na regularização sistemática da limpeza dos arruamentos e dos pontos de lixo, isto porque este problema afeta a saúde pública dos moradores. Segurança - A segurança é outro aspeto que nos tem vindo a preocupar, esta urbanização deixou de ter passeios, primeiro porque nunca houve manutenção das infraestruturas, e os mesmos se encontram em algumas partes em estados lastimáveis. Segundo, porque onde existem, os mesmos são constantemente ocupados por viaturas e quando os moradores ligam para a polícia para tomarem medidas não vêm porque não têm agentes disponíveis. Utopia ou não, condomínios que recorrem à

junta de freguesia para colocar sinais de proibição de estacionamento em zonas privadas, os serviços da Câmara recolhe-os por indicação policial. Nos últimos anos temos tido na nossa urbanização uma série de assaltos e de furtos, quer a pessoas, quer a viaturas, sendo que esta problemática já foi por nós exposta, a diferentes entidades, desde a PSP, à própria Câmara Municipal de Braga, na pessoa do seu Vice-Presidente, Dr. Firmino Marques, que amavelmente nos recebeu e tomou nota das nossas preocupações. Contudo, passados, alguns meses, de todas estas diligências iniciais, continuamos com o mesmo sentimento de insegurança que tínhamos até então. Quer o nível de iluminação das diferentes ruas não teve qualquer tipo de melhoria, quer o prometido aumento de rondas policiais não se verificou, pelo menos de uma forma visível, o que nos leva a crer que as nossas preocupações não foram suficientemente credíveis, para os nossos interlocutores. Urbanização – Está em processo inicial de construção, um bloco de apartamentos na zona nascente da urbanização, que sendo algo por que todos os moradores da zona ansiavam, uma vez que no fundo, tal construção representa, por um lado, a conclusão da própria urbanização e, por outro, resolve um problema de salubridade e diria mesmo que de saúde pública, que desde há alguns anos subsistia. Contudo, este processo que tinha tudo para ser bem-sucedido e bem-recebido por todos nós, tem colocado uma série de problemas que urge aqui elencar: o projeto apresentado não se enquadra minimamente no restante figurino da Urbanização, desvirtuando a mesma, em termos paisagísticos e visuais; o projeto, tal como é apresentado, não condiz minimamente com a maquete que a todos nós, atuais moradores nos foi apresentado pelo mesmo construtor, aquando da compra das nossas casas o que se traduz num logro e no limite, numa criação de falsas expectativas; por outro lado, as zonas verdes que tendo em conta a capacidade construtiva deveriam

ficar disponíveis a toda a comunidade, não estão refletidas no projeto, o que nos faz supor que existe, ao nível do licenciamento da obra algo que não está conforme a lei; no ponto acima, supomos que uma vez que a Câmara Municipal de Braga, através dos seus serviços ainda não nos disponibilizou o projeto – há um mês e meio, dirigimo-nos ao Balcão Único da mesma, tendo solicitado a consulta de todo o processo, sendo-nos dito na altura que no máximo, no espaço de quinze dias seríamos contactados de forma a que nos dessem indicação de que poderíamos consultar o projeto e até agora nada...Não queremos, como é óbvio com isto afirmar que há da parte dos serviços da Câmara qualquer intenção menos própria, contudo não deixa de ser “estranho” que um pedido que deveria ter uma resposta em quinze dias, passados trinta e cinco dias, não tivéssemos tido resposta. E que se à data não existia qualquer autorização de construção por parte do Sr. Vereador Miguel Bandeira, passou a existir desde vinte e um de junho de dois mil e dezoito. Em face de tudo o que expusemos, acreditamos que os responsáveis do nosso município, serão sensíveis a todos estes problemas, pelo que agradecemos que referente aos diferentes assuntos nos seja dado um feedback cabal, que responda às nossas preocupações. Agradecemos desde já a oportunidade que nos foi dada de expor perante tão digníssima plateia os problemas que um vasto conjunto de munícipes de Braga têm”. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. RICARDO MANUEL NEVES PINTO**, para dizer que o que o levou ali foi o tema que por muito incrível que parecesse passou a ser polémico, mas que era evidente para todos, que era uma coisa que não iriam conseguir construir ali. A voz do povo devia ser ouvida e para isso eram eleitos os nossos políticos, para respeitarem e ouvirem a voz do povo. Tinha uma lista de todos os moradores, exceto, claro, a “Aldeia da Gente Pequena”, que estava situada ao lado de sua casa, uma moradia geminada. Não sabia como

a Segurança Social permitia. Sempre agiu de boa fé. E a Senhor quando foi, disse que era uma situação provisória e de provisória passou a definitiva e de definitiva queriam tirar o pouco espaço que tinha. Não iria entrar em questões mais de engenharia e de que a Câmara não foi responsável por aquelas obras, mas que se calhar tinha acesso de quando chovia um bocadinho, aquela zona ficava completamente inundada e todas as garagens daquelas habitações ficavam inundadas com os carros lá dentro. Isso a ser feito, que não iria ser feito, porque fazia fé nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, que estimava, que lhe disse na reunião de segunda-feira, que se os moradores fossem contra, que nada era feito. Só temia que tivesse ouvido a “Aldeia da Gente Pequena”, hoje, e não tivesse conseguido ouvir o interveniente na segunda-feira. Efetivamente ela tinha mais força e ele tinha menos. A sua intervenção não era política, não era político, mas ficou com vontade. Com vontade daquele combate, porque pensava que verdadeiramente um político tinha que tomar decisões, obviamente. Mas todos tínhamos que tomar decisões, ao longo da vida. Mas havia decisões mais certas e mais erradas. E, naquele caso, achou alguma insensibilidade por parte da Câmara de não ter acedido, pelo menos à retirada do ponto, para que fosse estudado com os moradores, uma solução. E não queria com isso, que nenhum partido político tentasse tirar dividendos, por saber que poderia haver um aproveitamento político e não era essa a sua missão, porque não era filiado em nenhum partido. Ficava contente com aquela decisão, os moradores todos ficavam contentes com aquela decisão e achava ser a decisão mais acertada e iria continuar a poder viver ali em paz. E gostava de agradecer a toda a Câmara Municipal. Gostava de agradecer ao Sr. Presidente da Junta que sempre defendeu os seus interesses. Mas gostava de agradecer à Câmara Municipal. Porquê? Porque agora conhecia o Hélder, o Paulo, o César, o Luciano, agora

conhecia os seus vizinhos e até já tinham um churrasco marcado para conviverem todos. Na quarta intervenção interveio o **SR^a. SARA ALEXANDRA GOMES CORREIA**, para abordar a questão do encerramento da Escola EB um, JI, Coucinheiro, freguesia de Palmeira. A que se iria referir era a factos e não era nada inventado. Farto número um - entre este ano e o próximo ano letivo, tinham nove alunos inscritos, mais nove do que o presente ano letivo. Facto número dois – o aumento constante nos últimos cinco anos da natalidade, não só a nível nacional, que passou de sete ponto nove, para oito ponto quatro, mas em Braga o crescimento era de um ponto treze, em dois mil e treze e nove ponto dois em dois mil e dezassete. Isso fazia com que o crescimento a nível de natalidade em Braga fosse o dobro da média a nível nacional. Facto número três – o aumento da população em Palmeira. Em mil novecentos e noventa e um, eram três mil e trezentos habitantes, sensivelmente. Em dois mil e onze, eram cinco mil quatrocentos e sessenta e oito habitantes. A freguesia continuava a crescer. Facto número quatro – estava previsto um crescimento exponencial da freguesia. Caso comprovado disso era o número de urbanizações aprovadas pela Câmara, com licenciamento de construção e iria enumerar algumas, que a sua taxa de construção, ou era nula, neste momento, ou era inferior a cinquenta por cento. Tinham a segunda fase da urbanização da Quinta de São José, que apenas a primeira rua estava construída; a urbanização Villaflor, que continuava a expandir, atrás da EB dois, três de Palmeira; atrás da igreja de Palmeira existia uma urbanização apenas com uma casa construída e ainda não habitada; a urbanização da rua de São Francisco; a urbanização da rua das Violetas, perto do autódromo; a urbanização em frente à EB dois, três de Palmeira, que a ser concretizada na sua totalidade era gigante. Questionava a Câmara Municipal, como se aprovavam tantas zonas de construção e reconhecia que, possivelmente,

a maioria dessas autorizações não foi feita pelo atual Executivo, mas pelo anterior. Mas questionava como se aprovavam, tantas licenças de habitabilidade, ou seja, para construir e, depois, se quisesse fechar escolas públicas. Último facto, toda a gente sabia, e o Ministério da Educação foi o primeiro a assumir, que existiam escolas com placas de fibrocimento e que tinha sido feito um esforço pelas escolas, porque estava provado cientificamente que elas eram constituídas por amianto, que tinha propriedades cancerígenas. Na Assembleia da Junta de Freguesia foram informados, que o Ministério da Educação, disponibilizou verba para a remoção da placa de fibrocimento que existia no telhado da escola do Coucinheiro, mas que tal verba não foi usada para esse efeito. Sendo a gestão do parque escolar, das escolas primárias, da competência da Câmara, questionava o que a Câmara fez? Porque esse dinheiro não foi usado, já que ele foi aprovado pelo Ministério da Educação, para a remoção da placa do telhado da escola? Além disso, queriam mudar os alunos dessa escola, que tinha um e apenas um telhado com fibrocimento, para uma localização que estava inserida dentro de uma urbanização, com catorze prédios com telhados de fibrocimento. Estavam a expor os seus alunos a um risco, diria, pelo menos dez vezes superior. Perante os factos apresentados o aumento da população, o aumento da natalidade nos últimos cinco anos, o número de fogos para construção em urbanizações já aprovados pela Câmara Municipal e pela defesa dos seus alunos, ou seja, da saúde dos seus alunos, não havia nenhuma justificação, que levasse ao fecho daquela escola. Esperava, sinceramente, como cidadã e como munícipe de Braga, que os interesses económicos, favoritismos, amizades, não se sobrepusessem ao interesse das populações. Esperava, sinceramente, que aquela não fosse mais um caso de destruir a escola pública, para que dali a uns anos, quando a filha de um ano precisar de uma escola, ter que a pôr num colégio privado, por não haver

vagas nas escolas públicas da freguesia. Na quinta intervenção usou da palavra o **SR. PADRE VASYL BUNDZYAK**, para realçar que: “Nasci na Ucrânia, país de meus pais e meus avós. O país onde nasci tem sido ao longo dos anos, agravando-se na última década, palco de alguma instabilidade social, política, económica. Face a esta instabilidade, ocorreram na Ucrânia movimentos migratórios para o Ocidente Europeu, procurando essas massas de emigrantes alcançar locais onde fosse possível trabalhar com segurança e paz. Em dois mil e dois acompanhei um desses movimentos migratórios com destino a Portugal, e como padre prestei o necessário apoio e conforto religioso e moral. Nesta cidade de Braga, local onde me instalei e fui acolhido, onde a comunidade Ucrâniana já representa uma parte significativa dos bracarense, procurei a ajuda das entidades públicas e eclesíásticas, assim como do povo em geral, de modo a assegurar aos emigrantes ucranianos um local de culto, assim como a sua plena integração nesta sociedade lusitana. Desde logo, confesso que me sinto francamente emocionado e gratificado com a abertura demonstrada por toda comunidade com destaque para Igreja Católica de Braga. Na verdade, a igreja de Braga disponibilizou um local destinado à oração e culto religioso, onde pudéssemos rezar a Cristo nosso Salvador, clamando pela paz no Mundo, pela paz na Ucrânia. Por tudo isto, por este espírito ecuménico, os meus sinceros agradecimentos à Igreja Católica de Braga, o meu bem hajam. Por outro lado, não posso esquecer a colaboração prestada pela Câmara Municipal de Braga e pelas Juntas de Freguesia. Tenho de enaltecer a abertura e apoio que esta Edilidade tem prestado ao povo ucraniano, criando condições e colaborando na sua integração social. Estou a todos grato pela apoio e compreensão que me têm dispensado, que têm dispensado à comunidade ucraniana, contudo, não posso deixar de prestar pública e sentida homenagem aos Srs. Presidentes das Juntas

*de freguesia de Maximinos, S. Lázaro e S. Vítor que, de uma forma continuada e colaborante, têm respondido às minhas solicitações, às solicitações do meu povo em Deus. Confesso que estou surpreendido. Estou surpreendido com Portugal, país aberto ao mundo, sem preconceitos de cor, sexo ou raça. Esperamos que Portugal, com todo o seu peso histórico, consiga ajudar a Ucrânia a alcançar a paz que todos almejamos e procuramos. Estou surpreendido com os portugueses, pessoas dinâmicas e trabalhadoras, acolhedoras e sempre disponíveis a ajudarem quem os procuram. Só assim, com todos estes vetores, é que foi possível ao povo ucraniano integrar-se plenamente nesta sociedade bracarense. Portugal é hoje para nós também a nossa Pátria. Pretendemos ser dignos da vossa história, dos vossos heróis, ajudando a levantar “o esplendor de Portugal”. Foi com este desígnio, com este propósito, que constituímos a Associação Luso Ucraniana, onde procuramos ensinar a história e língua portuguesa e ucraniana, ajudando a integrar os ucranianos nesta sociedade bracarense, nesta sociedade portuguesa. Despeço-me agradecendo a atenção e tempo que me concederam para falar e, em meu nome e em nome do povo ucraniano, os meus sinceros agradecimentos, o meu muito obrigado. Viva Portugal. Glória à Ucrânia”. Registou-se a sexta intervenção pela **SR^a. ROSA DUARTE**, que disse ser representante dos pais da Escola EB um, jardim-de-infância do Coucinheiro e iria ser breve já que grande parte dos seus colegas, na reunião de segunda-feira já debateram quase todos os pontos. O ponto principal e como representante dos pais, o propósito era perguntar à Câmara Municipal de Braga, qual o ponto da situação do ofício que iriam elaborar e que iria repor a situação de um ofício que em tempos foi enviado à DGEST, entre outras entidades, a solicitar a extinção da valência do primeiro ciclo do ensino básico da Escola do Coucinheiro, Palmeira, visto ser da competência do Município participar no planeamento e gestão da rede escolar.*

*Na altura, a Câmara Municipal considerou estarem reunidas as condições pedagógicas, para propor o encerramento da valência do primeiro ciclo e o seu acolhimento na Escola Básica Bracara Augusta. Neste momento a situação era outra. Depois de debaterem todos essas situações e dos pais estarem todos unidos e de verificarem não estar a fazer nada de forma ilegal, havendo crianças deficientes, estavam a fazer tudo para que a escola se mantivesse aberta. Pediam, mais uma vez, para que a Câmara Municipal, ao elaborar o ofício, visto ser da competência do Município participar no planeamento e gestão da rede escolar, que reconsiderasse agora e mudasse o discurso, porque presentemente encontravam-se reunidas todas as condições pedagógicas, para a continuação do primeiro ciclo na Escola Básica do Coucinheiro. No primeiro ofício, propunham o acolhimento das crianças na Escola Básica Bracara Augusta. Pensava que em relação a todos os pais, independentemente da escola que estivessem a debater, isso era um princípio da Constituição, cada um escolhia o sítio onde queria colocar os filhos. Não aceitavam o ter que ser naquela escola. Cada pai decidia, porque era soberano. E isso era importante, para todos aqueles que estavam ali presentes e que os representavam, porque todos eram cidadãos da polis. Eles eram políticos, porque estavam a representá-los, mas todos eram cidadãos da polis e, como tal, eles representavam-nos, mas não os comandavam. Ouviam-nos. Orientavam-nos e ajudavam-nos naquilo que necessitavam. Por isso, aguardavam que fosse enviado um exemplar do ofício à Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Palmeira a mencionar essa situação e que no próximo ano letivo continuasse lá e se revertesse essa situação, que eles pais, tudo fariam, para que fosse revertida a situação e aquela escola tivesse muitas crianças, porque tinha todas as condições, para que isso acontecesse. Seguiu-se a intervenção da SR^a. **MARIA DE FÁTIMA**, que referiu que os encarregados de*

educação, professores, associações de pais, educadores e outros cidadãos, particularmente preocupados com as escolas, a educação e o ensino, face à inadmissível decisão do Executivo da Câmara Municipal de Braga de encerrar a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico Escolar da Morreira. “Solicito a Vossas Excelências a tomada de medidas que conduzam à não aprovação da mesma. Fazem-se pelos seguintes motivos: a decisão de encerramento da Escola do Primeiro Ciclo da Morreira, sem auscultação dos envolvidos e sem ter em conta as dinâmicas e necessidades específicas de cada caso e só poderá ser tomada ao arripio da lei. Na EB um da Morreira, existem pais com impossibilidades de se deslocarem com os seus educandos para mais longe. Apesar de ter sido dito que o transporte está assegurado, é despropositado, desde logo, porque a escola reunia as condições necessárias para o não encerramento. Tinha inscrições suficientes para ter alunos ainda que numa fase de vida tão indefesos não terem de ser obrigados a novas adaptações. Para além de estar em causa o bem-estar das crianças, também temos de referir que existem postos de trabalho em causa. A opção política é clara, discriminação das crianças e das famílias, que vivem e trabalham na zona em questão, violando, claramente, a Constituição da República Portuguesa. O encerramento da escola foi uma opção tomada sem a mínima precaução das necessidades das crianças e dos seus encarregados de educação. Esta decisão não precedeu de um estudo prévio e uma devida auscultação da população de ambas as freguesias e assim foi tomada a decisão menos adequada, porque a escola EB um da Morreira tem área de construção maior; tem área de recreio mais ampla e foi construído um parque infantil muito útil às crianças; está preparada para o futuro crescimento da natalidade. As crianças têm espaço para as aulas de desporto, caso as condições climatéricas não permitam ser ao ar livre. Efetivamente, esta decisão do

*encerramento da Escola da Morreira, a par das outras do concelho, representa o culminar da política de desinvestimento do Município nas escolas que, naturalmente, tem conduzido à concertação e valorização de escolas situadas no centro da cidade. Estas são algumas das razões pelas quais achavam que a decisão tomada não foi a mais adequada. A decisão, por isso achamos que contribui para o isolamento das populações e compromete o desenvolvimento das freguesias, por isso achamos que deve haver um retrocesso na decisão tomada e fazer o devido estudo para o concelho de Braga, que retroceda as políticas de natalidade que o país tanto reclama”. Foi apresentado um abaixo assinada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Mais uma intervenção foi registada, agora do **SR. CARLOS ALBERTO DUARTE VALENTIM**, para apresentar um problema causado pela Câmara Municipal de Braga, a Feira Semanal de Braga. Era feirante e estavam vários colegas, ali, presentes. Foram feitas obras no antigo Parque de Exposições, agora designado Fórum Braga. Agora falavam em situações provisórias, Monte do Picoto, junto ao Estádio Municipal Primeiro de Maio. Neste momento, as conclusões que a Câmara lhes dava era que iria ser mantido no sopé do Monte do Picoto. Agora, porque há um ano disseram que iriam requalificar o Parque e que voltariam para lá. Não disseram que iriam mudar de local. Não foi feita uma apresentação correta das coisas. Era uma falta de sensibilidade da Câmara Municipal, nomeadamente do Sr. Presidente. Pedia desculpa, mas não foi correto, porque deveria ter assumido que iriam mudar de local e tinha precavido a situação de arranjar um sítio correto. Para além disso, havia outras ilações a ser tiradas. Disseram um ano, era um ano. Se era seis meses, era seis meses. Não podiam jogar com a vida das pessoas assim. Devia ser tomada uma posição clara da Câmara. Disse que tiveram uma reunião com a Associação de Feirantes, dissesse qual foi, em que data foi, porque*

*desconheciam. Estava, ali, na qualidade de feirante de Braga. Achava que devia ser tomada uma posição concreta e explicar às pessoas e não mentir à população de Braga. Se quisesse acabar com a feira de Braga, dissesse de uma vez por todas. A última intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOAQUIM SOUSA DA COSTA**, que disse estar ali como feirante e informar que foi muito maltratado pela Câmara Municipal de Braga. Há perto de quarenta anos que fazia a feira em Braga e era de Braga. Ficou sem lugar, com as mensalidades todas em dia e no sorteio saiu-lhe um sítio muito bom. Foi corrido do sítio e foi à Câmara e ela não quis saber. Sentia-se muito indignado, porque a Câmara ganhava muito dinheiro com os feirantes. Cem euros por mês, trezentos e sessenta mil euros no final do ano. Tinham os deveres, mas não tinham os direitos. Agora, ganhavam para sobreviver. A Câmara não fez nada pelos feirantes, inclusive por si, porque tinha as cotas em dia e havia gente que não pagava as quotas. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação**, subordinado ao tema: “Vinte e cinco anos de prestação de serviços à comunidade e ao enriquecimento cultural, social e integral dos cidadãos”, pelo **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO, JOÃO JOSÉ DA COSTA PIRES**, que dizia: Considerando que: A Fundação Bomfim, criada em quinze de fevereiro de mil novecentos e noventa e três pela Igreja Evangélica Batista de Braga, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que, na sua Carta de Valores e Princípios, se propõe cumprir a missão de servir o homem nosso semelhante, na pluralidade do seu universo de dignidade e necessidades, sem qualquer tipo de discriminação, na defesa dos direitos fundamentais e da família, numa perspetiva de realização pessoal de quem serve e é servido; Neste contexto, propõe-se ser fonte de*

inspiração e motivação, "formando e construindo" pessoas, fortalecendo comunidades no seu relacionamento e contribuindo para um desenvolvimento sustentado com especial respeito pelo ambiente; Como consta dos seus Estatutos, a Fundação Bomfim tem por objeto atividades de carácter social e cultural de apoio a crianças, jovens, idosos, deficientes e outros excluídos da sociedade, bem como promover ações de solidariedade e cooperação entre os povos, e o seu âmbito abrange não só o território nacional mas território internacional no que diz respeito à instituição como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A Fundação Bomfim tem sido, desde a sua criação, um precioso auxiliar das famílias no apoio à infância, à juventude e à população idosa; O Colégio Bomfim (creche e jardim de infância) recebe diariamente cento e quatro crianças; os minilares Bomfim, dezoito crianças e jovens; o Centro de Dia e o Apoio Domiciliário, cerca de cem seniores; o projeto solidário, em rede de voluntariado, "Serve the City" (Serve a Cidade) vai ao encontro de mais de cinco mil pessoas em várias cidades de Portugal; Na vertente cultural, merece uma referência especial o Conservatório Bomfim, cujo auditório tem sido palco das últimas sessões desta Assembleia Municipal e ao qual foi atribuído o nome de José Sarmento, ilustre Cidadão e Músico Bracarense; O Conservatório Bomfim é um estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, com autonomia pedagógica, vocacionado para o ensino especializado da música; com cerca de quatrocentos e sessenta alunos; este estabelecimento de ensino tem parcerias privilegiadas com inúmeras escolas oficiais e privadas, em especial com as Escolas André Soares e Alberto Sampaio, ministrando formação especializada de elevado nível técnico, artístico e cultural nos diversos cursos; A Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária de treze de julho de dois mil e dezoito, delibera endereçar um voto de saudação à Fundação Bomfim,

na comemoração do vigésimo quinto aniversário da sua criação e expressar-lhe o reconhecimento do Município pelos relevantes serviços prestados à comunidade e ao enriquecimento cultural, social e integral dos cidadãos”. Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Depois, foi presente um **Voto de Pesar**, pelo **Sr. Deputado do P.S., MÁRCIO ALEXANDRE MARTINS RIBEIRO**, que dizia: “Celebram-se amanhã sete dias sobre o desaparecimento de um grande bracarense que dedicou toda a sua vida à freguesia de Arentim. Alcino Faria faleceu aos noventa e cinco anos de vida. uma vida cheia de trabalhos e cansaças em prol da sua terra, da sua comunidade, das suas gentes. num exemplo de entrega aos outros que deve constituir um farol para todos nós. Alcino Faria viveu toda a sua vida dentro do teatro, essa morada intemporal que habita a alma dos poetas e não os deixa morrer, como, por estes dias, disse Fernando Pinheiro num artigo - "In Memoriam de Alcino Pintow, que assinou no Jornal Diário do Minho. Foi em Arentim, há cinquenta anos, que fundou um dos mais sólidos e genuínos projetos de teatro amador do Concelho de Braga: o Grupo Cénico e Beneficente de Arentim. Excetuando o Grupo Cénico da Juventude Católica de Merelim (São Paio), o Grupo Cénico e Beneficente de Arentim era o único projeto de teatro amador do concelho de Braga e a sua existência e continuidade representou uma enorme prova de resistência dado o contexto rural e agrícola em que se encontrava inserido. A sua vida de ator amador começou na década de quarenta, quando representou o seu primeiro papel, como Dom Afonso Henriques. Só em mil novecentos e sessenta e oito, é que Alcino Faria teve condições para formar um grupo de teatro estável em Arentim. com o apoio de figuras como o padre David Oliveira Martins e muitos outros. A partir desse ano, Arentim viveu até hoje meio século - celebrado em maio - de comédias, dramas, farsas, revistas, realizadas segundo a sua direção e

orientação. É grande a herança deixada à nova geração arentinense. que levou à cena este ano *A Menina do Mar*, sob a batuta de Laura Pinto, filha de Alcino Faria. Alcino Faria rodeou-se de bons pintores de cenários de papel e equipou-se com um majestoso guarda-roupa teatral, cedido por uma casa de comércio do ramo - a portuense José da Carolina - para apresentar produções de grande monta, que atraíram o entusiasmo do público não só de Arentim, de freguesias vizinhas, de vários concelhos do distrito de Braga e, até, do distrito do Porto, que chegaram a trazer autocarros, para não perderem as novas estreias. Mas a vida de Alcino Faria não foi só Teatro, pois é impossível esquecer o tanto que fez enquanto autarca, enquanto Presidente da Junta de Arentim. Na verdade, o primeiro impulso para o desenvolvimento de Arentim começa, quando Alcino Faria, não sendo, ainda, Presidente da Junta, conseguiu, após muita persistência, desviar o Padre David Oliveira Martins da Freguesia da Aveleda, para a Freguesia de Arentim. É justo, é inteiramente justo dizer que o nome de Alcino Faria está intimamente ligado ao desenvolvimento de Arentim, como dinamizador de muitos momentos culturais, pelo seu papel central na construção da Igreja Nova de Arentim, por todas as infraestruturas viárias que muito contribuíram para retirar Arentim da periferia longínqua do Concelho Foi, também, enquanto Presidente de Junta membro desta Assembleia, tendo delas, tal como nós hoje, participado com brio e compromisso. Aqui, lutou por obras que dotaram Arentim de valências culturais e recreativas, tais como a piscina e o campo de jogos, não esquecendo a construção da sede da junta, assim como loteamentos a custos controlados que permitissem a fixação populacional. Referir, por fim, que o seu Grupo Cénico é detentor de um espólio incalculável que aguarda um museu para ser preservado e mostrado. O projeto e o terreno já existem, mas falta o financiamento. O projeto apresentado há cinco anos e, entretanto, alterado com

vista a diminuição de custos, acabou por não poder ser aceite pelo Grupo Cénico, pois não reunia as condições mínimas de proteção do espólio, havendo o risco de se estragarem adereços de grande sensibilidade e enorme valor histórico. As obras foram, entretanto, incluídas no orçamento participativo de há três anos, mas, infelizmente, acabaram por ainda não sair do papel e é uma situação que, o quanto antes, urge resolver. Para que se perceba bem da dimensão do espólio, estamos a falar de milhares de fatos antigos, de adereços para peças de teatro e cenários que integram este espólio adquirido e, muitas vezes, produzido pelo próprio Grupo Cénico. Alcino Pinto Faria foi espectador, ator, encenador, Autarca, benemérito, homem de bem, encarnou a lealdade e a retidão dos minhotos, deu-se ao teatro, à sua terra e à sua comunidade com verticalidade e sem olhar a custos. A Assembleia Municipal de Braga, hoje reunida, formula por isso, um voto de pesar a toda a família de Alcino Pinto Faria e aos aretinenses por esta grande perda e propõe uma salva de palmas para este farol dos autarcas bracarenses”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silencio**. Passou-se à apresentação de um **Voto de Louvor**, apresentado pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, salientado que: “O São João é de Braga e é o mais antigo e genuíno do país. Quanto a isto, não há dúvidas, Braga viveu intensamente as mais antigas Sanjoaninas do país. De catorze a vinte e quatro de junho, as Festas de São João de Braga levaram milhares a visitar a nossa Cidade, tendo sido o centro histórico e outras zonas "invadidas" por locais e forasteiros, à procura do que mais tradicional a época e a nossa Augusta Urbe tem para oferecer. As Festas Sanjoaninas da Cidade contaram com um programa vasto, dedicado à preservação e perpetuação do seu património e tradições históricas e à inovação.

*Onde podemos destacar: Cortejo Sanjoanino (carro das ervas, carros dos pastores e do Rei David); Procissão de São João; Batalha das flores; Inauguração da estátua de São João Baptista; Espectáculo Pirotécnico e Musical; Concertos de bandas filarmónicas; Desfile de bombos, cortejo das rusgas e animação de rua; Cortejo de abertura ou da Mordomia; A moldura etnográfica do Concelho (onde destacamos o Grupo Foclórico Dr. Gonçalo Sampaio, o mais antigo do baixo Minho e o terceiro mais antigo de Portugal; as associações que não deixaram desaparecer as rusgas de S. João, a cultura popular do nosso Concelho); A feira popular e a noite de São João; Os concursos e diversos eventos. Encheram-se os dias e as noites de Braga do que é genuinamente português e minhoto de gema, com as suas ruas e vielas repletas dos cheiros a manjericos e a sardinha assada, engalanadas com as decorações gaiteras e luminosas, no ar o som das músicas tradicionais e dos pequenos bailaricos espontâneos. Mas, claro que nada disto seria possível sem a preciosa contribuição dos voluntários que compuseram a Associação de Festas do São João de dois mil e dezoito, é para eles que vai um voto de gratidão e reconhecimento do Concelho de Braga, eles são o motor, a vontade e a determinação, que põem em marcha aquela que é a nossa festa mais importante, apresentando-se os festejos bracarenses com uma originalidade identitária que os individualiza entre os demais festejos portugueses em honra de São João Batista. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia treze de julho de dois mil e dezoito, promove um voto de louvor, à Associação de Festas do São João de Braga dois mil e dezoito, evidenciando a dedicação dos seus voluntários e demais participantes, na organização e operacionalização da mais importante festa concelhia”. Posto à votação foi o referido voto de louvor **aprovado com uma abstenção**. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO*

ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SIILVA, para proceder à apresentação de um **Voto de Condenação**, subordinado ao tema: "Holodomor - A Grande Fome de mil novecentos e trinta e dois e mil novecentos e trinta e três - um dos genocídios do século vinte", que revelava que: A comunidade ucraniana de Braga é uma das mais representativas e um exemplo a seguir no que diz respeito à sua integração na sociedade bracarense. Com as suas tradições, os seus hábitos, a sua cultura rica, participação cívica e religiosa, é merecedora de público reconhecimento pelo contributo que dão para uma Braga inclusiva, diversificada, multicultural e cosmopolita. Em mil novecentos e trinta e dois e mil novecentos e trinta e três a Ucrânia sobreviveu a uma tragédia horrível conhecida como, o Holodomor que sacrificou milhões de vidas humanas. O regime comunista soviético ordenou a apreensão, de alimentos às populações, bloqueou aldeias e bairros, proibiu a saída da Ucrânia envolta num cenário de fome, aboliu o comércio rural, reprimiu pessoas que se opunham ao regime e criou intencionalmente estas condições com o objectivo de condicionar os ucranianos como nação e impor a colectivização da agricultura como é destacado na Resolução do Parlamento Europeu de vinte e três de outubro de dois mil e oito. Este assunto foi objeto de uma Declaração Conjunta aprovada na quinquagésima oitava Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de dois mil e três, de uma Resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de vinte e cinco de janeiro de dois mil e seis e de uma Moção apresentada, em vinte e cinco de janeiro de dois mil e oito na mesma Assembleia Parlamentar sobre " a necessidade de uma condenação internacional do Holodomor ucraniano de mil novecentos e trinta e dois, mil novecentos e trinta e três"; foi ainda objeto de uma Resolução da Conferência-Geral da UNESCO, de um de novembro de dois mil e sete, de "Homenagem às Vitimas

da Grande Fome da Ucrânia" e, ainda, a Declaração Conjunta dos Estados-Membros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), no setuagésimo sexto Aniversário de Holodomor, em trinta de novembro de dois mil e sete. No momento em que a comunidade ucraniana bracarense desenvolve um esforço para lembrar a tragédia de Holodomor, enquanto crime contra a Humanidade, como forma de responsabilizar os seus autores e evitar que se venha a repetir no futuro, importa expressar solidariedade a uma causa como esta que visa o respeito pela dignidade humana, pelos valores da liberdade e da democracia. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em treze de julho de dois mil e dezoito, delibera:

Um - Saudar a Comunidade Ucraniana de Braga, reconhecendo a sua excelente integração e o seu contributo para a vida do nosso Concelho; Dois - Expressar a sua solidariedade com o povo ucraniano e reconhecer o genocídio que terá vitimado cerca de sete milhões de ucranianos nos anos de mil novecentos e trinta e dois e mil novecentos e trinta e três, na Ucrânia; Três - Condenar todas as formas de totalitarismo e todo o tipo de violações e crimes contra a humanidade; Quatro - Divulgar esta posição da Assembleia Municipal de Braga junto da Comunicação Social".

Posto à votação foi o referido voto de condenação **aprovado com duas abstenções e com cinco votos contra**. Usou da palavra a Sr^a. Deputada da C.D.U., **CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para, numa **Declaração de Voto**, salientar que o PSD os brindou, hoje, ali, mais uma vez, aliás, já os tinha brindado na Assembleia da República, com uma falsidade histórica. Não era verdade. Era uma grosseira violação da verdade histórica aquilo que, hoje, ali, assistiram. A Embaixadora da Ucrânia em Portugal, agastada e, hoje, ali, o PSD, dando-lhe, também, essa legitimidade, disse que houve vítimas de fome, houve um genocídio, esqueceu

*completamente o rigor histórico. E era importante que se dissesse e se repusesse a história relativamente àquele facto. Houve uma crise de cereais, naquela altura, foi verdade e foi essa crise de cereais que provocou a situação, que agora queriam dizer e queriam atribuir a outros e, nomeadamente, ao regime soviético a causa para esse genocídio. Era mentira. Foram essas as razões pelas quais na Assembleia da República votaram contra, em coerência, votaram contra, também, ali, na Assembleia Municipal. Outra **Declaração de Voto** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, dizendo que o Bloco se absteve naquela moção, pela simples razão de não ter informação suficiente, para formular um voto definitivo sobre essa matéria. Tinham conhecimento, aliás estiveram numa exposição promovida por uma Associação Ucrâniana no Museu Dom Diogo de Sousa, simplesmente consideravam que aquilo era uma questão que afetava, em primeira mão, a relação de dois povos, os povos da União Soviética e Ucrâniana, que respeitavam, tanto um como outro. A cidade de Braga tinha gente da União Soviética e da Ucrânia, ambos mereciam o seu respeito. Era evidente que a sua abstenção não significa que condenassem de forma, isso sim, perentória, todo e qualquer autoritarismo e toda e qualquer violação dos direitos humanos, verificassem-se elas onde fosse. Tanto fazia que fosse na Ucrânia, como na União Soviética, como em Espanha, como em qualquer outro país. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, noutra **Declaração de Voto**, dizer que aquela matéria, levaram-na, hoje, àquela Câmara, porque entendiam que em questões de liberdade, de democracia e de direitos humanos, a todos os deveria unir. E não era por acaso, e se a comunidade prestava uma colaboração com a nossa comunidade, e se, de facto, tinha essa causa, tinha esse mérito, esse valor e essa amplitude, entendiam*

que deveriam dar, ali, eco e a razão de terem, ali, apresentado uma proposta naqueles termos. E fizeram-no, porque isso já foi aprovado nas Nações Unidas, no Parlamento Europeu, no Conselho da Europa, na OSCE, na Assembleia da República, nos Parlamentos de muitos países, foram dezenas e dezenas de países onde aquele documento foi apresentado. Toda aquela gente estava contra a verdade histórica? Julgava que aquilo que ficaram a saber naquela noite, era que ainda tinham na nossa Câmara em Braga, quem defendia e quem se queria assumir como censor da velha herança do estado comunista, autoritário, com aquele tipo de práticas, que já julgavam desmoronado, desaparecido e que apenas constava das memórias. Mas, pelos vistos, ainda tinham, ali, quem se doesse com a herança e que tivesse o distinto atrevimento de ir, ali, justificar-se com erros históricos, contra todas essas instituições, a razoabilidade de um comportamento sinistro e condenável. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para proceder à apresentação de um **Voto de Pesar**, referindo que no passado dia catorze de maio faleceu Henrique Manuel Sousa Silva e Moura. Era certamente conhecido por muitos dos que, ali, estavam. Foi, por várias vezes, eleito membro daquela Câmara. Foi, também, Vereador, Presidente da Comissão da Região de Turismo Verde Minho, Administrador da Bragahabit, membro da Comissão de Festas de São João e um distinto Bracarense. Um Bracarense com uma forma muito própria, muito apaixonada de viver a sua cidade, de viver a sua terra e viver, também, a sua participação cívica e a sua relação com a comunidade. “Lembro-me do Henrique ter sempre uma esperança muito grande nos mais jovens. Uma esperança na forma como entendia que as gerações que lhe sucediam eram sempre gerações que lhe davam mais esperança na forma como olhava e pensava o mundo. Era isso que nos transmitia. Talvez isso tenha vindo do legado, também, de ter sido,

no longínquo ano de setenta e cinco, fundador da juventude socialista, em Braga, no início de uma longa participação cívica que o trouxe, muitas vezes, aos mais distintos areópagos da nossa democracia local. O Henrique era um Bracarense, um adepto ferrenho e intenso do clube da sua terra. Nunca deixou a participação cívica, ainda que tenha deixado a Assembleia Municipal. Nos últimos tempos, nos últimos anos, fazia a sua intervenção cívica pela via digital de uma forma muito comprometida, muito viva, muito entusiasta. E, naturalmente, o Partido Socialista, para alguém que foi um grande dirigente, um grande militante, um grande cidadão, um grande Bracarense, não poderia, ali, hoje, nesta Assembleia, nesta Câmara que foi, também, a sua Câmara, deixar ficar um minuto de silêncio. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Interveio de seguida o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, para apresentar uma Recomendação do seguinte teor: “Dirijo-me a esta Assembleia, com a certeza de que é fundamental para Braga, estar presente nas mais distintas variantes, de forma a podermos mostrar o melhor que temos para oferecer. Nesse sentido, o concurso Sete Maravilhas à Mesa, conta com uma mesa de Braga a concurso que entendemos ser de enorme pertinência numa altura em que o Turismo em Portugal e nomeadamente em Braga tem crescido, e que é também através da nossa variedade gastronómica que podemos marcar uma imagem de força. E porque Braga é composto pelos seus habitantes, estas iniciativas são preponderantes para o comércio local, nomeadamente a restauração, onde se mostre a qualidade gastronómica que temos, cativando turistas nacionais e internacionais, mas também os próprios bracarenses a provarem a excelente oferta que temos em Braga, tanto em quantidade como em qualidade. Assim sendo, deixo esta recomendação a esta Assembleia, em particular à Câmara

*Municipal de Braga, divulgando em todo o concelho, Presidentes de Junta, para que possam fazer uma mobilização junto dos vossos fregueses e também a Comunicação Social, apelando ao voto neste concurso, onde se poderá votar na Mesa de Braga entre os dias vinte e vinte e dois de julho, através do número sete seis zero um zero sete zero zero dois". Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para proceder à apresentação de outra **Recomendação**, referindo que: "Em dois mil e dez, com a aplicação da Resolução do Conselho de Ministros numero quarenta e quatro barra dois mil e dez, o Governo de então pôs em marcha uma reorganização total da rede escolar, determinando, na altura, e baseando-se num critério apenas, que as escolas do primeiro ciclo não poderiam funcionar com menos de vinte e um alunos. Dizia esta resolução que um dos objetivos do conjunto de medidas avançadas para esta reorganização seria a de garantir a universalidade da educação, bem como a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar. Referia ainda que, citando, "esta orientação permitirá encerrar, até ao final do ano letivo de dois mil e dez-dois mil e onze, aquelas escolas cuja dimensão prejudica o sucesso escolar dos seus alunos". Partindo, assim, deste princípio, centenas de escolas por todo o país foram sendo encerradas, com base, única e exclusivamente, neste critério numérico. Como se nenhum outro fator pudesse ter influência no sucesso escolar das crianças ou, indo até mais longe, como se fosse possível medir de forma definitiva e quantitativa (embora saibamos que, para alguns, é mesmo só desta forma que se pode medir) o sucesso escolar de uma criança. Assim sendo, na esmagadora maioria dos casos, foram encerradas centenas de escolas do primeiro ciclo sem ter em conta as especificidades dos respetivos projetos educativos; a existência ou não de outra*

escola na freguesia ou localidade; a capacidade de resposta de uma rede escolar de transportes adequada ou reforçada de acordo com as necessidades de transporte para as alternativas apresentadas pelos municípios; a ligação das crianças ao seu meio envolvente ou ao local de residência das famílias que optavam por matricular os seus filhos naquelas escolas. Não houve sensibilidade para perceber que os serviços de proximidade desempenham um papel, e que a escola faz parte do conjunto de serviços que não devem faltar às populações, tanto por – aqui sim – uma garantia de universalidade da educação, como para fixar as populações às suas terras. No caso do concelho de Braga, na última década, encerraram várias escolas com a cumplicidade do poder municipal. Não se viu, como noutra ocasião, nenhuma vereadora ou vereador desta maioria em manifestação à porta das escolas. Não se ouviu, como noutra ocasião, nenhum vereador ou vereadora desta maioria defender com veemência a Escola Pública e o seu papel insubstituível! Este ano, deparamo-nos com mais três encerramentos: o Jardim de Infância de Mire de Tibães e as Escolas do primeiro Ciclo da Morreira e do Coucinheiro, em Palmeira. Aproveitava para saudar a presença e a coragem dos pais, tanto da Escola do Coucinheiro, como da Escola de Mire de Tibães, que durante estes dias não desistiram e prosseguiram aquela justa luta, que sim, defendia as suas escolas, os seus filhos e as suas freguesias, ao contrário do poder municipal ou da maioria municipal na Câmara. Este último caso, permitam-nos destacar, não tem ainda decisão definitiva de encerramento sequer. No entanto, teve por parte desta maioria um parecer favorável ao seu fecho, quando sabemos, através das denúncias de pais e encarregados de educação de Palmeira, que não há mais crianças inscritas porque os pais, durante o ano passado, foram coagidos a inscreverem os filhos na escola para onde, agora, se querem transferir todas as crianças que frequentam o Coucinheiro. No caso EB

um da Morreira, ouviram, hoje, no período do público, a posição dos pais e da toda a comunidade escolar da denúncia da falta de auscultação e de ouvir a opinião daqueles que estavam envolvidos. A este processo acresce o facto de haver, no total, caso sejam aceites as inscrições para o primeiro ano, quinze crianças para frequentar este grau de ensino, a que se somam as nove que frequentam irão frequentar o quarto ano. O total de alunos desta escola seria, portanto, de vinte e quatro alunos! Não podemos aceitar as justificações de desconhecimento face à situação já anteriormente reportada pelos pais e encarregados de educação relativamente às decisões do Agrupamento, como não podemos aceitar que esta maioria considere ser benéfico para estas crianças serem transferidas para uma escola que ficaria visivelmente sobrelotada com a transferência das crianças do Coucinheiro! Como não podemos aceitar que o município não se insurja contra o encerramento de mais escolas no concelho, não seja ativista, como tão bem demonstrou ser capaz em manifestações amarelas, mobilizando vereadores, assessores, quase cães e gatos até, aquando da decisão de o Governo revogar contratos de associação com escolas privadas onde houvesse uma resposta pública para as populações! As populações precisam de uma Câmara Municipal que defenda os seus interesses acima de qualquer outro; e isto implica – porque mais que possa custar a alguns – defender a manutenção dos serviços públicos existentes no território, junto das populações, como escolas, maternidades, hospitais, centros de saúde, postos dos CTT ou mesmo agências da Caixa Geral de Depósito, e não agir como se o desmantelamento dos serviços públicos fosse uma medida como outra qualquer, ou como sendo inevitável, quando apenas servem interesses economicistas e nada têm a ver com a qualidade dos serviços prestados. Precisamos de uma Câmara Municipal que seja capaz de assumir esta prioridade, que seja capaz de vestir, desta vez, esta

*camisola. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Braga recomenda à Câmara Municipal que: Um - Encete todos os esforços necessários, assumindo esta batalha como prioritária na sua acção política, para manter os serviços públicos do concelho a funcionar ao serviço das populações; Dois - No concreto, aja o mais rapidamente possível para impedir o encerramento das EB um do Coucinheiro, em Palmeira e da Morreira e do JI de Mire de Tibães, dando novo parecer à DGESTE tendo em conta os elementos de que hoje tem posse, no sentido de manter esta escola aberta”. Aberta a discussão, registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que aquela matéria era delicada, que sabiam sensível, que tinha um problema que tinha vários cambiantes, mas tinha um aspeto que, infelizmente, tinha peso e era muito determinante em algumas dessas análises, que tinham a ver com os problemas de natalidade com que o nosso país estava a ser confrontado. Mas, pela maneira como o tema, ali, foi exposto, percebeu-se que o Partido Comunista, estava mais empenhado em tentar cavalgar a onda, do que resolver o problema, porque esta foi a primeira demonstração de que a geringonça não andava oleada. Porque a Sr^a. Deputada fez referência a uma legislação aprovada no tempo do governo Sócrates e se, de facto, era tão injusto, tão grosseiro e tão desadequado, já teve com certeza a oportunidade de mover as suas influências, para que a realidade se adaptasse às suas pretensões. Ou então, não lhe conferiu prioridade e, provavelmente, tinham estado mais preocupados com outras matérias e esqueceram-se, provavelmente, daquele assunto. Braga tinha que falar mais alto, para que o Partido Comunista da terra se conseguisse fazer ouvir. Aquele processo estava em curso. Hoje, estava com particular atenção às suas intervenções, como já podiam testemunhar. Para dizer que o Município tinha manifestado uma grande atenção*

*em relação àquela matéria, sabendo que em relação àquele tema, havia responsabilidades partilhadas, algumas cabiam ao Município, mas, sobretudo, havia decisões que cabiam à DGESTE e havia, também, o diálogo e uma análise que tinha vindo a ser feita no terreno e com a evolução que se tinha verificado em cada uma das freguesias. E, também, avaliando-se em cada freguesia, havia ou não outras escolas, havia ou não outras alternativas, mas, sobretudo, salvaguardando um aspeto fundamental, que era a qualidade do projeto pedagógico e a manutenção de condições, para que as crianças pudessem, de facto, aprender em condições. Não era criando soluções postiças ou habilidosas, que se conseguiam prolongar no tempo realidades que tinham que ser analisadas, avaliadas e acomodadas. E o Sr. Presidente da Câmara sobre essa matéria, já em reunião de Câmara e já posteriormente disse que havia abertura do Município, para se encontrar, em cada freguesia, em cada realidade, soluções que salvaguardassem a qualidade de ensino para as crianças, que esse devia ser o processo que, acima de tudo, devia ficar salvaguardado num diálogo daquela natureza. Estavam num processo de construção de turmas e isso estava a ser analisado. Era um processo em curso que estava na sua fase mais delicada. O seu entendimento era que confiavam na Câmara, para que naquele diálogo entre aquelas partes se conseguia construir as melhores soluções e achavam que aquele tipo de gestão de processo político, que passava por incendiar o tema e entrar em lógicas reivindicativas só para serem simpáticos a A, B ou C, não lhes parecia a forma adequada de resolver o problema. Percebiam o objetivo do Partido Comunista, mas não alinhavam nele. Por isso, votariam contra. Retomou do uso da palavra, a Sr.^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que o Sr. Deputado João Granja, ainda que merecesse todo o respeito, de facto, hoje, estava, ali, enquanto bombeiro voluntário, talvez, porque não era de*

*certo profissional, para salvar a cara da maioria do Executivo Municipal. Devia, até, dizer, que era incrível como o PSD que foi governo durante tantos anos no país, pedisse tantas responsabilidades a um partido que estava, pura e simplesmente, representado com catorze Deputados na Assembleia da República. Relativamente àquela matéria, e que ficasse claro, até porque os pais estavam, ali, e sabiam bem como foi feito aquele processo e sabiam bem que quem geria a rede escolar aqui no município, era o Município de Braga. E, portanto, a gestão escolar tinha que ser feita, e mesmo as matrículas não podiam ser do desconhecimento de quem geria. Portanto, o papel da solução estava, realmente, nesta maioria. Não estava só na decisão da DGESTE, porque, neste caso, o parecer favorável foi da Câmara, para o encerramento de uma escola. Não foi a DGESTE que o impôs. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e cinco votos contra; com sete abstenções e com vinte e seis votos a favor**. Depois foi a vez do Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, apresentar uma outra **Recomendação**, que dizia o seguinte: “O Palácio Dona Chica é um imóvel classificado como monumento de interesse público, tratando-se de um valor cultural de importância Nacional. A autoria de Ernesto Korrodi, possui uma envolvente de três vírgula três hectares que, na opinião do PPM, daria um espaço interessante para aí se instalar um Museu de Arte Contemporânea Moderna, uma espécie de Fundação de Serralves de Braga! Está à venda por um milhão e seiscentos mil euros. A Câmara Municipal ao adquiri-lo teria, no nosso entender, oito anos para efetuar as obras necessárias para o inaugurar a tempo da Braga Capital Europeia da Cultura! O Edifício dos Bombeiros Voluntários de Braga tem os seus dias contados como Quartel! No Diário do Minho de vinte e cinco de março de dois mil e dezoito, o Presidente da Instituição não excluiu a venda do edifício ou o seu*

arrendamento! Considera o PPM, que esse edifício daria uma excelente casa da Democracia se fosse adquirido pela Câmara Municipal de Braga com o objectivo de aí instalar a sua Assembleia Municipal! A ser correta a avaliação que fizeram do Quartel, o Município teria de desembolsar um milhão e quinhentos mil euros na aquisição do Imóvel, auxiliando os Bombeiros Voluntários na construção e conceção de um novo Quartel! A existir essa compra, seria necessário efetuar as adaptações do edifício para aí se realizarem as reuniões da Assembleia Municipal, as reuniões das Comissões, as receções oficiais, etc.! Com essa aquisição, a Assembleia Municipal poderia ceder as atuais instalações, situadas na Rua do Farto, para a Polícia Municipal! O Edifício da Fábrica Confiança, datado de mil oitocentos e noventa e quatro, encontra-se em avançado estado de degradação, sem fontes de financiamento para a recuperação do edifício e aguardando resposta do Governo português a um pedido de Fundos da Autarquia! Ora, face a estes três problemas, o PPM considera que seria interessante negociar a compra do Palácio Dona Chica e do Edifício dos Bombeiros Voluntários de Braga através da venda da Fábrica Confiança com a garantia da manutenção integral da fachada, e a criação de um pequeno museu sobre a indústria de Saboaria na cidade de Braga! Existem muitos exemplos de reconversão de edifícios históricos! Veja-se como exemplo, o Edifício das Moagens de Leiria que foi transformado em Habitação ou a antiga lota de Peixe do Porto que passou para Hotel! Exemplos não faltam! E pergunta o PPM, se será preferível esperar por dinheiros públicos ou vender aos privados desde que se garanta a reabilitação e manutenção do Património edificado e da história do edifício? Existindo essa venda, no caso do Palácio Dona Chica, haveria a reabilitação de um imóvel de características únicas no Norte do País, a aquisição de uma área verde de grande dimensão, a reconversão de uma casa para um

*museu de arte contemporânea! Pergunta o PPM se é preferível deixar o edifício continuar nas mãos de privados a continuar a avançar numa degradação similar à que sofreu a Fábrica Confiança? No caso do Quartel dos Bombeiros, edifício que se encontra em perfeitas condições de manutenção, seria o regresso da Assembleia Municipal a este edifício! Pergunta o PPM se não será altura da terceira cidade do País ter um edifício próprio para albergar a casa da Democracia do Concelho? Sendo assim, o PPM convida as outras forças políticas a votar a seguinte recomendação: A Assembleia Municipal reunida no dia treze de julho de dois mil e dezoito recomenda ao executivo Municipal: Um - Que analise a viabilidade da venda da Fábrica Confiança com a garantia de que não seja vendido por valor inferior ao valor de compra, com a manutenção integral da fachada e garantia de uma pequena unidade museológica da Indústria da Saboaria de Braga. Dois - Que analise a viabilidade de aquisição do edifício conhecido como Palácio Dona Chica e a possibilidade de instalar um museu de arte contemporânea (com ou sem auxílio de fundações) até dois mil e vinte e seis. Três - Que analise a viabilidade da compra do atual Quartel dos Bombeiros Voluntários para a instalação das instalações da Assembleia Municipal de Braga. Quatro - Que existindo viabilidade dos três pontos anteriores, se analise a possível compra e venda dos edifícios em questão". Colocada à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para salientar que o PPM lhes levou, ali, uma recomendação que a poder concretizar-se, sem grande dificuldade, saíam dali todos de coração cheio. Comprar a Dona Chica. Comprar o Quartel dos Bombeiros. E, para si, tinha, até, um significado muito interessante, porque a sua estreia na Assembleia Municipal, há muitos anos, começou lá, aos sábados de manhã, que era quando reunia a Assembleia*

Municipal, nos seus primeiros tempos. O caso da Dona Chica era uma obra de Korrodi, como uma zona verde envolvente, num local excecional. Era a pretensão de muita gente da freguesia. Podia, de facto, ter enormes valências. Mas, não se tratava, apenas, de comprar a Dona Chica. Era comprar, reabilitar e ter um projeto sustentável. O Quartel dos Bombeiros, não bastava comprar, aquilo não tinha condições para que a Assembleia Municipal funcionasse. Tinha condições piores dos que as que tínhamos. Mas isso não significava que tivessem a pretensão, enquanto Assembleia Municipal, de terem um espaço com dignidade, onde a Senhora Presidente tivesse gabinete, onde os Grupos Municipais pudessem receber as pessoas. Faziam isso, hoje, em condições bem mais difíceis. As coisas tinham vindo a melhorar, mas poderiam de poder concretizar essa pretensão. E, naturalmente, que para tomarem decisões dessa natureza, porque os recursos eram finitos e já o disseram, ali, numa moção com as mesmas características, no passado, de um outro partido. Tinham que ter algum equilíbrio e ter em atenção as prioridades e, até, os projetos que o Município assumiu, que podiam beneficiar de participações comunitárias, para serem levados à prática. Mas, reconheciam a bondade da pretensão. Reconheciam as virtualidades de algumas das suas facetas. E, no fundo, porque se tratava de uma recomendação e porque mandatava o Município para estudar o tema, pois, naturalmente, iriam votar favoravelmente, dado esse enquadramento, mas, tendo a noção de que não se podia ter “sol na eira e chuva no nabal”, para poderem assegurar a concretização de todas essas obras. Em qualquer dos casos, entendiam esse como um contributo positivo, como uma pretensão positiva, um objetivo de preservação do património e desenvolvimento, no fundo, de aspetos relacionados com os nossos valores culturais, razão pela qual iriam votar favoravelmente, dada a sua natureza de recomendação, que era apontar estudos

*e análises à Câmara Municipal sobre essa matéria. A **Sr^a. PRESIDENTE DA MESA** pôs à consideração dos proponentes do PPM, se aceitavam que se votasse ponto por ponto. Interveio o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA**, para salientar que o Sr. Deputado João Granja tinha introduzido muito bem o tema e achava um tema demasiado sério, para o estarem a discutir, ali, daquela forma. Existia uma Comissão da Assembleia, à qual aquele assunto podia baixar e achava que um tema daquela natureza, que envolvia, também, investimento na cultura da cidade e no qual o PS estava muito empenhado em dedicar o seu tempo a essa discussão, nesse sentido deveriam fazer com que a proposta baixasse à respetiva Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para darem ao debate a dignidade que ele merecia. Ficou então decidido que a presente recomendação baixasse à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Seguidamente usou da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para, por seu turno, apresentar outra **Recomendação**, que revelava que: "Tendo em conta os recentes comunicados emitidos pelo STAL sobre a situação dos trabalhadores da empresa BRAVAL; Sabendo, através destas denúncias públicas, que nesta empresa parte significativa dos trabalhadores está a receber um salário base de quatrocentos e trinta e cinco euros mensais e que qualquer outro trabalhador das autarquias de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras de Bouro (municípios acionistas da BRAVAL) a tempo inteiro em regime de jornada contínua auferem, no mínimo, um vencimento mensal de quinhentos e oitenta euros, que corresponde ao Salário Mínimo Nacional; Acrescentando que a BRAVAL recorre a um valor significativo de contratos a tempo parcial (de trinta horas semanais), tendo ainda quarenta e três trabalhadores com vínculos precários de trabalho, situação excessiva e injustificada e que contribui para um maior*

*desequilíbrio entre o que é praticado no universo municipal dos seis acionistas e a empresa em questão; Considerando que tanto os trabalhadores das autarquias como os da BRAVAL (cuja entidade empregadora é, no limite, o conjunto das seis Câmaras acionistas) prestam um serviço público; Recordando, também, que sendo a BRAVAL uma empresa multimunicipal enquadrada no sector empresarial do Estado, sendo que o horário das quarenta horas é o máximo estipulado para o sector privado, nada obstando que este não possa, como acontece em várias empresas dentro e fora deste sector, reduzir o horário de trabalho sem perda de salário; A Assembleia Municipal de Braga, reunida a treze de julho de dois mil e dezoito, recomenda à Câmara Municipal de Braga que, exercendo o seu papel de acionista da empresa BRAVAL, determine: Um - A igualdade de tratamento e condições de trabalho iguais em todo o universo municipal, respeitando o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; Dois - A celebração de contratos a tempo inteiro aos trabalhadores, com horário máximo de trinta e cinco horas semanais e assegurando-lhes, pelo menos, o Salário Mínimo Nacional; Três - A celebração de outro tipo de contratos, como a termo ou a tempo parcial, apenas em situações de exceção, devidamente fundamentadas. Posta à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que aquelas matérias, porque, de facto, estava na ordem do dia, mereceu contacto com as entidades, mereceu uma análise da situação subjacente e foram, de facto, avaliar a situação existente no terreno e conseguiram perceber que a Braval era uma entidade que nasceu num núcleo relativamente reduzido. Tinha vindo a alargar as suas competências. Tinha vindo a diversificar a sua atividade. E tinha uma característica desde a sua origem. Havia, de facto, uma grande componente de trabalhadores dos espaços envolventes que, desde o início, prestavam serviço em tempo parcial e*

complementavam muito dessa atividade com trabalhos na agricultura ou outros e gostavam de permanecer nessas circunstâncias. E aquilo que verificaram, foi que correspondia, naturalmente, que alguns tinham a pretensão de migrar para horários mais alargados, mas, outros, prestavam xis horas de trabalho e tinham a remuneração legalmente compatível com os postos de trabalho que despendiam e dentro de estrita legalidade. Naturalmente, que o ideal seria que todos os trabalhadores pudessem ter um tempo de trabalho que correspondesse às suas pretensões. E o ideal era que, nesse esforço de progressão, houvesse um mínimo de contratos a prazo, que as pessoas fossem, de facto, efetivando. Acontecia que a Braval tinha, hoje, uma diversidade de trabalhos, tinha, também, picos de necessidades que, naturalmente, iam sendo satisfeitas com contratos a prazo, porque essa era, também, a natureza pela qual existia a modalidade dos contratos a prazo. Por isso, partilhavam da preocupação que tinha a ver com o ponto de vista dos trabalhadores e com a sua melhoria salarial, mas tinham, também, a noção que aqueles que eram responsáveis pela gestão da instituição, tinham que atingir objetivos e tinham, também, que assegurar uma gestão em que os recursos humanos pudessem, também, ser avaliados em função de uma realidade multifacetada, complexa, que tanto tinha exigências de natureza técnica, em determinadas funções, como tinham outras, que tinham as suas especificidades e que tinham, muitas vezes, agravamento em determinadas alturas do ano. E a sua convicção era que os instrumentos que estavam a ser usados, ao nível dos recursos humanos, eram adequados àquilo que estava a ser desenvolvido em termos de atividade e que os responsáveis pela gestão da Braval partilhavam, também, da preocupação e tinham procurado efetivar aqueles trabalhadores temporários, que tinham tido alguma preocupação e algum empenho em prestar, de facto, e demonstrar capacidades, para poderem acorrer

às necessidades permanentes da empresa. Daí que tivessem transitado, progressivamente, para o quadro da empresa. Naturalmente que uma empresa que crescia, que tinha grande dinamismo, que tinha, hoje, mais de duas centenas de trabalhadores, para fazer todo esse percurso, não iria fazer num dia e isso iria ter que ser conseguido ao longo de algum tempo. Percebiam que aquele fosse um tema simpático para o Partido Comunista hastear como sua bandeira, mas validavam a gestão de qualidade, responsável, qualificada e pautada por aqueles valores, que reconheciam na administração da Braval, essas preocupações. E estavam certos, que estavam a implementar a sua prática em compatibilidade com aquilo que era a vocação e o objetivo da atividade da empresa. Por isso, agradeciam as preocupações expressas pelo Partido Comunista, pela CDU, mas, naturalmente, iriam votar contra a recomendação, porque se reviam na prática da empresa, que tinha essas preocupações, mas cujos princípios ia aplicando, ao longo do tempo, assim que os meios da empresa o permitissem. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e seis votos contra; com sete abstenções e com vinte e três votos a favor**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar uma outra **Recomendação**, relacionada com um assunto que era um denominador comum, tanto às Juntas de Freguesia, como a qualquer cidadão Bracarense e ressaltava, ali, a ideia que quando entrou naquela Assembleia, um grupo de cidadãos da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, lançou um documento em que revelava algumas preocupações, para aquela zona da cidade e um deles era a segurança. Destacou então que: “Enquanto força de segurança responsável pela segurança e ordem pública nas principais cidades e polos urbanos do país, a PSP quis assumir-se como uma organização dinâmica, eficaz e eficiente, que assentasse a sua ação no compromisso diário dos seus

efetivos e pessoal de apoio à atividade policial na melhoria da segurança pública, em colaboração dos cidadãos e restantes atores da segurança interna. Com base nestes pressupostos, e na nova realidade do crescimento das cidades, a PSP teve que adaptar novos mecanismos de proximidade, procurando sempre uma maior rapidez no acesso à Força de Segurança. Aqui destaca-se como exemplo a disponibilização de serviços online, tais como o sistema da queixa eletrónica e o acionamento dos meios de forma centralizada e direcionada para a área de cada cidade, maximizando assim a eficiência dos recursos. Ainda assim e em matéria de recursos humanos, a sua redução e o aumento acentuado da sua média etária fruto das restrições orçamentais impostas pelo Ministério da tutela, têm condicionado a entrada de novos ativos. Senão vejamos, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), verifica-se um saldo negativo entre entradas e saídas de polícias das forças e serviços de segurança em dois mil e dezassete. No ano passado cessaram funções mil quinhentos e setenta e cinco polícias e apenas foram admitidos oitocentos e oito, resultando num défice de setecentos e sessenta e sete elementos. De acordo ainda com o RASI, a PSP foi a força a sofrer a maior sangria, com a saída de novecentos e vinte e um elementos e a entrada de apenas trezentos e cinco. A PSP tem um total de vinte mil duzentos e dezassete polícias, na GNR são vinte e dois mil setecentos e vinte e quatro. O SEF é a única força a ter um balanço positivo, com a admissão em dois mil e dezassete de quarenta e um novos inspetores (totalizando oitocentos e trinta e um). Importa igualmente falar da importância em relação ao seu bem-estar e conforto profissional no desempenho das suas funções. É inadmissível exigir-se sem se pensar em veículos compensatórios. A realidade vivida por estes profissionais assenta infelizmente numa espera por respostas que não chegam, e num sem número de promessas onde as promoções têm saído a "conta-gotas" e

*existem inúmeros atrasos acumulados de anos anteriores que não se vê resolução, como são exemplo, os casos de agentes que estão há quinze anos no mesmo posto. A esta questão do congelamento de carreiras junta-se todo outro conjunto de questões por resolver, desde a falta de viaturas, à falta de fardamento e muito do investimento nos meios informáticos que foi prometido. Estas reivindicações são transversais à GNR. Com meios parcos e deficientes, só é possível agir, investigar e prevenir até certo ponto. Tem de haver coragem para tomar as decisões políticas essenciais e urgentes para garantir estruturas profissionais, antes que nos falhe a sorte. É a segurança de todos os portugueses. O Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia Municipal de Braga, ciente das dificuldades sentidas por esta Força e outras Forças de Segurança Pública e da importância que as mesmas têm tanto a nível Nacional como local vem submeter a esta Assembleia a aprovação de uma Recomendação dirigida a todos os Grupos com assento Parlamentar da Assembleia da República, ao Ministério da Administração Interna (MAI) e ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, no sentido de minorar esta situação das forças de segurança interna. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, usou da palavra, para, numa **Declaração de Voto**, salientar que o Partido Socialista não tinha nenhum prurido em votar um tema, que poderia ser polémico, relativamente àquilo que era a administração das forças de segurança, por parte deste governo, que era apoiado pelas esquerdas unidas, porque sabiam, perfeitamente, que quando estava em questão a segurança das pessoas, deviam estar unidos. E aquele era um exemplo, que se calhar, todos deveriam ter. Naquilo que era importante, para as nossas vidas e, sobretudo, as questões de segurança, não devia haver ideologia que os separasse, mas devia haver aquilo*

que era a vontade que os pudesse unir. E, portanto, dizer que estavam de acordo. Naturalmente o governo não poderá fazer tudo ao mesmo tempo. Mas, também, gostaria de dizer, que as direitas unidas do último governo, também, deveriam ter pensado nisso e, também, ter feito a rotação e a substituição devida das forças de segurança, porque, também, aí, eram deficitárias. A **Sr.^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, produziu outra **Declaração de Voto**, destacando que acompanhavam a recomendação do CDS-PP, porque ela traduzia a realidade. A realidade do Comando Distrital da PSP era preocupante. Era preocupante a situação da GNR de Braga e do distrito de Braga. E, por isso, acompanhavam e votaram favoravelmente. Sucedia que o CDS-PP, esqueceu-se, como, aliás, se tinha esquecido, omitido, aquilo que a situação atual do Comando da PSP de Braga, da GNR de Braga e das forças de segurança no país, era o resultado das opções políticas, também, e não só, do PSD e do CDS-PP. E, aliás, estavam naquela Assembleia, membros do Ministério da Administração Interna. Foi membro daquela Assembleia Municipal, o Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, tinha na pasta Secretários de Estado da Administração Interna, membros do CDS-PP e foram eles os responsáveis por não abrir os concursos, para ingresso nas forças e serviços de segurança. Foram eles os responsáveis por não fazerem os investimentos necessários nos equipamentos, nas viaturas. E, hoje, estavam a responsabilizar, única e exclusivamente, dois anos e meio de governo. O governo do Partido Socialista podia e devia ter feito mais, mas o PSD e o CDS, e Sr. Deputado do CDS, o CDS tinha muita responsabilidade na situação atual do Comando da PSP de Braga e da GNR. Usou, ainda, da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para, noutra **Declaração de Voto**, dizer que, obviamente o PSD se associava àquela preocupação do CDS e, aliás, nessa matéria não recebia lições

de ninguém, porque a Senhora Deputada, que era, também, Senhora Deputada na Assembleia da República e, portanto, mais uma vez, deixava, ali, o repto, que o Deputado João Granja tinha deixado, pusesse um bocadinho mais de óleo na máquina, para ver se ela começava a dar mais produção. Mas não recebiam lições de ninguém naquela matéria, porque além do investimento ter aumentado no anterior governo, em termos de força de segurança, equipamentos, infraestruturas, número de ingressos nas forças policiais, isso eram dados factuais, poderiam ir vê-los, não havia dúvida nenhuma. Mas, mais uma coisa, que era importante ter, também, em atenção, para além de tudo isso, e apesar de estarem no famoso período da Troika, em que não podiam fazer tudo ao mesmo tempo, como disse há pouco, e bem, o Deputado João Nogueira, eles não podiam fazer tudo, naquela altura, ao mesmo tempo, mas eles podiam, quando estavam com a Troika, com os credores internacionais. Podiam ter feito tudo, mas só queria dizer uma coisa, para além do tudo que não puderam fazer, conseguiram fazer uma coisa extraordinária que foi pagar as progressões nas forças de segurança, assinadas pelo Ministério da Administração Interna e pelo Ministro da Administração Interna, anterior do governo Sócrates, que nunca foram pagas às forças de segurança. Ficaram no papel e nunca foram pagas. E, apesar de tudo aquilo que aconteceu, apesar da Troika, foi esse governo de má gente, coitada, que não tinha boa vontade para com as forças de segurança que, ainda por cima, foi pagar essas promoções. Portanto, quanto a essa matéria, associavam-se àquilo que disse o CDS. Estavam perfeitamente à vontade, não recebiam lições de ninguém e os dados estavam aí. Fossem ver os dados dos RASIS. Fossem ver como evoluiu a segurança, em Portugal, apesar da crise e apesar dos problemas, tiveram uma descida da criminalidade e, felizmente, para o país, não para o PSD, nem para o CDS, foi para o país, a segurança manteve-

se e era assim que iria continuar e era assim que esperavam que continuasse, independentemente do partido que estivesse à frente do governo em Portugal. Interveio, ainda, o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para destacar que uma declaração ainda deveria continuar a ser uma declaração de voto e, ali, os limites foram claramente extrapolados. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para apresentar uma **Moção** do seguinte teor: “Considerando que a CGD é um banco público com obrigações específicas para com a sociedade e que, devido à sua relevância, foi recapitalizado em dois mil e dezassete “evidenciando a racionalidade e a sustentabilidade da decisão de investimento do acionista único da CGD”, o Estado português, isto é o povo português. Considerando que se a recapitalização se faz com o dinheiro dos contribuintes, não podem ser estes a pagar os custos de reestruturações que prejudicam e afastam os clientes, colocando em causa os desígnios da própria Caixa Geral de Depósitos. Considerando que o encerramento das agências de São Vicente, Nogueira e Celeirós a exemplo de outros balcões de proximidade no distrito e no país, em tudo contraria a missão, os valores e os pilares de funcionamento desta entidade financeira, prejudicando o tecido económico e social da freguesia e a sua população, principalmente a mais envelhecida e de menores recursos sociais. Tendo em conta os considerandos acima referidos, a Assembleia de Municipal de Braga reunida em sessão ordinária no dia treze de julho de dois mil e dezoito, manifesta o seu mais vivo repúdio para com o encerramento das agências da Caixa Geral de Depósitos que há anos servem as três freguesias, solidarizando-se com outros concelhos que estão a passar por idêntica situação”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA** apresentar uma

outra **Moção**, realçando que: “A rede escolar no primeiro ciclo e pré-escolar no concelho continua a aguardar a revisão da Carta Educativa e traz necessariamente indefinições e soluções pontuais e até contrárias aos interesses das crianças, dos pais e das comunidades. Não havendo uma consolidação efetiva desta rede escolar, os pais e os agrupamentos de escola vivem, todos os anos, com alguma apreensão, a definição e aprovação desta respetiva rede. Ademais, no próximo ano letivo, sob proposta da Câmara Municipal de Braga e ainda com o consentimento da Junta de Freguesia, alegando razões de ordem pedagógica para o efeito, a Escola do Coucinheiro, na freguesia de Palmeira, corre riscos eminentes de fechar as suas portas. Esta escola, além de beneficiar de umas instalações com condições acima da média, está inserida num contexto único na freguesia, localizada num espaço pacato, recatado e seguro onde quase não circulam automóveis, rodeada de uma grande zona verde, tornando-a numa escola de referência para as famílias e também para as crianças. O seu encerramento terá um enorme impacto social e cultural na nossa comunidade, vai retirar as crianças do seu ambiente, obrigando a alterações de horários e a deslocações desnecessárias. Nós, Partido Socialista, em nome dos superiores interesses das crianças e das famílias, mas, sobretudo, em nome do futuro que queremos para Palmeira e para todo o concelho, não podemos concordar com o encerramento avulso de uma escola. O nosso papel, a nossa responsabilidade enquanto eleitos e representantes de todos os bracarenses, é apoiarmos e lutarmos pelos interesses das nossas crianças, das nossas famílias, através duma atuação ativa, forte, dinâmica, efetiva e comprometida. A proposta enviada pela Câmara Municipal de Braga à DGESTE propõe a extinção da valência do primeiro ciclo na Escola do Coucinheiro, transitando estes alunos para a Escola Básica Bracara Augusta. Ora, todos conhecemos a realidade da escola Bracara

Augusta ... esta está sobrelotada. facto provado, por exemplo, pelos almoços dos seus alunos serem já feitos em dois turnos distintos, uma vez que o refeitório não tem condições de abarcar toda a comunidade estudantil. É, por isso, legítimo questionar: Terá esta escola a capacidade para abarcar mais cerca de trinta alunos? A verdade é que não nos parece que tenha e sabemos que os pais e encarregados de educação concordam connosco. Aliás, entendemos e defendemos que qualquer reordenamento na rede de primeiro ciclo e pré-escolar só pode ser feito ouvindo e auscultando os encarregados de educação e não, como neste caso, nas suas costas e à sua revelia. Para o próximo ano letivo – dois mil e dezoito, dois mil e dezanove - a Escola do Coucinheiro conta já com vinte e quatro inscrições: quinze novas inscrições para o primeiro ano e nove inscrições para o quarto ano, sendo que cada um destes anos de escolaridade tem inscrita uma criança com NEE's (Necessidades Educativas Especiais). Neste quadro, o mínimo legal de vinte e um alunos está claramente verificado e não há, não existe nenhuma razão objetiva, nenhuma orientação legal, nem nenhum argumento pedagógico que dê razão e suporte ao encerramento desta escola. O que para nós fica claro, de tudo isto, é que tanto a Câmara Municipal, ao sugerir o encerramento da Escola, bem como a Junta de Freguesia, ao aceitar, sem combate, o encerramento desta escola não estão a servir os melhores interesses das crianças nem das suas famílias. Assim, a Assembleia Municipal, reunida a treze de julho de dois mil e dezoito, delibera: Um - Manifestar a sua profunda discordância e repúdio com o anunciado encerramento da valência do primeiro ciclo na Escola de Coucinheiro, com as previsíveis consequências nefastas para a freguesia; Dois - Mandatar o Executivo Municipal para que junto da DGESTE realize todas as diligências necessárias que assegurem o funcionamento do primeiro ciclo na Escola do Coucinheiro, tendo em conta que estão verificadas

todas as condições exigidas por lei para o seu funcionamento, com dois professores, no seguimento das posições assumidas na última reunião do executivo”. Aberta a discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para salientar que a apresentação daquela Moção do PS foi recolocar a problemática que já, ali, tinham analisado, relativamente a uma recomendação do mesmo teor da parte da CDU. Aquele era um processo em curso e ao contrário do PS, achavam que, de facto, aquela matéria não podia ser resolvida avulso. O Município tinha demonstrado, naquele e noutros processos, grande sensibilidade em relação àquela matéria. O Senhor Presidente da Câmara já proferiu uma intervenção clara, objetiva, sobre essa matéria e esse não era um processo fechado. Aquela não era, a seu ver, a forma de conduzir essas matérias. Confiavam no Executivo. Confiavam no trabalho que estava a ser feito com os parceiros envolvidos. Por isso, naturalmente, tal como fizeram em relação à CDU, iriam votar contra aquela moção. Registou-se depois a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA, CÉSAR MANUEL FARIA GOMES**, para esclarecer sobre a existência de um documento assinado juntamente com a Associação de Pais, a Junta de Freguesia não estava, nem esteve, a favor do fecho. Já tinha seguido a documentação em contrário, para onde tinha que seguir. Portanto, não poderia votar a favor, porque estavam contra o fecho da Escola. Posta à votação foi a presente moção **rejeitada com trinta e dois votos contra; com cinco abstenções e com vinte e seis votos a favor**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, numa **Declaração de Voto**, pra salientar que o PS votou favoravelmente a moção que propôs, por um motivo simples e que não era um motivo, como o Sr. Deputado João Granja, não querendo generalizar, ali, levou,

*de que aquela era uma questão de cavalgar uma onda. Chegou a votar, também, contra o encerramento de escolas, quando o PS, na Câmara Municipal tinha responsabilidades nessa matéria, era uma questão de princípio. Achava que o que se passou naquele ponto, deveria fazer a Conferência de Líderes reunir com rapidez e pensar se estavam reunidas as condições para continuarem, porque foi, ali, o Sr. Presidente da Junta de Palmeira dizer que era contra o encerramento da Escola e, depois, votou contra a moção que visava produzir o encerramento. Absteve-se na da CDU. Absteve-se numa moção igual numa Assembleia de Freguesia. Hoje, disse que era contra o encerramento da escola e sendo o encerramento da escola, votou contra a moção. Portanto, queria pedir ao Sr. Deputado João Granja e aos restantes líderes dos Grupos Municipais, porque o calor estava, de facto, a toldar o discernimento era importante que voltasse a ter uma Assembleia Municipal com discernimento. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para proceder à apresentação de uma **Moção**, cujo teor revelava que: “Os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda manifestam a sua preocupação quanto às notícias vindas a público sobre a nova localização da feira semanal de Braga. Esta atividade económica tem características próprias, é frequentada por bracarenses e pessoas doutros concelhos e chegou a ter duzentos e vinte e cinco feirantes quando funcionava nas instalações do PEB, o que demonstra o dinamismo económico que subjaz às tradicionais feiras semanais. Devido às obras no PEB, os feirantes passaram a exercer a sua atividade no sopé do Picoto e na estrada nacional cento e um, na zona do estádio Primeiro de Maio. A passagem não foi fácil e esteve imbuída de vários percalços, mas sobretudo, espalhou a feira e afastou clientes e os comerciantes. A promessa era de que a situação seria temporária e que assim que as obras estivessem concluídas, os feirantes regressariam ao*

mesmo local. Nos últimos dias veio a público a notícia de que a Câmara Municipal de Braga terá chegado a acordo com a Associação que representa os feirantes. Do acordo resulta a permanência da feira no local provisório, transformado agora em definitivo, e envolve a verba de quatrocentos mil euros para a criação de infraestruturas básicas. No entendimento do Bloco de Esquerda, há displicência quanto ao tratamento e consideração que merece esta atividade centenária e regular, e que, noutras cidades, como Barcelos ou Espinho, integra com toda a dignidade o conjunto de atividades económicas e com potencial de atração turística, e são, por isso, alvo de especial atenção por parte das respetivas autarquias. Em Braga, esta atividade económica é desconsiderada e empurrada, na vã esperança, ao que tudo indica, de que os feirantes deixem de ter interesse em vir a Braga semanalmente. Lembramos que cerca de quarenta por cento dos comerciantes que operam na feira semanal são provenientes do concelho de Braga. Assim, os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda consideram o seguinte: deveriam ter sido auscultados todos os comerciantes numa reunião pública e não apenas a Associação de Feirantes dos distritos do Porto, Douro e Minho; o projeto apresentado na reunião com a Associação deveria ter sido do conhecimento público antecipadamente; a responsabilidade da feira semanal deve sair da alçada da InvestBraga, no que respeita às taxas, distribuição de espaços e deve regressar à alçada da Câmara. Fica a questão: onde vai o edil buscar a verba para a obra e para suportar os custos da ocupação da estrada nacional cento e um à Junta Autónoma das Estradas. Os cidadãos e as cidadãs que frequentam a feira e, principalmente, os comerciantes, não compreendem esta atitude de negligência e estão apreensivos. Assim, a Assembleia Municipal recomenda que a Câmara Municipal de Braga reconsidere a decisão tomada e que valorize e apoie esta importante atividade

*económica, dotando-a de condições de atratividade dignas e de uma localização adequada, de preferência o regresso ao espaço original”. E acrescentaria, não estava na moção, que, de facto, essa notícia divulgada pela Câmara Municipal de Braga, não se compreendia, a não ser para resolver um problema da InvestBraga, porque esta suprimiu os locais de estacionamento e agora tinha um problema, porque na principal feira que era feita na InvestBraga, ficava sem estacionamento. Toda a feira foi passada a estacionamento, mas quando lá estavam as máquinas agrícolas, deixava de haver estacionamento. Eventualmente, o Senhor Presidente queria resolver não o problema dos feirantes, mas o problema da InvestBraga. Agora, não compreendiam, estavam no final do ano, o projeto tinha cabimento orçamental? Foi feito algum estudo de impacto relativamente ao espaço que iria ser alcatroado no âmbito da envolvente do São João da Ponte, do Parque da Ponte, do Estádio Municipal? Aquilo que se viu naquela Assembleia desde o início, foi que, de facto, o Senhor Presidente ouvia muito pouco os Munícipes. E recomendariam, acima de tudo, que ele ouvisse mais. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que a feira era, obviamente, uma instituição que respeitavam. A Feira em Braga tinha tradições. Já teve tempo de maior pujança, mas continuava a ser uma realidade de importância incontornável e era legítimo, expectável, que a Feira e os feirantes pudessem regressar ao sítio onde sempre estiveram. Acontecia que essa realidade muito dinâmica, que era o nosso concelho, evidenciou dois aspetos que não deviam subestimar. Um primeiro que tinha a ver com o tipo de piso, que foi aplicado no espaço onde os feirantes se instalavam. E era importante perceber que uma coisa era parar uma máquina, outra coisa era abrir buracos para meter mastros, meter espas e ter que enterrar espeqes, para amarrar as espas das tendas da feira. E,*

obviamente, quem fosse ao local, percebia que as condições que estavam, hoje, instaladas não eram compatíveis com a instalação daquele tipo de equipamento que obrigava à perfuração das estruturas centrais das tendas e dos espeques de amarração. Esse era, obviamente, um aspeto que não poderia ser desvalorizado. O segundo aspeto tinha a ver, precisamente, com a dinâmica que o Fórum Braga hoje tinha. E a ter a Feira instalada com aquilo que era, hoje, o quadro de atividades do Fórum Braga quer no pequeno, quer no grande auditório, era, de facto, uma surpresa, até para todos aqueles que tinham uma visão mais otimista, em relação à dinâmica que o espaço podia gerar. Mas, desafiava-os a consultar o mapa de marcações do Fórum Braga e perceberiam, também, que a Feira, para além do problema que enunciou, trazia, também, algumas dificuldades ao funcionamento dinâmico e pujante que o Fórum Braga, hoje, tinha. Mas os feirantes tinham direitos. E o Município, provavelmente seria preferível que reunisse com todos eles, mas, na impossibilidade de o fazer, até porque eram em número significativo, naturalmente que iria reunir com os representantes do setor e assumiu com esses representantes um investimento que não era pequeno. Não eram cem, nem duzentos nem trezentos, era de quatrocentos mil euros de investimento. Claro que era um Município responsável, porque ia resolver o problema dos feirantes. Ia resolver o problema daquele espaço do São João, que estava maltratado, para a montagem dos equipamentos que, habitualmente, utilizavam aquele espaço. Tinham as desejadas casas de banho, que já falavam há muitos anos, ali, na Assembleia Municipal e era, também um parque de estacionamento adjacente ao conjunto Primeiro de Maio, Fórum, que era, também, uma necessidade sentida pela cidade, pelos eventos e pela dinâmica que o próprio Fórum estava a ter. O diálogo com os feirantes era positivo. Estava a dar resultados. E iriam encontrar uma solução que iria cobrir várias

*necessidades públicas reconhecidas e identificadas. A seu ver, o Município estava no bom caminho. Estava a dialogar com quem tinha que dialogar. Estava a ter presentes as várias preocupações e estava a encontrar uma solução, para aplicar os seus recursos de forma inteligente, economicamente racional e que iria dar resposta às necessidades. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Interveio depois o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO FILIPE MAGALHÃES RORIZ**, para apresentar uma outra **Moção**, que destacava que: “ Portugal vive hoje um momento ímpar de crescimento económico, de combate ao desemprego, à exclusão social e à precariedade. Felizmente a taxa de desemprego ronda os sete por cento, a queda mais acentuada da Zona Euro. Esta é a taxa mais baixa desde novembro dois mil e dois. O desemprego desceu em todos os setores de atividades. em todos os grupos etários e em todos os níveis de ensino. Foram mais de trezentos mil os empregos criados desde dezembro de dois mil e quinze até ao dia de hoje e o saldo migratório resulta pela primeira vez positivo desde o ano dois mil e dez. Vivemos numa economia em crescimento, onde o povo português vê finalmente serem colhidos os frutos do seu trabalho e perseverança. É assim legítimo afirmar que o grande sucesso dos números anteriormente apresentados se deve, em primeiro lugar, à população portuguesa. Porém, convém não esquecermos ou menosprezemos o papel das entidades de governação nacional e local, de modo a constantemente melhorar o nível de vida dos portugueses e a tornar sustentável uma economia que todos desejamos forte e segura. É essa a preocupação que hoje deixamos aqui patente nesta intervenção. A atitude ignóbil de como a CMB tem agido junto de um vasto leque de empresários locais. O parque industrial de Padim da Graça é, para quem não sabe, um dos mais antigos parques industriais do concelho, tendo obviamente acolhido diversas empresas ao longo dos anos e sustentado centenas de famílias*

daquela região. Infelizmente, devido à crise financeira que o país atravessou, muitas empresas cessaram atividade, deixando assim esse local com pouco fluxo de empreendedorismo. Contudo, e seguindo a regra dos dados com os quais eu introduzi esta declaração, este parque industrial vê hoje a sua ocupação atingir o número de cem por cento de atividade. Repito, cem por cento de atividade. Dinamismo esse que parece desprezível pelo Senhor Presidente da CMB e restante executivo, uma vez que, caros colegas, chegou, há cerca de um mês, junto de um grupo de deputados socialistas desta assembleia. um protesto dos empresários localizados nesse parque industrial que se sentem traídos por esta gestão camarária. Ricardo Rio, pouco após vencer as eleições pela primeira vez, corria a primeira metade do ano de dois mil e catorze, visitou aquele local e proferiu o seguinte, passo a citar: “Uma condição sensível neste parque tem a ver com as acessibilidades. Basta atravessarmos estas vias para se perceber que não são, de facto vias, condignas para acesso a um parque industrial”. Mais à frente acrescenta o Senhor Presidente que "equipamentos que foram criados há já alguns anos e portanto carecem todos eles de alguma intervenção de requalificação e também não podemos deixá-los degradar sucessivamente sob pena do investimento ser bastante superior do que aqueles que é exigido hoje....” Pois bem, essas vias que Ricardo Rio percorreu naquele longínquo ano de dois mil e catorze já não são exatamente as mesmas que hoje se encontram, uma vez que estão ainda mais degradadas pois nada foi feito daquilo que foi dito. Possivelmente a intenção será que o investimento seja efetivamente bastante superior aquele que seria em dois mil e catorze. Quiçá. No ano de dois mil e dezassete, corria a campanha eleitoral para as eleições autárquicas, mais uma vez foram proferidas as mesmas objetivas por aquele que continuaria a ser Presidente da CMB. Hoje, treze de julho de dois mil e dezoito. o parque industriai

*de Padim da Graça continua esquecido para este executivo camarário e as empresas ali localizadas vêm, de algum modo, a sua aposta forjada por palavras que o vento levou. A verdade é que tudo se torna difícil: a captação de novos clientes, as despesas de manutenção dos veículos que por ali passam - tanto das entidades empregadoras como dos seus colaboradores-, a incerteza daqueles que visitam o parque como possíveis investidores e claramente a preocupação dos trabalhadores com o facto de alguns empresários que querem deslocar as suas empresas por falta de condições de acesso que condicionam o crescimento das mesmas. Caros colegas, o nosso dever enquanto autarcas é defender a sociedade civil e os seus reais interesses, não apenas os de alguns. A introdução desta declaração apresenta-nos um país que em nada se quer rever na forma como a CMB age com as pequenas e médias empresas localizadas nas zonas periféricas do concelho. Empresas que são o sustento dessas regiões. É necessário agir em prol de todos os bracarenses e não apenas de alguns. É necessário trabalhar. Repito, trabalhar”. Posta à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que era um bocadinho complicado votar uma moção que não sabiam qual era o texto, porque sabiam, apenas, as intervenções do subscritor. Uma intervenção política contrapor uma intervenção de outra natureza política. O Executivo interveio, prioritariamente, na ligação ao Parque de Sobreposta, que foi a primeira das prioridades, em termos de intervenção nos parques empresariais. Tinha um compromisso, tinha uma priorização assumida, Padim da Graça estava nas suas preocupações. Naturalmente, que a seu tempo, haveria essa intervenção. Iriam votar contra a moção do PS, pesasse, embora, percebessem que era fácil haver soluções para todos os problemas, mas, a seu tempo, porque as prioridades, neste tempo, quem as definia eram eles. Posta à votação foi a presente moção **rejeitada***

*com trinta e oito votos contra; com uma abstenção e com vinte e quatro votos a favor. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E DEZOITO, DE TRINTA DE ABRIL.** Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número cinco barra dois mil e dezoito, referente à sessão ordinária de trinta de abril. Posta à votação foi a referida ata **aprovada com uma abstenção.** **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DE DOIS MIL E DEZASSETE – MUNICÍPIO DE BRAGA (LEI SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, ARTIGO SETUAGÉSIMO QUINTO, DE TRÊS DE SETEMBRO).** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de dois mil e dezassete, do Município de Braga (Lei setenta e três barra dois mil e treze, artigo setuagésimo quinto, de três de setembro), aprovado em reunião do Executivo Municipal de vinte e cinco de junho do ano em curso, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e seis abstenções.** **PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - PRIMEIRA REVISÃO – DOIS MIL E DEZOITO.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de vinte e cinco de junho do ano em curso, relativa à **Modificação Orçamental – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções***

do Plano de dois mil e dezoito, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS, para dar conta que quando de ouvia falar da necessidade de aprovar em Assembleia Municipal uma proposta de revisão ou modificação orçamental, ficava-se sempre com uma ideia menos positiva do assunto. O Grupo Municipal do CDS-PP dava um voto bastante positivo àquele ponto, tendo em conta que ainda estava na memória de todos o fatídico dia quinze de outubro de dois mil e dezassete. Gostaria de salientar que o Executivo, através daquele ponto, demonstrou que estavam bastante atentos às necessidades que impunha o Município, nomeadamente, destacava três pontos daquela modificação orçamental, do protocolo de cooperação com a APA, Agência Portuguesa do Ambiente, que se revestia de um financiamento que tinha por base um protocolo celebrado com vários municípios e incidia a jusante das áreas ardidas, para controle de erosão, diminuição da velocidade de escoamento e arrastamento dos solos e estabilização e revitalização das margens. Por outro lado, a candidatura no âmbito do Programa Apoio à Adaptação às Alterações Climáticas do Fundo Florestal, com o valor de cento e sessenta e cinco mil euros, incidia dentro da área ardida. Por outro lado, também gostaria de fazer referência à arborização do parque do Monte do Picoto com o financiamento definido de duzentos mil euros, candidatura que o Município efetuou através do fundo ambiental, que tinha um documento estratégico, aprovado anteriormente naquela Assembleia de nome EMAAC, Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Dirigiu um voto de louvor ao Executivo, em especial aos pelouros do Ambiente e da Proteção Civil, porque demonstraram que estavam atentos às necessidades que decorreram da tragédia que assolou Braga. Usou ainda da palavra o Sr.

Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para salientar que uma revisão orçamental era um instrumento financeiro que não precisava de ser louvado, fazendo parte de um processo normal de gestão das finanças fosse de uma autarquia, fosse de um governo e era a lei que a isso obrigava. E, portanto, todos se lembravam que depois dos funestos incêndios do ano passado, que este Governo também soube adequar medidas, para efetivamente minimizar aquilo que foi a degradação não só da floresta, como também dos solos. E, portanto, numa forma equitativa, também soube perceber aquele problema e fazer uma redistribuição para minimizar esses impactos negativos. E, se ali era devido um louvor à Câmara Municipal de Braga e como, ali, também foi dito, claro, sem louvor, também este Governo e, nomeadamente, o Ministério do Ambiente, devia levar um voto de louvor, porque soube estar à altura das dificuldades e soube depois desse desastre, desse drama que afetou muitas pessoas e afetou o país, corresponder com medidas que efetivamente poderiam vir a acautelar no futuro e evitar que no futuro essas situações se pudessem repetir. Ainda hoje, todos ouviram as notícias a dizer que na Noruega, acerca de duas semanas, havia um calor excessivo que fez com que estivessem atentos àquilo que eram as alterações climáticas. E isso era um papel que a todos competia e todos tinham que estar conscientes que esses fenómenos se iriam repetir, não só na zona mediterrânica como também, sobretudo, em regiões mais a norte, como era, neste caso os países nórdicos. Daí que, com louvor ou sem louvor, um louvor devia ser o pensamento interior que devia, a todos, a ter medidas amigas do ambiente. E as medidas amigas do ambiente passavam, também, por outras medidas que não eram só reflorestação. Eram também, outras medidas que pudessem evitar no futuro, que esses dramas se pudessem repetir. E vinha ao caso uma situação, aquela Assembleia Municipal ainda não

tinha aprovado o Plano de Emergência Florestal. Era bom que todos, que iriam proceder, agora, a algumas intervenções naquela matéria, também tivessem um plano, para que depois não fizessem as coisas de forma avulsa. E louvando quem reflorestava e a Câmara tinha-o feito desde há muitos anos, mas a verdade era que não bastava só pensar no Picoto ou outros lugares mais icónicos do nosso concelho. Também tinham que pensar na floresta e ter uma política florestar, que passava, sobretudo, pela prevenção, pelo levantamento, mas, também, através de planos. “Portanto Sr. Deputado se houver um voto à Câmara Municipal de Braga, fica também, aqui, uma solicitação que o mesmo seja estendido ao Ministério do Ambiente”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e três abstenções.** **PONTO NÚMERO QUATRO – ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA: ARTIGOS B-TRÊS BARRA SEGUNDO CENTRO HISTÓRICO E D-UM BARRA TRIGÉSIMO PRIMEIRO – AVENÇAS; PARTE B – ARTIGO B-TRÊS BARRA PRIMEIRO, B-TRÊS BARRA QUARTO E PARTE H-UM BARRA DEZASSETE; PARTE G-CEMITÉRIOS E ARTIGO SEXAGÉSIMO NONO DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS ANEXA AO CÓDIGO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e cinco de junho do ano em curso, relativas às alterações aos artigos B-três barra segundo – Centro Histórico e D-um barra trigésimo primeiro – Avenças; Parte B-artigo B- três barra primeiro, B-três barra quarto e Parte H- um barra dezassete; e Parte G-Cemitérios e artigo sexagésimo nono da Tabela de Taxas Municipais anexa ao Código, do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dão por reproduzidas e transcritas

*e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para dizer que aquelas alterações regulamentares implicavam uma série de coisas, nomeadamente no que dizia respeito às avenças. O BE propôs que o pagamento das avenças pelo estacionamento no centro histórico fosse devolvido. A Câmara parecia ter decidido nesse sentido, só que, tanto quanto sabiam, as dificuldades para obter essa devolução eram significativas. Achava que Braga deveria abandonar aquela atitude medieval e de deixar de vender terrenos no cemitério, para jazigos. Era uma afronta à pobreza. Os pobres iam para terreno provisório, porque não havia espaço para os sepultar e mantinha-se no Regulamento a possibilidade de vender terrenos para jazigos. Hoje em dia qualquer país civilizado tinha cemitérios onde as pessoas eram todas enterradas de forma igual, as que optavam pelo enterramento, porque até já se optava por outras formas de eliminação dos restos mortais. O que sugeriam e não ia como proposta, isso poderia ser discutido na Comissão, mas achava que a Câmara deveria adotar essa postura e pura e simplesmente acabar com a venda de terrenos para jazigos, até porque não havia disponibilidade no cemitério. Posta à votação foi a presente proposta votada em separado da seguinte forma: artigos B-três barra segundo – Centro Histórico e D- um barra trigésimo primeiro – Avenças – **aprovada com dezanove abstenções**; Parte B-artigo B- três barra primeiro, B- três barra quarto e Parte H- um barra dezassete - **aprovada com dezanove abstenções** e Parte G-Cemitérios e artigo sexagésimo nono da Tabela de Taxas Municipais anexa ao Código - **aprovada com vinte e quatro abstenções.***

PONTO NÚMERO CINCO – CANDIDATURA AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL: EMPRAMETAL FÁBRICA DE PRODUTOS METÁLICOS, UNIPESSOAL, LIMITADA. *Submete-se à apreciação e*

*aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e cinco de junho do ano em curso, do processo relativo à candidatura apresentada pela Empramet - Fábrica de Produtos Metálicos, Unipessoal, Limitada, bem como a respetiva proposta de decisão desenvolvida pela Investbraga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão usou da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que queriam dizer o seguinte e também dizia respeito a outras empresas, nomeadamente a Bosch. Estas empresas candidatavam-se a isenções e subsídios e era tudo tido em conta. Este, por acaso, só tinha um capital social de cinco mil e tal euros. O investimento iria se de um milhão e qualquer coisa. Mas, na verdade, os salários que pagava, à exceção do gerente que ganhava três mil e tal euros, era o salário mínimo nacional. Ou seja, o Executivo também tinha que ter em consideração a posição dos trabalhadores. Há pouco doeu-lhe a posição do PSD relativamente aos trabalhadores da Braval. Quem votou contra aquela moção, devia ter exibido o recibo de vencimento. Muita gente, ali, era funcionário público. Se exibisse o seu tinha vergonha, confessava, porque ganhava muito mais que quatrocentos e tal euros. Por vergonha até se abstinha, nem sequer votava. Quando se votava sobre a vida das pessoas com aquela facilidade. Já não havia servos da gleba. Alguns queriam regressar a esse tempo. Naquele investimento, a Câmara devia perguntar às empresas sobre os benefícios dos trabalhadores. Aquela empresa iria passar para catorze trabalhadores a ganharem quinhentos e oitenta euros. Esse ponto deveria ser considerado nessas candidaturas. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com dois votos contra. **PONTO NÚMERO SEIS –RETIFICAÇÃO***

DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL NA PARTE RESPEITANTE AO PRIMEIRO OUTORGANTE DA MINUTA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM OPÇÃO DE COMPRA – “CINEMA SÃO GERALDO”. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta de abril do ano em curso, relativa à retificação da deliberação do Executivo Municipal, na parte respeitante ao primeiro outorgante da minuta do contrato de arrendamento com opção de compra, do Cinema “São Geraldo”, de acordo com a proposta em anexo, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA, para referir que : “No que respeita ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, relativo aos destinos do Teatro São Geraldo e relacionado com questões meramente contratuais de retificação do primeiro outorgante no contrato estabelecido entre a Câmara Municipal de Braga e a Diocese, e ao qual a CDU votará favoravelmente por se tratar apenas de uma retificação contratual; a CDU aproveita esta oportunidade para colocar um conjunto de questões e considerandos relativos ao projeto e soluções previstas para este equipamento cultural que, como sabemos, se trata de um importante elemento edificado na cidade, não só pelas suas singularidades arquitetónicas e históricas, como também pela persistência que o mesmo toma na memória de todos os bracarenses. De facto, após um ano do anúncio com pompa e circunstância por parte da maioria no executivo camarário de que teria chegado a acordo com os proprietários do edifício para o abandono do projeto de demolição do Teatro São Geraldo, demolição sempre contestada pela CDU, a verdade é que até hoje ainda não nos foi feita chegar nenhuma ideia clara de qual é o projeto da Câmara*

Municipal de Braga para este equipamento. A CDU pugna por um verdadeiro projeto de reabilitação do edifício não alterando a sua traça e características arquitetónicas atualmente visíveis não só ao nível da sua fachada como também no que respeita seus interiores e respetivas singularidades arquitetónicas. A CDU crê ainda que o único e exclusivo destino que o Teatro São Geraldo deve tomar será o de manter a sua vocação de equipamento destinado à cultura, artes e espetáculos populares conforme sua função original. Relembramos que só a partir dos anos cinquenta do século passado é que o Teatro São Geraldo é adaptado a Cineteatro, até aqui e desde a sua construção, terminada em mil novecentos e dezassete, o teatro era designado por Salão Recreativo Bracarense onde além acolher as mais variadas iniciativas culturais: teatro, circo, conferências, exposições, congressos, etc. era a sede de várias associações recreativas e culturais da cidade que aí dinamizavam os seus espetáculos e pretensões. Esperamos que o projeto, a ser apresentado, finalmente, na próxima segunda-feira, vá de encontro a estas preocupações, e que não traduza a tentação de fazer um de fachadismo na reabilitação deste importante Teatro à semelhança do que tem sido a reabilitação urbana na cidade. Aguardamos para perceber se manterá a sua vocação pristina de sala de artes e espetáculos, evitando assistir a um flashback histórico para o início do século vinte quando o original Teatro São Geraldo foi demolido para dar lugar ao Banco de Portugal. Devolver este espaço aos bracarense, não permitindo desvirtuar a sua verdadeira função de equipamento cultural, é um desígnio pelo qual a CDU continuará a lutar, e que esperamos ver vertido no projeto para este edifício, em vez de qualquer projeto de readaptação funcional do edifício sem qualquer respeito pelas mais básicas regras de reabilitação de património arquitetónico. Esperamos, pois, que este Executivo Camarário que, como hoje aqui vimos, não é respeitador e

putativamente conhecedor da verdade histórica, acolha as nossas pretensões e recomendações”. Interveio de seguida o Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para salientar que antes das considerações que iria fazer, gostaria que, de facto, a Câmara, também, ali, ouvisse primeiro os interessados naquela matéria e à sociedade civil, porque pelos vistos já havia projeto e não lhe constou que tivessem sido ouvidos. Era do conhecimento público que o BE se empenhou desde a primeira hora no apoio ao movimento de munícipes pela recuperação do Cinema São Geraldo e pela sua afetação à cultura e à arte nas suas mais diversas manifestações. Também neste caso o Executivo Municipal tardou em compreender a motivação dos cidadãos que, individualmente organizados em movimentos manifestaram aquele propósito. Como dizia o povo “mais vale tarde do que nunca”. O Executivo apresentava àquela Assembleia dois contratos de arrendamento com opção de compra. Um para o edifício do Cinema São Geraldo e outro para o edifício contíguo conhecido por “Pé Alado”. E aproveitava para se referir aos dois, pois assim poupava-se tempo relativamente aos dois pontos da ordem de trabalhos. Em seu entender, a aquisição daqueles dois edifícios deveria permitir a criação de um verdadeiro quarteirão da arte, incluindo o Theatro Circo. Estariam atentos ao cumprimento, por parte do Município, das intenções manifestadas nos considerandos, que fundamentavam o contrato, ali, apresentado, alguns travestidos do parolismo do costume, o Makerspace o Hackerspace, o Cowork, sendo aquela fundamentação um documento público, só ficava bem que se utilizasse a língua portuguesa, sem prejuízo, de entre aspas, se incluir o termo inglês. Quanto aos contratos, de facto, se o próprio Executivo Municipal, nos considerandos expendidos dava a aquisição como essencial, para os projetos anunciados, nomeadamente e citando “um aproveitamento conjunto pelo

Município dos edifícios São Geraldo e Pé Alado permitirá assim ir ao encontro desta multiplicidade de fins, assegurando a regeneração urbana de uma parcela importante do largo Carlos Amarante, dotando a curto prazo a União de Freguesias de instalações modernas e qualificadas, valorizando a participação de Braga na rede de cidades criativas da Unesco e no concomitante projeto da União Europeia, complementado a rede de equipamentos culturais do concelho no quadro da candidatura a Capital Europeia da Cultura e da programação cultural regular”, não se compreendia o dispendioso compasso de espera pelo decurso dos primeiros dez anos de contrato. Se, no caso do Pé Alado, o custo final estava minimamente quantificado, esperando que os serviços não avaliassem com os critérios utilizados no caso da Confiança, contrato de que o Senhor Presidente da Câmara não se orgulhará de ter subscrito, o mesmo não sucedia no que ao São Geraldo dizia respeito. Neste caso, a Câmara ficava refém da santa aliança com os CMVM, que era o mesmo que dizer, o capital. Mas, não só. Era incompreensível que uma autarquia da República Portuguesa subscrevesse um contrato pelo qual ficava obrigada a proceder conforme a moral cristã. Então, o espaço não poderia ser utilizado pelos seguidores de outra qualquer moral. Então, a arte por excelência, a liberdade de criar, ia em Braga ficar refém de uma moral, fosse ela qual fosse. E ia a Câmara ser a guardiã de tal moral? Ou seria que o Senhor Presidente da Câmara tinha algum significado para as reticências que na cláusula contratual se seguiam a moral cristã. Não lhes parecia que tal condição pudesse ser aposta num contrato subscrito por uma autarquia de um estado laico, independentemente de qualquer credo e sem prejuízo da consagrada liberdade de todos se expressarem na sociedade portuguesa. No limite, caso a igreja entendesse que a moral cristã não foi respeitada, poderia denunciar o contrato. Também a cláusula oitava do referido

contrato, lhes causava alguma perplexidade. Dizia a referida cláusula: “Se não houver acordo da Santa Sé a validade e a eficácia do contrato é posta em causa”. Como dizia o povo “Cautela e caldos de galinha não fazem mal a ninguém”. Concluindo, concordavam com a compra, mas já. Quanto às cláusulas que limitavam a liberdade de uso e da eficácia do contrato, não concordavam em absoluto. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções. PONTO NÚMERO SETE –CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR ENTRE O SEMINÁRIO CONCILICAR DE BRAGA E O MUNICÍPIO DE BRAGA (EDIFÍCIO PÉ ALADO)**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta de abril do ano em curso, relativa ao contrato de arrendamento de instalações a celebrar entre o Seminário Conciliar de Braga e o Município de Braga, sitas no Largo Carlos Amarante, número cento e oitenta e um, da cidade de Braga e conhecidas como Edifício “Pé Alado”, com vista à instalação da sede da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, de acordo com a minuta em anexo, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para destacar que: “Sobre este contrato, embora nada tenhamos a obstar à mudança de instalações da Junta de Freguesia de São Lázaro e São João do Souto, perseguindo o seu desejo de melhorar as suas condições de trabalho e de atendimento aos fregueses, não conseguimos compreender em que medida este contrato beneficia o município e o bem público. Ora vejamos: segundo a avaliação do imóvel no estado em que se encontrava à data de agosto de dois mil e quinze, este valeria novecentos e seis mil euros. Após negociações entre a Câmara Municipal e o proprietário, o Seminário Conciliar

de Braga, e segundo este contrato, o mesmo foi integrado em processo de reestruturação global que abrange a rua reabilitação, cujo valor poderá ir até um máximo de duzentos e cinquenta mil euros a serem suportados pelo proprietário. Desde logo, este valor parece-nos excessivo para a instalação de uma Junta de Freguesia da cidade, cujos orçamentos são consideravelmente mais curtos do que as restantes freguesias, tendo em conta que não existem delegações de competências, já que estas são assumidas diretamente pela Câmara Municipal. Continuamos a acreditar, assim, que decerto haverá opção mais adequada e que custe menos aos cofres do município para este objectivo concreto, de instalação da Junta de Freguesia, e que oferecesse, de igual forma, melhores condições e espaços do que onde atualmente a Junta funciona. Basta fazer as contas aos valores contratualizados para as rendas para perceber do que falamos: no primeiro, ano, a Câmara pagará ao proprietário setenta e oito mil euros. No segundo ano, pagará noventa mil euros. No terceiro ano, cento e dois mil euros. Nos restantes sete anos, cumprindo o prazo de dez anos do contrato, mais cento e dois mil euros por ano, o que totaliza setecentos e catorze mil euros. O total das rendas pagas, em dez anos, será de novecentos e oitenta e quatro mil euros. Mas este contrato possibilita, de facto, a compra do imóvel com condições especiais no final deste prazo! Significa que a Câmara Municipal de Braga pode, depois de gastar novecentos e oitenta e quatro mil euros em rendas, adquirir o edifício pela módica quantia de um milhão e trezentos e cinquenta mil euros! Mas como as negociações entre proprietário e município foram proveitosas, o edifício fica a custo de amigo: podem ser deduzidos quarenta por cento do valor pago nas rendas entretanto pagas! Isto significa que, em vez de pagar um milhão e trezentos e cinquenta mil euros pelo Pé Alado, a Câmara pode “descontar” novecentos e trinta e nove mil e seiscentos euros, ficando a aquisição pela

pechincha de novecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos euros! Mas a este valor ainda acresce que o valor total, à data da possível aquisição, já pago pelas rendas, o que dá, na realidade, um total de um milhão novecentos e quarenta mil e quatrocentos euros. Portanto, caso a Câmara Municipal pague um total de um milhão novecentos e quarenta mil e quatrocentos euros ao proprietário, ou seja, a Câmara vai pagar pelo imóvel mais do dobro do valor da sua avaliação! E isto, se as obras de requalificação não ultrapassarem os duzentos e cinquenta mil euros! Caso contrário, a fatura paga pelos bracarenses será ainda mais pesada! Não podemos estar de acordo com estes valores propostos, pelo que rejeitamos liminarmente este contrato, acreditando que, para o objectivo proposto de instalar a Junta de Freguesia em melhor espaço do que atualmente, haverá alternativas bem menos lesivas do interesse municipal e do bem público do que a que nos apresentam aqui. Não duvidamos que este edifício seria uma mais-valia para o município, que capacitaria outros usos ao serviço dos bracarenses que não só, ou não necessariamente, a instalação de uma Junta de Freguesia; no entanto estes valores são um claro exagero que não podemos, em nenhuma circunstância, aceitar. Gostaríamos ainda de perceber, porque este contrato assim o indica, se a Câmara já começou a pagar a renda desde a data prevista para entrega do edifício, o dia um de julho. Sabemos que a Junta de Freguesia ainda não está instalada e que as obras do edifício não estão sequer terminadas. Vai a Câmara pagar desde este mês um valor de seis mil e quinhentos euros de renda por um edifício do qual ainda não usufrui? Ou vai ser este prazo adiado até conclusão das obras de requalificação para que coincida com a data de efetiva entrega do edifício? Nesse caso, este contrato necessita de ser aditado para poder ser votado, dado que a sua Cláusula Terceira estará, já, a ser incumprida, bem como o ponto três da Cláusula Quinta, que previa que as obras

devessem estar terminadas antes do início de vigência do contrato. Não deixa de ser curioso, que este contrato entrasse em vigor antes da deliberação deste órgão. De qualquer forma, nada disto altera o nosso sentido de voto, que se mantém desfavorável à celebração deste contrato nos valores previstos”.

Interveio o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para dizer que a cidade de Braga tinha crescido e era dinâmica, graças à ação dos Presidentes de Junta. Não foram os Presidentes de Junta, que desde mil novecentos e setenta e seis, acompanhados de muitos autarcas, com um trabalho incansável, um trabalho reconhecido por todos, Braga, possivelmente, não seria aquilo que era hoje. E, portanto, o Partido Socialista revia-se na atuação de todos os Presidentes de Junta, em todas as autarquias de freguesia, por aquilo que tinha sido uma dinâmica. Uma dinâmica que no passado fez com que a cidade crescesse ao mesmo ritmo que as freguesias do concelho. As freguesias do concelho tiveram sempre todas as condições, para que, efetivamente, não houvesse despovoamento e que tivessem acesso a todas as infraestruturas e que tivessem, também, apoio de várias estruturas, quer fossem educativas, desportivas, de lazer, etc. A Junta de Freguesia de São Lázaro estava, neste momento, deficitária relativamente a esta matéria. Uma sede que albergasse aquilo que era o trabalho desenvolvido a tempo inteiro pelos seus autarcas e as sedes das Juntas de Freguesia eram o espaço preferencial, a chamada casa mãe da freguesia, onde era possível travar aquilo que era, muitas vezes, debates políticos, quando se realizavam Assembleias de Freguesia ou então o espaço para aquilo que eram atividades de vária ordem. Daí que o Partido Socialista se revesse, também, na melhoria da qualidade de intervenção da Junta de Freguesia de São Lázaro. E era uma justiça a Junta de Freguesia de São Lázaro ter uma sede digna e condigna, não só para o seu trabalho, mas, também, para receber

todos os seus fregueses. No entanto, tinham que ver o aspeto financeiro da questão. Era um bom ou um mau negócio? Era evidente que depois tinham que, com base naquilo que avaliavam, perceber até que ponto era bom ou mau negócio para a Junta de Freguesia. Era evidente que haveria outros espaços que poderiam servir de sede. Estava a lembrar-se, nomeadamente, dos centros comerciais de primeira geração. Seria uma forma, também, de os revitalizar, de os requalificar. E uma sede de uma Junta de Freguesia era um espaço de revitalização, era um espaço que fazia com que à volta desse serviço público pudessem aparecer outros serviços. E, portanto, como foi referido pelo BE era ali construído um quarteirão das artes, mas poderia servir para puxar para uma outra zona mais degradada da União de Freguesias de São Lázaro e São João do Souto. Mas voltando à questão, era um bom ou um mau negócio? Pelos números que foram apresentados, era um mau negócio. E só era um bom negócio porque iria servir os intentos de uma autarquia que tinha direito a um espaço, a um espaço condigno, como já tinha disto. Mas era, também, ao mesmo tempo, um mau negócio, que poderia ter sido feito de outra forma. Porque o desconto de quarenta por cento, relativamente à compra daquele espaço, no futuro, nunca se iria concretizar. Aquele espaço tinha que ter o aval da Santa Sé. Não podia a Arquidiocese, por si só, decidir da sua venda. E, portanto, estavam condicionados. E aquele negócio configurava uma PPP, ali, tantas vezes rebatida. Os campos de futebol também tinham um pagamento faseado durante vinte anos com alugueres e ali era a mesma coisa. Só que ali era uma PPP sem fim. Portanto, ia continuar a Câmara Municipal de Braga a pagar rendas excessivas, por um espaço que poderia, em termos de dignidade, ter um outro lugar e ter uma outra recuperação, uma outra requalificação. As verbas envolvidas eram significativas e isso também lhes dava que pensar. Não iria, ali,

nomear, novamente os valores, já foram ali referidos, e muito bem, pela Deputada Bárbara. Mas a verdade era que se tratava de um negócio que iria comprometer aquilo que era a saúde financeira da Câmara, durante muito tempo e nunca seria propriedade do Município ou da Junta. Por isso, era que divididos entre aquilo que era a justiça da Junta de Freguesia de São Lázaro ter um espaço e aquilo que era um mau negócio, no seu entender, poderia estar enganado, e pedia desculpa por isso, mas a verdade era que nessa divisão, não iriam obstaculizar o negócio, mas, o Partido Socialista, porque, também, entendia que havia justiça por um lado, e havia um mau negócio, por outro, ou um negócio não tão bom por outro, não iria viabilizar esse negócio e iria abster-se, desejando que para o novo espaço a Junta de Freguesia de São Lázaro fizesse jus daquilo que era o investimento, dado ser um investimento significativo. “E sei que o João assim o fará. Habitou-nos, é um bom Presidente de Junta e, por certo, irá nele dinamizar muitas atividades, para tentar justificar aquilo que era o investimento. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** se pronunciar sobre a mesma matéria, tendo, para o efeito dito que aquela votação que hoje, ali, iam fazer, tinha, para eles, um significado político muito grande. Aquela era a possibilidade de se concretizar uma aspiração de autarcas e autarcas que, ao longo dos anos, foram passando por aquela freguesia. E era, também, um reconhecimento de quem desenvolveu a sua atividade em condições difíceis. O interveniente, como muitas pessoas, tiveram a oportunidade de participar em atividades em alturas em que até lá dentro chovia no salão da Junta e em condições, de facto, limitadas, para uma que era das principais Juntas de Freguesia da cidade, de facto, trabalhavam em condições muito, muito más. E a possibilidade de terem um espaço com dignidade, para a Junta de São Lázaro, onde poderiam instalar-se infraestruturas, que poderiam

servir de suporte às iniciativas da Junta, eram, de facto, uma necessidade, mas, também, não eram oferecidas por muitos espaços no coração da cidade. E com o disparo dos encargos do imobiliário, de dia para dia, se tinha verificado que essa era uma tarefa cada vez mais difícil, para encontrar um espaço compaginável com aquilo que se pretendia, para a realização do sonho dos autarcas de São Lázaro. E, naturalmente, que quando as pessoas eram confrontadas com o processo negocial, seguramente que a Câmara gostaria de poder fazer um negócio noutros termos e com outras partes. Mas fazia parte dos negócios, que não podiam impor à outra parte, aquilo que gostariam que pudesse ser. E a formatação daquele negócio, para quem conhecia aquele tipo de operações feitas na praça, com a dedução das rendas amortizadas era, de facto, um comportamento e um procedimento “standard”, que permitia no final, fazer uma amortização significativa no valor de aquisição. E era preciso não esquecer, que iriam ter obras de adaptação, que o dono do espaço estava a executar, que se atrasaram, porque estava sujeito a um concurso e ao cumprimento das regras legais e aos licenciamentos da sua atividade e era natural que esse calendário tivesse, obviamente, sofrido os acertos daí decorrentes. Mas havia, também, uma participação do dono do espaço, para que um conjunto de requisitos necessários pudessem ser cumpridos, para que a Junta pudesse desenvolver a sua atividade. Mas julgava que São Lázaro iria ter, ali, um equipamento, que iria permitir não só desenvolver a atividade da Junta, mas criar infraestruturas de disponibilização para a freguesia e para as coletividades da freguesia. E estava certo que, quer o Município, quer a Assembleia Municipal, ainda iriam ter que votar, provavelmente, outros instrumentos de apoio, porque estava convicto de que aquele espaço se iria tornar, mais do que a própria sede da Junta, um verdadeiro centro cívico no coração da cidade e um porto de abrigo para as

*imensas coletividades da freguesia, que ainda hoje tinham muitas limitações no desenvolvimento da sua atividade. Sabia que aquele era o espírito grande do Senhor João Pires e oxalá tivessem condições, para poder corresponder às suas ambições. Usou da palavra a Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que depois daquela fábula sobre os defensores das Juntas de Freguesia, contra os bichos papões que, pelos vistos, não estavam interessados, gostava de perguntar ao Senhor Deputado João Granja, porque ele, hoje, fez o papel de defensor da Câmara, e até poupava o Senhor Presidente de ter que falar, hoje e achava, até, que era simpático, o que perguntaram na sua intervenção, a Câmara já pagou a renda deste mês, iria pagar, ou iriam adiar? Gostava de ver respondidas as duas questões e perceber se já se pagou renda, o que lhe parecia não fazer sentido nenhum. Se era para começar a pagar, tinha que se alterar aquele contrato. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que para que a Deputada Bárbara não fosse dali com saudades das suas intervenções, uma brevíssima palavra de esclarecimento sobre esse tema e, também, uma palavra de sugestão à Conferência de Líderes, porque julgava que em reuniões como aquela, e muito bem, se levou para o início o período de intervenção do público, se de veria por, imediatamente após, o período dos esclarecimentos do Presidente da Câmara, porque a verdade, nessas ocasiões, muitas das questões colocadas, como aconteceu relativamente ao reordenamento da rede escolar, poderiam ser esclarecidas na própria reunião e dispensariam as pessoas de ter que esperar até ao final da reunião da Assembleia Municipal. Sugeria que equacionassem essa possibilidade. Em relação à questão do São Geraldo, obviamente, que teria que subscrever boa parte da intervenção do Deputado Municipal João Granja. Era um momento*

histórico para aquela freguesia, que há muitos e muitos anos tinha essa ambição de ter uma instalação condigna. E aí tinha que fazer, também, um reparo à Deputada Bárbara Barros, porque as Juntas de Freguesia da cidade, como bem tinham demonstrado, todas elas sem exceção, tinham um papel e um leque de responsabilidades muito acrescido, até, em muitos casos, face à multiplicidade de questões com que tinham que lidar, que não tinham, apenas, a ver com a delegação de obras por parte da Câmara Municipal ou de outras competências. Havia uma pró atividade enorme por parte dessas Juntas e até por força dos recursos de que dispunham e de terem pessoal afeto que também viabilizava essa capacidade de intervenção, tinham um leque de áreas de trabalho muito muito alargado e, portanto, a disponibilidade de instalações condignas, para desenvolver esse mesmo trabalho, era uma peça fundamental, para qualificar essa mesma intervenção. Bem o sabiam, nas Juntas de Freguesia da nossa cidade, havia pelo menos duas que não tinham essas condições, a Junta de Freguesia de São Victor e a União de Freguesia de São José de São Lázaro e São João do Souto. Se na Junta de Freguesia de São Victor tinham um projeto em curso, para arranjo do espaço da Escola Francisco Sanches, do edifício que pertencia à Câmara Municipal, no caso da Junta de Freguesia de São Lázaro, que era um caso mais antigo, em termos dessa necessidade, já de há muitos anos que foram tentadas várias localizações, que foram procuradas alternativas, para instalar a Junta de Freguesia e era verdade e estava, ali, o Senhor Presidente que era disso testemunha, nunca se conseguiu identificar uma solução compatível e foi-se prolongando essa situação de estarem instalados num espaço, que nem sequer era municipal. Era propriedade de um privado, por força de um arranjo urbanístico, um bocado criativo, que foi feito, mas que, obviamente, a Câmara Municipal, enquanto pessoa de bem, iria ter que entregar a esse mesmo

proprietário, logo que a Junta ficasse liberta. Obviamente, Senhora Deputada, que não iriam pagar renda sem que a obra estivesse concluída. O próprio contrato assim o especificava de uma forma direta, que, obviamente a instalação da Junta era subsequente à conclusão das obras e, portanto, também, o pagamento da renda seria iniciado no momento em que a Junta ou, pelo menos, que a obra fosse entregue, não diria que a Junta estivesse instalada, porque haveria um período de transição. Em todo o caso, também um comentário brevíssimo em relação a dois aspetos. Primeiro, aquele edifício não podia ser visto, de facto, apenas como uma mera sede de Junta de Freguesia. Como muito bem disse o Senhor Deputado João Granja, as suas características e o seu potencial apontavam para a instalação de uma série de outras instituições da freguesia, e não só, que, ali, poderão passar a constituir um centro cívico, face à versatilidade do edifício. Por outro lado, e recordava que esse foi um dos aspetos que enfatizaram em sede de Executivo Municipal, para defender essa mesma opção, era um edifício que tinha um potencial de articulação com o edifício adjacente, o edifício do São Geraldo que, obviamente, os motivou para tentar potenciar em conjunto aqueles dois espaços sob diversas perspetivas. Finalmente, relativamente aos valores, recordava que teriam, naquele caso, essa possibilidade, poderiam adquirir o edifício, hoje, e poderiam realizar a suas expensas a respetiva obra. Naturalmente que ao optarem por um modelo de arrendamento, ao endossarem a responsabilidade de realização da obra no valor que ali foi citado, ao proprietário do edifício e ao diluírem o pagamento ao longo dos próximos dez anos, estavam a aliviar, também, a carga financeira sobre a Câmara Municipal, com essa capacidade e, ali, tinham alguns profissionais da banca e ligados ao setor do imobiliário, que podiam reconhecer que um abate de quarenta por cento do valor das rendas pagas era um valor substancial em

termos de condições de mercado, porque nenhum proprietário que estava a ceder um espaço que era seu e nenhum dos que ali presentes estavam, que tivessem um espaço para arrendar, que no fim dessem opção de compra ao comprador, neste caso, ao seu inquilino, naturalmente, não iriam abdicar das rendas que receberam durante esse período para fazer face a essa mesma aquisição. Era um valor perfeitamente justo, em linha com os preços de mercado e, obviamente, por isso, porque era um negócio responsável e sério que cumpria um desígnio, que sempre assumiram de dotar aquela Junta de Freguesia das suas condições de trabalho, que ali o submetiam à apreciação da Assembleia Municipal. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinco votos contra e onze abstenções**. Usou da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, numa **Declaração de Voto**, explicar a sua abstenção, tendo, para o efeito, informado que para além dos considerandos que expendeu há pouco, também não eram parvos. Ou seja, quem ia pagar os negócios todos era o São Geraldo. Este negócio tinha teto e o São Geraldo não tinha teto. E, portanto, depois, o São Geraldo iria pagar isso tudo. O São Geraldo iria ser avaliado por uma comissão de avaliadores acreditado na CMVM e depois aí iria caber tudo. As contas eram fáceis de fazer. Mesmo nas rendas que se antecipavam no São Geraldo, se fizessem um desconto de dez por cento, mas depois somassem ao valor possível do mercado, vinte por cento, ainda ficavam a ganhar. E o contrato do São Geraldo permitia isso. Não tinha valor final. A Câmara ia investir, ia requalificar, ia fazer tudo e no fim ainda pagavam. Daí a sua abstenção. A **SRª: PRESIDENTE DA MESA** solicitou aos líderes de cada uma das bancas que se aproximassem, para decidirem quando iriam dar continuidade àquela sessão. Por decisão da Conferência de Líderes iria suspender-se aquela sessão e que se retomariam os trabalhos no próximo dia

vinte de julho. O Sr. Deputado do P.S.D., **HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, apresentou uma sugestão à Conferência de Líderes, referindo que ao adiar-se aquela sessão, iriam obrigar as pessoas do público, que intervieram no início da sessão, a voltarem lá e a esperar horas a fio para ouvirem uma explicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre os temas que ali levaram. Sugeria, então, que abrissem, excepcionalmente, com o acordo da Assembleia, a oportunidade de, ainda naquela sessão, o Sr. Presidente da Câmara se poder dirigir apenas ao público sobre os temas que ali levaram. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que em relação às questões colocadas no início, só havia uma que lhe merecia um esclarecimento, que tinha a ver com o reordenamento da rede escolar e, em particular, com aquela que dizia respeito à Escola que merecia, neste momento, essa reapreciação, que era o caso da Escola do Coucinheiro em Palmeira. Referia esse caso e gostava de começar por uma precisão, porque achava que não deviam aproveitar aquele tipo de temas para fazer batalhas políticas e, portanto, havia, desde logo, uma imprecisão, ou duas, até, na intervenção que ali foi feita pelo Deputado José Litra, a dois níveis. O primeiro, não havia encerramento de escolas, por proposta da Câmara Municipal de Braga. Havia encerramento de escolas ao abrigo da lei, que estava em vigor e que já, ali, hoje, foi citada, por proposta da DGESTE, com concordância ou sem concordância da Câmara Municipal de Braga. Ao longo dos últimos anos tiveram algumas que encerraram sem concordância, recordava o caso da Escola de Vilaça e da Escola de Priscos, no mandato anterior. E outras que encerraram com concordância e sempre que possível com o estabelecer de uma base de entendimento entre todas as contrapartes, nomeadamente, o agrupamento e escola visado, as coordenações

das escolas, as associações de pais, as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. E essa era a segunda precisão que queria, ali, fazer, a bem da verdade, era que a Junta de Freguesia de Palmeira, também, nunca defendeu o encerramento da Escola do Coucinheiro. Aliás, a Junta de Freguesia, desde a primeira hora, e até em função de algumas de interpelações de que foram alvo, relativamente à cedência das instalações, lhes expressou que as instalações não seriam da Câmara Municipal, eram propriedade, tanto quanto sabia, da própria Junta de Freguesia, e que a Junta de Freguesia jamais cederia o edifício, para qualquer uma das solicitações que, entretanto, começaram a ser apresentadas. E a verdade assim obrigava a que aquilo fosse devidamente esclarecido. Depois, naturalmente que quando a Câmara Municipal emitiu, como a DGESTE ou alguém da DGESTE terá facultado cópia ao Partido Socialista, isso, também, era bom saber que os órgãos funcionavam na plenitude da democracia, da transparência, do acesso à informação, quando a Câmara Municipal transmitiu esse parecer, não havia o número de inscrições suficientes, para cumprir os requisitos legais. E, portanto, naturalmente, que não era a Câmara Municipal que recebia inscrições em escola alguma, eram os respetivos agrupamentos e as coordenações das escolas que as recebem. E, se, como foi descrito na última reunião da Câmara Municipal, havia direções de agrupamentos ou alguém dentro dos agrupamentos, que estimulasse que não fossem feitas inscrições nesta ou naquela escola, não era a Câmara Municipal que fazia essa gestão. E, portanto, que sobre essa matéria, não era Câmara Municipal a responsável sobre a ocorrência desses factos. E, assim, obviamente, que o parecer emitido pela Câmara Municipal, foi-o com base num dado muito concreto, porque aquela escola não cumpria os requisitos. Tinha nove alunos no terceiro ano, que iriam migrar para o quarto ano, não tinha alunos inscritos no primeiro ano. A partir do momento em que começaram a

recolher essas mesmas inscrições e em que, como lhes foi transmitido, na última reunião de Câmara pelos próprios pais, que aí estiveram presentes, passaram a ter quinze alunos, indicativamente, com vontade de se inscreverem no primeiro ano e nove alunos inscritos no quarto ano, que migraram do terceiro ano, abriram a possibilidade de que aquela escola se mantivesse em atividade, mas com uma salvaguarda, que expressaram na comunicação que enviaram para a DGESTE, de que as turmas fossem autónomas e que não houvesse turmas mistas naquela escola e, ainda por cima, porque além de estarem a falar de vinte e quatro alunos, segundo as últimas intenções de inscrição, estavam a falar, também, de vinte e quatro alunos, incluindo dois alunos com necessidades educativas especiais. E, portanto, seria um absurdo pedagógico, que metessem na sala vinte e quatro alunos, com dois alunos com necessidades educativas especiais, com um só professor. E, obviamente, que dentro dessa lógica, não aceitariam a continuidade da escola e defenderam junto da DGESTE, que lhes garantisse que haveria duas turmas autónomas em funcionamento e, aí, naturalmente que queriam que a escola fosse autónoma. Naturalmente, também, que queria, ali, clarificar, que a Escola Brácara Augusta tinha todas as condições, para acolher esses alunos, se a tal fosse obrigada. E que, já agora, permitissem-lhe a clarificação, uma das pessoas que interveio foi dizer que não mandavam nas pessoas, não as empurravam para uma escola e era verdade. Quando se falava da transferência para uma determinada escola, era em termos de escola de referência e a partir daí a pessoa podia pôr uma segunda alternativa e se quisesse ia para outra escola, porque tinha essa liberdade de escolha. O que estavam a fazer era um encaminhamento indicativo. Se as pessoas não quisessem ir para aquela escola, poderiam ir para outra, se nela tivessem vaga ou nela fossem aceites. Segunda questão, também, relativamente à Escola Bracara

*Augusta, tinha a ver com o erro e, aparentemente teria havido alguma falta de comunicação, entre os Vereadores do Partido Socialista e os Deputados Municipais, porque já na reunião da Câmara Municipal, tinha sido esclarecido, que o facto de haver uma escola com dois turnos no funcionamento das refeições escolares, não era sinal de sobrelotação, era sinal de cuidado com o conforto e a segurança dos alunos. E, obviamente, que havia muitas escolas por todo o concelho, que não necessitavam de obras de ampliação, que não estavam sobrelotadas e que tinham dois turnos para o fornecimento de refeições, na defesa, mais uma vez, do interesse dos alunos. E, portanto, se a DGESTE na resposta à exposição que fizeram, na resposta a uma exposição, que souberam, também, que esta semana foi feita em conjunto pela Freguesia e pela Associação de Pais, atender à pretensão de manter as duas turmas autónomas, naturalmente que a escola continuaria em funcionamento. Se assim não acontecesse, e recordava que a DGESTE era um organismo na dependência direta do Ministério da Educação que, por acaso, neste momento, até tinha um governo socialista a conduzir os seus destinos. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de treze de julho, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

REUNIÃO DE 20 DE JULHO DE 2018

No dia 20 de julho de dois mil e dezoito retomou-se a sessão do dia 13 de julho de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário.

MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e nove membros.

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS: João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Hugo Alexandre Lopes Soares, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio

Alexandre Martins Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Manuel Carlos Ferreira da Silva, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Paulo Machado, Daniel Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Rui Pereira, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Vieira de Carvalho, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Manuel da Silva Dias, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Veiga, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Pedro Manuel Vilaça Ferreira. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, José Augusto Gonçalves Ferreira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Rafaela Araújo Couto Seara, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista e António Meireles de Magalhães Lima.*

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: João Filipe Monteiro Marques, Catarina Lourenço Ribeiro, José Oliveira da Silva, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira e João Martins Alves. A **SR^a PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e disse que se iria retomar a Assembleia iniciada no passado dia treze de julho. Passou-se de seguida à continuação da apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO OITO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de 14 de maio do ano em curso, relativa aos Estatutos da Associação Nacional de Municípios do Portugal Romano, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, usou da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para salientar que era de aplaudir a iniciativa de constituir uma associação em torno do legado romano português, embora se verificasse, por exemplo, a ausência de alguns instrumentos comuns aos vários concelhos de regulação urbanística, quanto à qualidade de intervenções e ao acompanhamento de intervenções arqueológicas. Deram conta que muitas cidades estavam fora daquele grupo inicial, embora estivesse prevista a possibilidade de alargamento. Por último, não poderiam deixar de destacar a responsabilidade que era pertencer àquele tipo de associação. “Pode ser que se compreenda, que viver numa cidade de origem romana, implica enormes responsabilidades e que não são inaugurações de bonecos de plástico, nem festejos vagamente à maneira romana, que evocam ou dignificam essa herança, mas sim o cuidar dos vestígios valiosos e mantê-los, evitando a degradação acelerada, como era o caso da *dómus* das Carvalheiras ou até mesmo o teatro romano da colina da Cividade e

de os disponibilizar à fruição pública dos Bracarenses e de quem visita Braga”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO NOVE – REGULAMENTO DOS APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e oito de maio do ano em curso, relativa ao Regulamento dos apartamentos de transição para vítimas de violência doméstica, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o regulamento que tinham, hoje, em discussão, naturalmente, teria o apoio e a votação favorável do Partido Socialista, independentemente daquilo que iria ser, ali, decidido, hoje. Era o culminar de uma história que tinha começado há alguns anos e durante a gestão socialista da Empresa Municipal Bragahabit e da Câmara Municipal de Braga. Nessa altura, sentiram que começava a sociedade a preocupar-se com um crime que, hoje, como sempre foi, horroroso, mas que não era visto pela sociedade como um crime, diria, horroroso. Estavam a falar das vítimas de violência doméstica. Daí para cá, a sociedade preocupou-se cada vez mais e foi procurando criar políticas que erradicassem esse tipo de crime, mas, ao mesmo tempo, também, tratasse as vítimas. No mandato de dois mil e nove a dois mil e treze, a Bragahabit candidatou um programa apoiado por fundos comunitários, a construção de apartamentos, para vítimas de violência doméstica. Três apartamentos de transição, que deveriam fazer parte de uma rede que trataria as vítimas de violência doméstica. Candidataram, o processo começou a ser executado, escolheram o local onde a Bragahabit tinha uma propriedade. Depois dos projetos e com uma candidatura aprovada com cerca de oitenta e cinco por

cento, começaram a construir esse projeto, preocupados com aquilo que cada vez mais era, também, uma preocupação da sociedade e que devia ser uma preocupação dos municípios e em boa hora o Município de Braga, através da sua Empresa Municipal Bragahabit. Em dois mil e treze e, também, mercê das eleições havidas, o poder mudou para a Coligação “Juntos por Braga” e, naquilo que foi uma atitude, que fez alguma carreira, mas que depois até retrocedeu, começou a ouvir-se algumas vozes a dizer que aquilo tinha sido um mau investimento, que não sabiam o que iam fazer com aquilo. Só que, entretanto, aperceberam-se que, mais uma vez, o Município de Braga, também, tinha sido pioneiro nessa matéria e, agora, concluíram as obras que estavam, praticamente, em via de conclusão e, hoje, estava, ali, presente o Regulamento. Era bom que se lembrassem todos dessa história, da história da necessidade para um crime social e que, depois, não foi bem visto no início e que, hoje, toda a gente queria a paternidade. E era um filho que todos deviam cuidar. E, por isso, hoje aparecia aquele Regulamento, que foi muito bem analisado pelo Partido Socialista e do qual e do iria ali dar nota uma eleita propondo, também, dada a sua experiência e esteve também consigo nesse projeto pioneiro, algumas recomendações. E, hoje, era um projeto que não devia morrer, ali. O problema da violência doméstica era um problema que devia afetar todos. Todos tinham responsabilidades em poder anular esse problema social enorme. E, portanto, seria com muito afeto, muito interesse, que iriam explanar alguns dos contributos que o Regulamento merecia. Dizer que da parte do Partido Socialista e para as questões de natureza social, estavam todos de acordo e estariam, também, a favor daquele projeto que lhe parecia de grande relevância social para o Município de Braga. Registou-se a intervenção da Sr^a. **Deputada do P.S., PAULA JULIETA RAMADA FERREIRA CAMELO**, para referir que: O grupo PS na

Assembleia Municipal realizada a treze de julho de dois mil e dezoito pretende contribuir para o enriquecimento da proposta de regulamento apresentada no âmbito do ponto nove, da agenda de trabalhos relativo ao Regulamento dos Apartamentos de Transição para Vítimas de Violência Doméstica. Nesse sentido, tinham seis pontos: “Um - Propõe-se na página três a inclusão no Considerando relativo à experiência de trabalho, o seguinte: Considerando que a experiência do trabalho e intervenção social no atendimento, acolhimento e acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica, no Município de Braga tem demonstrado desde a execução do Plano de Desenvolvimento Social dois mil e oito – dois mil e treze, a necessidade de se criar uma resposta deste género. Dois - No artigo terceiro sobre objetivos propõe-se a inclusão de um ponto três com a seguinte redação: "Elaborar um plano de acompanhamento às/aos utilizadores, com vista à sua reorganização e autonomia pessoal e social". Três - No artigo quinto sobre Plano de Acompanhamento propõe-se a inclusão de um ponto três com a seguinte redação: "Agilizar mecanismos necessários para garantir a retaguarda habitacional, aquando da saída do Apartamento de Transição, através dos programas e medidas preconizadas pela Bragahabit, E.M." Quatro - Quanto aos recursos humanos refere-se na página três que "serão suficientes os existentes", sem, contudo, os enumerar. Sugere-se que os mesmos sejam descritos com definição de afetação ao funcionamento dos Apartamentos de Transição. Cinco - No artigo décimo relativo aos deveres da entidade promotora propõe-se a inclusão de um ponto três com a seguinte redação: "Para satisfação dos encargos financeiros previstos nos números anteriores, a Câmara Municipal, constituirá anualmente no orçamento municipal, fundo de maneiio para o efeito. Seis - No artigo sexto ponto dois sobre condições de admissão considera que a competência para apreciação e deferimento dos pedidos de admissão nos

*Apartamentos de Transição, deverá ser atribuída a uma entidade parceira com conhecimento e articulação com Casas Abrigo, nomeadamente a APAV, ou uma Comissão inter serviços e não constituir competência do Presidente da Câmara que poderá delegar no Vereador das Políticas Sociais. Por último, no artigo décimo segundo propõe-se que o Sr. Presidente do Município mande corrigir as respetivas alíneas, uma vez que falta o articulado da alínea c)”. Por considerarem que era uma problemática corrente, infelizmente, e que merecia de todos respeito, consideravam que essa reflexão contínua e esse trabalho de acompanhamento ao funcionamento de uma nova valência, deveria ser monitorizada por um grupo de reflexão. E, nesse sentido, consideravam que a Comissão Especializada teria, ali, um papel bastante significativo e como tal, deveria montar ou reorganizar um fórum, para manter aquela temática na ordem do dia. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que era pena que as propostas não tivessem surgido em sede de Câmara, porque os Vereadores do PS podiam ter feito as propostas e teriam sido logo incorporadas no Regulamento, mas não iriam deixar de aproveitar a oportunidade de enriquecer o Regulamento. No entanto, havia, ali, de facto, alguns formalismos que teriam que cumprir e outra das possibilidades era aprovar, hoje, o Regulamento e produzirem um conjunto de reflexões que se traduzissem numa alteração posterior. Por isso, aquilo que gostaria deixar à consideração da Assembleia era uma de duas possibilidades. Ou aprovavam o atual Regulamento e iriam coligir um conjunto de alterações para incorporar, ou poderiam baixar à Comissão Especializada, que acompanhava aquela matéria, que tinha feito um excelente trabalho e que tinha um excelente ambiente de trabalho, para fazer, no fundo, o trabalho de aperfeiçoamento do Regulamento e, depois, voltaria à Assembleia Municipal. Por*

isso, achava que qualquer uma das duas soluções permitiria, a primeira tinha a vantagem de já os deixar equipados com o Regulamento, mas a segunda era um estímulo para que concluíssem o trabalho, para ficarem com uma peça mais perfeita e, juridicamente, mais enxuta. Interveio o **SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, FIRMINO JOSÉ RODRIGUES MARQUES**, para referir que o tema, ali, levado, era importante e era importante, também, definirem, ali, hoje, o padrão do Regulamento. Obviamente, como tudo, podia e devia ser articulado e as Comissões Especializadas da Assembleia Municipal eram importantes e poderiam enriquecer, depois, na altura própria o Regulamento. Agora, a sugestão era que fosse viabilizado o tronco principal do Regulamento, que era o que interessava. Ao fim e ao cabo era o que estava, ali, em discussão. Depois, pormenores e especificidades, podiam, a seu tempo, como tudo, ser melhorados. Era, por isso, que ali estavam, para melhorar aquilo que estava menos bem, ou poderia ser enriquecido. A questão, ali, era ser enriquecido, porque o Regulamento respondia, de facto, à eficácia que pretendiam para o exercício dessa proteção que lhes era devida que os responsabilizava e que devia responsabilizar, também, a todos. Ficava o tronco já definido e, a seu tempo, na Comissão, também era um espaço próprio de discussão, poderia vir a ser enriquecido, como em tudo, como em qualquer Regulamento. Era a sugestão que deixava e agradecia a atenção e o cuidado na abordagem daquele tema, como estava a ser feito. Posta à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade e, posteriormente, baixar à Comissão Especializada de Assuntos Sociais e Saúde, para ser enriquecido. **PONTO NÚMERO DEZ – PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE LEASING OPERACIONAL DE AUTOCARROS PARA TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS – TUB, EM.** Submete-se à apreciação e

votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de onze de junho do ano em curso, relativa ao procedimento para fornecimento em regime de leasing operacional de autocarros para transportes urbanos de passageiros – TUB, EM, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi, inicialmente, dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, que começou por dizer que iria fazer um brevíssimo enquadramento sobre aquela questão e aquela opção, que estava refletida naquela iniciativa que, hoje, seria submetida à apreciação da Assembleia Municipal, e que tinha a ver, obviamente, com a estratégia que o Município e os Transportes Urbanos de Braga, estavam a desenvolver do ponto de vista da renovação da sua frota. Como era sabido, de há muitos e muitos anos a esta parte e, ali, também, não havia paternidades recentes, nem tardias, que todas as forças políticas no nosso concelho, em vários outros concelhos no país, têm vindo a apontar para uma lacuna que existia, uma discriminação negativa que existia no nosso país, relativamente ao financiamento dos transportes públicos, quer em termos do seu funcionamento e das regalias que eram permitidas aos seus utentes, quer, também, em termos da renovação e financiamento dessa renovação da frota, por parte dessas entidades que disponibilizavam o serviço público de transporte, fora das áreas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Enquanto que em Lisboa e no Porto havia todo um conjunto de recursos, que vinha sendo disponibilizado, para uma e outra dimensão, no caso do resto do país, eram os Municípios, eram as Empresas Municipais, que tinham vindo a suportar, a suas próprias expensas, esse mesmo esforço, o que era, obviamente, algo extremamente exigente, face às condicionantes e aos custos desses investimentos. Aliás, sobre essa matéria,

recordava, até, o episódio recente, que foi amplamente divulgado, há não muito tempo, relativamente à intenção do Governo de generalização do passe social mais, das regalias que eram disponibilizadas, para os utentes das camadas mais desfavorecidas da população, e que, apesar de haver da parte do Ministério do Ambiente uma vontade expressa de alargamento ao resto do país, dessa mesma iniciativa, o Ministério das Finanças tinha vindo a obstaculizar a que assim acontecesse com, obviamente, claro prejuízo para população do resto do país e, em particular, também, no concelho de Braga. Relativamente à componente da frota, todos tinham consciência, bastava andarem na rua, que a frota dos Transportes Urbanos de Braga estava substancialmente envelhecida, tendo uma idade média que rondava os dezassete anos de vida. Dentro dessa idade média, e por isso mesmo era uma idade média, havia autocarros relativamente recentes, outros que tinham uma idade extremamente avançada e isso, obviamente, que causava impactos do ponto de vista da operacionalização da atividade, da segurança e disponibilidade dos autocarros, para a operação que tinha que ser assegurada à população e, até, do ponto de vista da qualidade de vida e do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, também dessa mesma frota dos autocarros dos transportes urbanos. Nesse mesmo sentido, no mandato anterior, a Câmara Municipal e os Transportes Urbanos fizeram aquilo a que chamavam um negócio de oportunidade. Não foi de todo, nem nunca o venderam como tal, uma iniciativa de renovação da frota, mas, apenas, a circunstância de por uma quantia absolutamente irrisória, no contexto daquilo que era o custo inerente à aquisição de transportes de autocarros de transporte coletivo, que foram duzentos e quarenta mil euros, poderem incorporar na sua frota, quarenta autocarros que vieram dos STCP, que sabiam que tinham uma idade já considerável, na ordem dos quinze anos de vida, mas que lhes permitiram, na

altura, libertar viaturas que tinham quase trinta anos de vida, portanto quase o dobro daquelas que acabaram de chegar, ao mesmo tempo que tornaram mais eficiente e homogénea a manutenção desses mesmos equipamentos, porque eram todos da mesma marca, do mesmo modelo e isso gerou economias do ponto de vista da manutenção. Mas nunca em circunstância alguma o Município ou os Transportes Urbanos, na sua administração, nos seus representantes, disseram, publicamente, que aquela era a maneira, como encaravam a renovação da frota dos transportes urbanos. Portanto, julgava ser de assinalar aquilo que se tinha passado ao longo deste novo mandato autárquico e do final do mandato anterior, em que, finalmente, encetaram esse percurso árduo de renovação da frota dos transportes públicos. Começaram, como era sabido, graças a um aviso que foi disponibilizado no POSEUR, no quadro comunitário, para a aquisição, através de um concurso internacional, de um limite máximo de trinta e uma viaturas elétricas, mas para as quais obtiveram financiamento, para seis viaturas. E sempre disseram que só poderiam adquirir mais viaturas ao abrigo desse acordo quadro que foi celebrado se existisse um alargamento das verbas disponíveis para financiar essa mesma aquisição, coisa que nunca chegou a acontecer. Portanto a Câmara Municipal celebrou o acordo quadro. Tinha a possibilidade de adquirir até trinta e uma viaturas elétricas, durante um horizonte temporal. Cada uma dessas viaturas elétricas custava cerca de quatrocentos e vinte e cinco mil euros, novo e, obviamente, tinha uma comparticipação não integral, nem coisa que se parecesse, por parte do POSEUR, e, simultaneamente, submeteu, também, um pedido de crédito, junto de uma instituição bancária, que permitiu e que foi aprovado por aquela Assembleia Municipal em novembro de dois mil e dezassete, financiar o investimento dos Transportes Urbanos nesses autocarros. E isso, também, para, de uma vez por todas, esclarecer que se os Transportes

Urbanos ainda não tinham disponíveis esses autocarros, não era, como alguns apregoaram, por dificuldades e tesouraria ou por dificuldades financeiras, até porque o dinheiro, os tais dois milhões oitocentos e cinquenta mil euros aprovados pela Assembleia Municipal, já há muito estavam depositados nas contas dos Transportes Urbanos, era porque a aquisição dessas seis viaturas, ainda, não recebeu, apesar dos sucessivos esclarecimentos, o visto do Tribunal de Contas, mas esperavam que essa situação fosse, de uma vez por todas, resolvida num futuro próximo. Portanto, nessa altura, concluir-se-ia essa aquisição. Receberiam um financiamento, uma participação, através desse primeiro aviso do POSEUR e passariam a estar disponíveis essas primeiras seis viaturas elétricas. Obviamente que não era suficiente olhar para essas seis viaturas e, daí que, a Administração dos TUB tivesse encetado outras iniciativas das quais resultou a proposta que, hoje, estava ali em apreciação na Assembleia Municipal. Ou seja, a possibilidade de constituição de um leasing operacional, para a aquisição de catorze viaturas, num valor que rondaria uns seis milhões de euros de investimento global e que representaria um encargo de cerca de trezentos mil euros por ano. E esse leasing operacional iria ser aplicado já não na aquisição de viaturas elétricas e também já o explicaria porquê, mas sim em aquisição de viaturas a gás natural comprimido. E porque era essa a opção e não a possibilidade de aquisição de viaturas elétricas? Porque, como tinham assistido, em relação a outros sistemas de transportes públicos, quer no Porto, quer em Guimarães, quer em outros pontos do país, a percentagem de viaturas elétricas era, neste momento, uma percentagem relativamente residual, porque se tratava de um sistema que estava, ainda, a carecer de alguma maturação e de algum aprofundamento. E, aquilo a que tinham assistido e ainda recentemente ouviram as declarações do responsável da ARRIVA, num dos pequenos almoços

promovidos pelos Transportes Urbanos, a dizer que não poderiam, de uma forma irresponsável, avançar imediatamente para a utilização maciça de uma tecnologia que não estava devidamente consolidada e que poderia pôr em causa a própria operação dos Transportes Urbanos. Se um dos seis autocarros falhasse pelas razões que tinham acontecido nalgumas das outras localidades, isso não punha em causa a operação. Se começassem a fazer, já hoje, uma aposta exclusiva na aquisição de transportes elétricos, para promover a renovação da frota, naturalmente que isso colocaria em risco a própria operação e entendiam que não o deveriam fazer. Portanto, estavam a incorporar, paulatinamente, as viaturas elétricas no conjunto da frota, mas estavam a encetar essa mesma renovação com alguma cautela, adaptando o funcionamento dos Transportes Urbanos e da sua gestão interna, também a esse novo sistema e, ao mesmo tempo, percebendo se os riscos que estavam inerentes ao funcionamento desses mesmos autocarros, no ponto de vista da sua fiabilidade, iam sendo garantidos pelas empresas que os forneciam e iam sendo, controlados, também, pelas empresas que os forneciam, para que não tivessem qualquer dúvida na sua aquisição futura. Mas, ao mesmo tempo, queriam adquirir autocarros amigos do ambiente e daí a opção por aqueles autocarros a gás natural comprimido. Aquele leasing iria permitir adquirir de imediato esses catorze autocarros que seriam incorporados, também, na frota. A verdade era que mesmo olhando para aqueles vinte autocarros consideravam que seria, ainda, insuficiente, para aquilo que era o desafio com que se deparavam os Transportes Urbanos e, por isso, durante vários meses, a Administração dos Transportes Urbanos, a própria Câmara Municipal, junto com outras operadoras, a nível nacional, tinham vindo a sensibilizar o Ministério do Ambiente, e de forma muito particular, o nosso bem conhecido Secretário de Estado, que tinha a tutela dos Transportes, Professor

José Mendes, que era um Bracarense, para alargar o financiamento disponível, para aquisição de novas viaturas. E foi, obviamente, com muita satisfação, que receberam a informação, que até ao próximo dia doze de outubro, iria ser aberto um novo aviso do POSEUR, para financiar, mais uma vez, a aquisição de viaturas e quando dizia financiar, também, não era integralmente. Esses financiamentos, esses fundos comunitários, apenas pagavam oitenta e cinco por cento da diferença entre aquilo que se considerava um autocarro limpo e um autocarro poluente, um autocarro a diesel. Era apenas uma parte marginal do investimento a realizar, mas com base nesse financiamento e com base no apoio que a Câmara Municipal prestaria na ordem dos quinhentos mil euros por ano, ao longo dos anos vindouros, os TUB iriam submeter uma nova candidatura, para adquirir mais treze autocarros a gás natural comprimido e mais três autocarros elétricos, mantendo a tal proporção entre os autocarros de uma e de outra fonte de alimentação, para, paulatinamente, ir renovando toda a frota. Obviamente que, quando dizia toda a frota, era um esforço que tinham que olhar para ele a médio prazo. Só neste mandato, só nestes quatro anos até dois mil e vinte e um, com as contas que agora apresentou, passariam a ter nove autocarros elétricos, seis do primeiro aviso do POSEUR e mais três do segundo aviso. Catorze autocarros a gás natural comprimido, que resultariam da aquisição que, hoje, estava subjacente àquela proposta de leasing operacional. Mais treze autocarros a gás natural comprimido, que seriam incorporados no segundo aviso do POSEUR e mais três autocarros elétricos, também, desse segundo aviso do POSEUR. Ou seja, no total, um investimento que rondava os dez milhões de euros na frota dos Transportes Urbanos e uma renovação de praticamente trinta por cento da sua frota, durante os quatro anos que estavam, neste momento, a viver.

Interveio de seguida a Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE

BARROS, para, dizer que a estadia na bancada foi muito rápida e, de facto, foi estratégica, e começava a achar que foi mesmo o Presidente da Câmara que assim quis que acontecesse. Mas, aproveitava, até, para agradecer ao Presidente da Câmara a explicação histórica e cronológica dos eventos, relativamente ao que tinha sido o episódio ou o tema dos transportes urbanos de Braga. Obviamente acompanhavam aquela crítica e a exigência de que a forma como as empresas de transporte públicos, quer da área metropolitana de Lisboa, quer da área metropolitana do Porto, deveriam ser alargados a todo o território nacional e, portanto, disseram isso várias vezes, ao longo dos anos e continuavam a insistir e achavam que a Câmara devia ter essa postura de exigência de um tratamento de igualdade, para que o serviço pudesse ser prestado nas mesmas condições ou, pelo menos, que partisse do mesmo patamar de oportunidade, porque bem sabiam que aquele financiamento ajudaria não só à renovação da frota, como à própria Empresa Municipal, que sustentava aqueles transportes. No entanto, ainda bem que o Presidente da Câmara falou de estratégia para os TUB, porque julgavam que estratégia era o que faltava, precisamente, para os TUB. Era o que faltava nos TUB e era o que tinha faltado na renovação daquela frota. Disse, ainda, que a dezassete de novembro, numa sessão deste órgão, aprovaram o procedimento para financiamento bancário para aquisição de seis veículos elétricos para os TUB, enquadrados no âmbito do projeto POSEUR. Este projeto a fundos comunitários vinha na linha de uma estratégia anunciada pela Câmara de investir na utilização de viaturas elétricas para conseguir modernizar a frota da TUB com ganhos ambientais e de saúde, ainda por cima com um custo de manutenção vinte e cinco por cento abaixo do custo de autocarros a diesel novos, um consumo de energia a dez euros cada cem quilómetros contra os quarenta e cinco euros por cem quilómetros das outras

viaturas. Portanto, vinha no seguimento desta promessa de renovação ambiental e, portanto, que seria difícil de criticar. No entanto, avisaram, também, que assim seria, precisamente a dezassete de novembro de dois mil e dezassete, o ano passado, não consistia em estratégia absolutamente nenhuma a Câmara Municipal aproveitar, apenas, aquela abertura de procedimento, que folgavam em saber que existia uma segunda oportunidade, mas sabiam, também, que se não voltasse a existir, a aquisição de viaturas elétricas e aquele projeto megalómano e tão ambicioso ficava pelo caminho e, já na altura, o Senhor Presidente da Câmara assumiu que assim seria. Portanto, não havendo fundos comunitários e esse apoio, não haveria mais viaturas elétricas, já, nessa altura, acusaram a maioria no município de não ter uma estratégia e ir atrás da estratégia daquilo que parecia ser o que era delineado por outros interesses e por outras cidades e, neste caso, por outros países, estratégicas que não eram adequadas ao Município de Braga. E, hoje, embora importasse, também, referir que aquela aquisição em dois mil e catorze, embora o Presidente, ainda hoje, tivesse, mais uma vez, sublinhado o quão importante e o quão oportuno foi esse negócio, lembrava-o, até, que nem era bem verdade que não tivesse sido dito que era uma renovação de frota. Sabia que separavam alguns anos de dois mil e catorze até aqui, mas a memória de quem a tinha fresca, e pela sua fresca idade conseguia mantê-la fresca, felizmente, lembrava-os bem que a primeira vez que aquela notícia saiu, foi dada como uma renovação da frota, sim. Foi dada como uma aquisição de viaturas. Depois, claro, pelos vários questionamentos que foram sendo feitos, à volta daquele negócio oportuno, a Câmara viu-se obrigada a explicar que, na verdade, essas quarenta e quatro viaturas viriam substituir aquelas que não estavam mesmo em condições de circular. Ora, diria, até, que o Sr. Presidente da Câmara não devia ter estado muito atento, porque aqueles

problemas a que repetidamente assistiram de motores que explodiam e ardiam de viaturas que vieram da SCTP, ainda no domingo passado aconteceu, não ficaram resolvias e as viaturas estavam realmente a circular, mas estavam a avariar e a queimar. Eram viaturas que vieram substituir viaturas que enviaram para abate com menos idade de vida, porque supostamente o caminho seria então aquele tal do amigo do ambiente, não queriam mais viaturas a gás, não queriam mais viaturas a diesel. Portanto, as nossas que eram da cidade de Braga foram para abate, veio a sucata do Porto e, hoje, perante toda aquela falta de estratégia, estavam deparados com mais uma pedra no caminho da estratégia para os TUB. Obviamente que aprovariam aquele ponto, porque se tratava do procedimento para fornecimento de leasing, não estavam de qualquer maneira contra a renovação da frota dos TUB. Aliás, já em dois mil e catorze, o que disseram e propuseram precisamente, foi que em vez de terem adquirido aqueles quarenta e quatro nas condições que foram, mais valia ter-se investido em seis ou sete, para se ir renovando a frota gradualmente, à medida da possibilidade financeira da Câmara, com autocarros novos, viaturas novas, para servir a cidade e para servir os transportes públicos e a prestação do serviço público, mas, na altura, a Câmara rejeitou essa ideia. Preferiu trocar os autocarros que tinham pelos do Porto, e estava a resultar bem, de facto e agora disseram que iriam apostar nas viaturas elétricas, embora só pudessem apostar nelas e pagá-las com a ajuda de fundos comunitários, mas agora estavam a votar aquisição de viaturas, que eram a gás e não elétricas. Perguntavam-se, e não lhes restava outro exercício a fazer, hoje, porque não foram encontradas essas soluções para a renovação da frota antes de hoje, há quatro anos. Porque era que isso não foi uma possibilidade? Porque era que, hoje, o Presidente da Câmara foi àquela Assembleia Municipal falar de uma estratégia que naturalmente tinha que ser integrada. Falar, até, das

falhas da observação das viaturas elétricas noutras cidades, porque, de facto, não respondiam ao tempo de circulação que era previsto, mas na altura em que discutiram isso, em novembro, era o paraíso na terra. Aliás, o que foi anunciado para Braga, era uma estratégia que envolvia o hi-tec dos transportes públicos, envolvia todo o know-how que nunca Braga houvera visto. Mas, a verdade, era que até o ex-administrador da TUB, tido por esta maioria em tempos como o timoneiro da mobilidade para Braga, questiona as decisões que os responsáveis políticos do município têm tomado sobre esta matéria! Não podiam deixar de se perguntar onde estava essa visão estratégica de equilibrar a utilização de viaturas elétricas e introduzi-las aos poucos, enquanto se renovava a frota, que era o que já diziam em dois mil e catorze e disseram em dois mil e treze e disseram anos e anos. Ir renovando a frota para ser possível que uma empresa como os TUB, facultasse um serviço de qualidade aos seus utentes, um serviço que tivesse viaturas de conforto, com qualidade suficientes, para fazer as carreiras que eram necessárias para servir as populações na cidade e nas freguesias, com um preço que, hoje, lhes parecia absolutamente injustificado para o péssimo serviço que se prestava, muitas das vezes. Mas, a verdade, foi que na altura lhes foi dito, não era uma opção, não havia dinheiro, mas afinal, podia ser uma opção e hoje, o Sr. Presidente da Câmara, o que foi fazer no fundo, foi, embora de uma forma muito eloquente, com uma narrativa a que lhes tinha habituado, de que de tudo o que era um falhanço desta maioria, parecia uma vitória. Mas, a verdade era que não. Estavam bem atentos e que quem usava os transportes públicos, quem como eles eleitos naquela Assembleia, estiveram na Assembleia de novembro e estiveram nas outras anteriores e discutiram aquela temática, percebia bem a falta de estratégia e, como disse, até o próprio ex-administrador percebia bem a falta de estratégia que aquela maioria tinha,

naquela matéria. “Não venham, agora, aqui, atirarem-nos areia para os olhos e fingir que Braga está, como sempre esteve, nos maiores planos de mobilidade e renovação de frota, com uma empresa de transportes públicos a funcionar a cem por cento. Não está. Não esteve. E com esta falta de estratégia, dificilmente estará”. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que achava que ficava muito claro que aquele processo, por mais histórias e narrativas que o Sr. Presidente da Câmara ali pudesse levar, era uma magnífica, uma gigantesca oportunidade perdida para Braga. Achava que todos se recordavam, aliás aquela maioria tinha esse dom, de tanto que comunicava, tornar difícil que fosse esquecido aquilo que comunicava, todos se recordavam da história de um famoso suplemento que veio num jornal, sobre as grandes mudanças que iriam introduzir-se na cidade ao nível da mobilidade, de uma nova cultura, de uma nova visão, de um novo projeto, de um novo horizonte de mobilidade sustentável pra a cidade, e, de facto, a solução que, hoje, ali, lhes foi levada, para a aquisição de catorze autocarros não elétricos, possivelmente a gás, era uma solução que só os podia deixar insatisfeitos, e os podia deixar a desejar. Era importante lembrar que acerca de um ano e três meses, foi anunciada a aquisição, por três milhões de euros, de um conjunto de autocarros e a entrega da primeira unidade desse conjunto de autocarros, para maio de dois mil e dezoito. Mais uma vez, essa foi uma promessa que falhou. Foi uma promessa que ficou perdida em algum lugar. Mas foi uma promessa que foi usada de forma consistente e repetida em documentos oficiais da Câmara Municipal, em espaços de comunicação institucional da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, como era o blog da TUB, onde essa matéria foi tratada e onde essa matéria foi assumida. E, também, achava que estava bem presente para todos que, acerca de um ano, foi anunciado o fecho do processo de concurso

público internacional, para a aquisição de trinta e um veículos cem por cento elétricos, com um investimento de catorze milhões de euros, à Caetanobus. Na altura, dizia a propaganda municipal, a boa máquina de propaganda municipal, que os TUB passariam a ter um terço da sua frota composta por veículos elétricos e Braga seria a primeira cidade do país a fazer a opção pela tração elétrica. O centro de Braga passaria a ser servido por autocarros cem por cento elétricos, numa clara aposta na sustentabilidade da cidade e da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Iniciar-se-ia, assim, o processo que levaria o Município a retirar da circulação vinte e cinco por cento dos automóveis da cidade até dois mil e vinte e cinco. O primeiro veículo chegaria a Braga em maio de dois mil e dezoito, fazendo parte de um leque de veículos financiados pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, bem como as infraestruturas necessárias para a operação e manutenção, onde se incluía a formação de mecatrónicos, postos de carregamento e a construção do novo parque de material e oficinas. Achava que estavam todos absolutamente unidos e absolutamente irmanados, de que aquilo que se passava no Porto e em Lisboa, com o financiamento do Estado às empresas de transportes da grande área metropolitana do Porto e de Lisboa, era manifestamente injusto com aquilo que se passava com o resto do país e era uma situação que ao longo de muitos anos, vários partidos da esquerda à direita, se tinham batido naquela Câmara, porque era, de facto, uma situação injusta e que não encontrava respaldo em nenhum contexto que se entendesse de promoção de um desenvolvimento coeso e sustentável de todo o território. Aquilo que estavam, ali, a discutir, hoje, era uma coisa diferente. Estando irmanados nisso, não podiam estar irmanados de que num dia a Câmara tivesse uma ideia. Era uma grande ideia, era uma ótima ideia, tivesse direito a todas as parangonas e a todo o contexto da sua parafernália

mediática da sua poderosa máquina de comunicação a promover essa ideia e, no dia seguinte, deixou de ser uma boa ideia, no dia seguinte o guru da mobilidade deixou de ser tão guru assim, porque no passado era defensor daquela maioria e, hoje, era mais crítico desta maioria e, portanto “mudam-se os ventos, mudam-se as vontades”, em função das circunstâncias, esta Câmara ia mudando e afirmando a cada momento aquilo que entendia melhor, para não perder a face daquilo que também eram as inconsistências e as incompetências que, não raras vezes, os ia brindando na sua gestão. Alias, ainda muito recentemente, no Fórum Para Cidades Inteligentes, realizado muito recentemente no Museu Dom Diogo de Sousa, o Senhor Presidente da Câmara anunciou, na abertura da sessão, que o Município de Braga iria avançar no imediato com a aquisição de seis autocarros elétricos, para os Transportes Urbanos de Braga, num investimento de dois vírgula cinco milhões de euros, o concurso público para a aquisição dos veículos lançado hoje, previa a possibilidade de estender de seis para trinta e um a aquisição das viaturas, num valor global de investimento que ascenderia aos três milhões de euros. Portanto, aquele processo começou há um ano. Há dois meses foi repetido pelo Presidente da Câmara na sessão de abertura de um Fórum sobre cidades sustentáveis, cidades tecnológicas, cidades criativas, cidades viradas para o futuro, com compromissos para o futuro, e o que era facto, era que hoje foram deparados com aquela montanha que pariu um rato, porque de facto essa solução não servia a cidade. Essa solução veio fazer aquilo que não foi possível fazer com a compra de um conjunto de autocarros aos STCP que, na verdade, foram mais problemas do que soluções, para os transportes urbanos e que, hoje, urgia, de facto, encetar, ainda que com uma perna um pouco manca, o processo de renovação da frota. O Partido Socialista não iria obstaculizar essa solução, porque o Partido Socialista era favorável à renovação da frota. Mas o

*Partido Socialista não podia deixar de ir ali dizer, que os documentos das empresas, os planos de atividades das empresas, eram, de facto, documentos prospetivos, que faziam uma análise das realidades e que tomavam posições estratégicas para o desenvolvimento da cidade, de uma forma séria e de uma forma consistente e de uma forma que desse garantias de uma visão para o futuro da cidade e do concelho, ou não eram. Quando viam que constava do Plano de Atividades da Câmara Municipal e do Plano de Atividades dos Transportes Urbanos de Braga a aquisição de veículos elétricos, isso queria dizer que deveria estar a montante daquilo uma visão, uma ideia, um compromisso para a cidade que, naturalmente, aqueles autocarros a gás garantiam de uma forma muito menos sadia e muito menos desejável, do que todos desejariam. Braga era, hoje, a terceira cidade do país, em termos de poluição do ar. Tinha, hoje, problemas graves ao nível do trânsito e, portanto, aquela era uma má solução. Era uma gigantesca oportunidade perdida. Era uma solução inconsistente, que revelava, de alguma forma, o contexto inseguro e desestruturado como algumas opções eram tomadas e o Partido Socialista, no quadro da sua responsabilidade, não iria obstaculizar, mas não podia deixar de uma forma muito sublinhada, que era solução era uma solução que não servia. Percebia, naturalmente, o incómodo do Deputado Hugo Soares, mas era assim. Nem sempre tinham razão e havia que aceitar, quando não a tinham. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para salientar que o Bloco de Esquerda não podia deixar de mostrar a sua preocupação, relativamente à questão dos transportes públicos em Braga. Podiam acrescentar que tinha a ver com o facto de, na sua perspetiva, a questão de os transportes públicos necessitar uma abordagem integradora e complexa. De facto, numa cidade, onde o meio de transporte individual prolifera, contaminando e poluindo o ar e, nomeadamente,*

também, o ruído, aquela questão dos transportes públicos, tinha que ser encarada de uma forma mais consistente e integrada, incluindo as zonas pedonais. Notava-se, também, que além da falta de estratégia, como, ali, já foi referido, não havia, de facto, um planeamento, no que aos transportes públicos dizia respeito. Por exemplo, os horários permaneciam desajustados e não serviam todos os habitantes do concelho. As paragens eram minimalistas e quase sem informação. A página da internet tinha informação escassa e pouco explícita, para quem aqui habitada e, sobretudo, para quem visitava a cidade. Na verdade, se Braga pretendia ser uma cidade cosmopolita e aberta a quem a visitasse, os transportes públicos tinham, necessariamente, de melhorar. Mais acrescentava que os transportes públicos eléctricos, não era apenas uma questão de ser amigo do ambiente, era uma questão muito profunda e a questão ambiental tinha que ser considerada aqui nesta cidade, que tanto sofria em relação à questão ambiental. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que estava, de facto, atentíssimo a ouvir a intervenção do Sr. Deputado Pedro Sousa, evidenciar o seu domínio sobre essas matérias de transportes e pensou que, até, lhes podia levar alguma coisa de novo, mas confessava que se preparava, apenas, para fazer uma congratulação com aquela boa notícia que, hoje, ali, souberam, mas não podia deixar de lhe dedicar duas ou três palavras, porque tinham que expressar a sua indignação, por aquela falta de despudor. Porque ouvir, com aquele tom de convencimento e com aquela petulância, lições de quem deixou uma frota envelhecida, que foi a herança que apanharam. Umas instalações de século dezanove, que eram uma vergonha, para trabalhadores que se prezavam. Uma dívida de resultados transitados acumulados de sete milhões de euros. Dívidas à ADSE de oitocentos mil euros, que já começaram a amortizar com os resultados positivos dos quatro últimos

anos. Já amortizaram duzentos mil euros à ADSE, pagando o calote de sessenta mil euros por ano, em média. Essa foi a herança. E não havia milagres. Sobretudo, não havia milagres, que não tivessem que respeitar regras de responsabilidade. E era preciso perceber, era separar as águas. Porque se quisessem aprofundar aquele dossier, tinham muito por onde conversar. Para dizer que foi explicado que as STCP, era, de facto, um negócio de oportunidade. Peças e algum equipamento menos velho, que o velho que já cá tinham. Enquanto não vinham os novos, pelo menos iam aproveitando um bom negócio, por força das circunstâncias, era útil para a gestão da casa. E quem geria de forma prudente, equilibrada e atenta aquela casa, havendo uma oportunidade de negócio, com aquelas características, era bem melhor do que andar a pagar a substituição, peça a peça, quando tinham por atacado um conjunto de autocarros e de equipamentos, que por si valiam muito mais do que o preço de ocasião, por que estavam a ser transacionados. Até, porque, os STCP estavam com a expectativa de ter um apoio para a renovação da frota de imediato, que não aconteceu e, por isso, fizeram aquele saldo, que Braga, e bem, aproveitou. Mas o compromisso que havia, era o compromisso de renovar a frota a duas unidades por ano. Era esse o compromisso. Era o compromisso político eleitoral. Dizia a Deputada Bárbara que se devia ter aproveitado, em vez de comprar o espólio dos STCP, deviam ter comprado quatro ou cinco autocarros. Pois, mas o que se gastou na aquisição ao Porto, só comprava meio autocarro. Havia uma pequenina diferença. Era preciso fazer contas. Era preciso ter dinheirinho para comprar, porque, de facto, não tinham o auxílio do Porto e de Lisboa. E quem geria tinha que fazer contas. Tinha um orçamento. Tinha que ter apoios. E, por isso, fazia sentido e a Câmara e os TUB queriam mais, em termos de POSEUR, primeira fase, mas era preciso não esquecer, que no POSEUR, com os cálculos

que o Sr. Presidente apresentou, significava que a fatura no fim seria a seguinte: a instituição, os TUB pagavam cinquenta e três por cento; o grande apoio do POSEUR era bom, era significativo, ajudava, mas só pagava quarenta e sete por cento. Por isso, isso implicava um investimento significativo. E, por isso, a notícia de hoje, que o Sr. Presidente, ali, levou, era, de facto, notável, porque significava que entre os seis que já estavam a rolar e que só, ainda, cá, não estavam, porque o Tribunal de Contas não permitiu. Já estavam produzidos. Já existiam fotografias. Já os podiam ver. Não os podiam usar, mas já os podiam ver. Significava que, hoje, se tudo corresse como o previsto, iriam aprovar a aquisição de mais catorze. E significava que até meados do próximo ano, poderiam ter trinta e seis. Se tivessem em linha de conta que a frota circulável dos TUB era de cento e dez carros, significava que até meados do próximo ano, renovaram um terço da frota. Se o seu compromisso, até dois mil e vinte, era de renovar dois por ano, seriam doze, trinta e seis era o triplo. “Meus caros, estamos no bom caminho”. Em relação aos elétricos, achava que a Câmara dizia, e dizia bem, e o Grupo Municipal do PSD e da Coligação reforçavam esse ponto de vista, de facto, elétrico era o objetivo, elétrico era o desejável. Mas, quando a experiência do Porto, a experiência de Guimarães, comprovavam e os técnicos e as pessoas que geriam as redes, que nas extensões mais amplas, os elétricos não estavam, ainda, a responder com a autonomia desejável, era complicado renovar, e tinham, ali, especialistas na matéria, nomeadamente na bancada dos Senhores Presidente de Junta, se renovar uma parte significativa da frota, que não tivesse aquela confiabilidade, para gerir uma frota tão importante como a nossa e que estava dependente, em grande medida, da frota que real que tinham era, de facto, mais prudente, avançar em todas as frentes, que era o que estavam a fazer, mas dividindo o risco pelas várias realidades e apoiando-se naquelas que eram as

melhores soluções, sendo certo que os trinta e seis autocarros, que estavam a ser adquiridos, eram todos de última geração. E, por isso, de facto, a cumprir-se esse objetivo, trinta e seis autocarros, até finais de dois mil e vinte, estavam a triplicar o compromisso assumido perante os Bracarenses. Mas, mais do que isso, estavam a fazer uma gestão racional. Estavam a aproveitar uma boa medida do Governo. E estavam, naturalmente, a corresponder às expectativas e acompanhar uma instituição, os TUB, que tinham feito um trabalho notável, que se tinham modernizado em todas as frentes, que hoje davam cartas em qualquer parte do país, tinham um desempenho notável, em termos de indicadores. Que se modernizou, ao nível do funcionamento. Que se motivou, ao nível dos colaboradores. Que se estavam a valorizar e que, também, naquela frente da frota, naturalmente, que não podia ficar atrás, para continuar a avançar, como tinha avançado, em todas as frentes, para corresponder às necessidades de Braga e dos Bracarenses. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que gostaria de agradecer ao Sr. Deputado João Granja, a simpatia com que sempre o tratou e queria dizer-lhe que estava um reputado e renomado especialista em transportes e que era pena que o Município não aproveitasse a mais-valia que podia ser naquela matéria. Queria dizer-lhe que, de facto, aquilo que estava, ali, em causa, e podiam dar cambalhotas e piruetas sobre aquele assunto, o que era facto, era que o PSD, quatro anos depois de estar na gestão do Município, assumiu um conjunto de compromissos. Fez um conjunto de opções. Assumiu uma linha, um caminho, um horizonte, uma escolha clara para aquilo que era um contexto de desenvolvimento sustentável, moderno e do nosso tempo. A primeira renovação da frota dos autocarros da TUB, para gás natural, aconteceu em dois mil. Iam continuar a comprar autocarros a gás, em dois mil e dezoito. Dezoito anos

depois. “Imaginem o que mudou o mundo em dezoito anos e o Deputado João Granja, vem cá hoje decidir e tentar vender a ideia de que, apesar de se ter feito uma troca de solução... eu não compreendo a razão, mas gostava que a razão que aqui nos trouxeram, não fosse uma razão de combate político-partidário, fosse a razão, de facto, seria mais franco e mais bonito travarmos o contexto do debate nessa forma e nesse patamar. O que é facto é que isso não aconteceu. E aquilo que está em causa e aquilo que hoje discutimos. E eu renovo, porque é assim que eu o entendo, a renovação da frota é premente, é importante, tem de se fazer, é urgente. É óbvio que no passado, também, houve fragilidades. Eu não estou cá para discutir o passado e é pena que esta maioria em vez de se preocupar em construir um futuro de que os Bracarenses se orgulhem, esteja sempre virada para discutir o passado. Aquilo que eu acho que é importante e é por isso que o PS se abstém, porque entendemos que é uma postura responsável, ainda que isso não nos retire o sentido crítico de apontar soluções e de um caminho que entendíamos melhor para a cidade e para o concelho, tendo em conta, até, aquilo que são as recomendações da Agência do Ambiente, os números da poluição ao nível do ar, ao nível das principais cidades portuguesas, entendemos que esta solução e que esta decisão merecia ter sido ancorada num estudo muito mais estruturado, muito mais à prova de bala, que nos permitisse, hoje, não virem cá discutir e defender com alguma candura, que passar de autocarros elétricos, para autocarros a gás, é uma boa medida que todos devemos saudar e aplaudir”. Interveio depois a **Sr.^a Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que bem podia, mais uma vez e à semelhança da primeira reunião da sessão da semana passada, o Deputado João Granja vir em defesa da Câmara Municipal, defender aquela proposta. Mas, não deixava de ser curioso que no meio de todos os valores e da ideia de que o valor

gasto naquele ótimo negócio, não pagava metade de um autocarro e tudo o mais, era que em vez de estarem com aquela atitude de mão estendida, de esmola, de aplaudir aquele negócio, que foi feito com o Porto que, na verdade, em vez de aplaudirem os devia fazer corar, porque em dois mil e catorze só ficaram com o lixo do Porto, porque o vosso governo e não só esse como outros do passado, decidiu premiar a STCP com centenas de autocarros para renovação da sua frota. Era verdade, sim senhora. E o que acontecia? Hoje, vinham dizer que não tinham o mesmo subsídio, não tinham nada. Mas, a verdade era que continuavam a aplaudir o negócio que só existiu, precisamente, porque não existia essa subsidiariedade entre todo o território. Era de mão estendida. Era assim que estavam naquela matéria. E não valia a pena ir falar do histórico, porque o histórico já o conheciam. Não precisavam desse histórico. Com a pouca memória dos outros, vivia bem. O que lhe interessava era hoje saber se os utentes dos TUB estavam em melhores condições do que estavam antes desse excelente negócio. E não estavam. Podia dizer garantidamente, porque andava de autocarro e o Sr. Deputado João Granja não andava. Não estavam em melhores condições com autocarros que eram lixo e que muitos deles vieram para substituição de peças de outras viaturas. Era esse o excelente negócio que tinham nos Transportes Urbanos de Braga? Era essa a excelente estratégia de mobilidade, autocarros que eram elétricos e depois não eram? E sobre essa estratégia o Deputado João Granja não falou. Repetiu os números. Repetiu o que a frota não pagou, mas, hoje, iria pagar-se seis milhões para aqueles? Ia ou não? E porque em dois mil e catorze não pode ser? Não precisava de explicar, porque sabia muito bem. “Claro que os seus amigos riem e acham muita graça. Mas até gostava de perceber quantas vezes e em quantos anda. E porque é que perguntei? Porque hoje, em dois mil e dezoito, é muito fácil justificar o que se fez em dois mil e

catorze e o que não se fez, porque já passaram quatro anos. E, por isso, pode vir aqui outra vez explicar o quão incrível foi este negócio, que foi ficarmos com o lixo do Porto. Pode vir explicar de novo, porque acho que mais nenhum Deputado naquela sala via acreditar em si”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que a Sr^a Deputada Bárbara veio muito agitada dos transportes urbanos, porque, também, andava de transportes urbanos e não ficava assim. E, por isso, ficava-lhe bem pedir desculpa, porque sabia e bem que andava, também, de transportes públicos. Essas acusações eram feias. Em relação à questão concreta, era importante dizer, ali, e era isso que gostava de sublinhar, era que o POSEUR era uma oportunidade de aquisição de equipamentos de primeira linha. Município estava a aproveitar, estava a aproveitar bem. Se não houvesse esse segundo aviso, já vinham catorze autocarros na aquisição que, hoje, ali, estavam a votar. E esse era, de facto, um elemento importante. E gostava de fazer, ali, uma referência ao Deputado Pedro Sousa, porque o facto de uma pessoa dominar algumas pessoas, significava que se preparava para elas. E, quando, ali, falavam de alguns temas, significava que tinham como pressuposto, que se leram aprofundadamente os documentos e a análises de referência que se faziam para o setor. E se tivesse refletido sobre essas matérias e tivesse lido a documentação com atenção, perceberia que o gás de dois mil não era o gás de dois mil e dezoito. E o GNC, o gás comprimido, era uma realidade completamente diferente, completamente na primeira linha e competia com o elétrico, ao nível da fiabilidade. Mas, a prova provada, que julgava, não as suas palavras, mas que iriam, com certeza, convencer o Sr. Deputado, era que o novo aviso do POSEUR colocava o GNC, o gás, no mesmo plano que o elétrico.” Por isso, não sei se tem algum trauma com o gás dos TUB, que vieram com aqueles autocarros, que

tiveram que ser devolvidos por inteiro, porque esses sim, tiveram um mau resultado e todas as viaturas daquele lote, tiveram que ser devolvidas. Provavelmente, essa terá sido uma aquisição, menos bem pensada ou menos bem acautelada, que obrigou à devolução da encomenda por inteiro”. Para o POSEUR e o Governo estarem a validar, no mesmo patamar que os elétricos, aquele tipo de equipamento, e já o fez e anunciou era, seguramente, uma notícia tranquilizadora, para o Sr. Deputado Pedro Sousa, porque os demais não estavam preocupados com isso. E, sobretudo, era a garantia, que aquele gás, não tinha a ver com o gás a que se referiu, que era o gás de dois mil. E, por isso, importava, hoje, ali, sublinhar era que naquele percurso de governação do Município, os TUB, em todas as frentes, estavam a progredir. Iriam fazer a aquisição de um terço de renovação da sua frota e que isso, naturalmente, iria significar um reforço do investimento do Município, mas estava a fazê-lo de forma adequada. Os apoios necessários, corresponderiam à transferência de recursos do Município, para os TUB, não ficavam lá sete milhões de calote a marinar, à espera que algum dia, alguém no futuro, resolvesse os problemas. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para apresentar algumas notas breves sobre algumas considerações que, ali, foram feitas e sobre outras que não foram feitas, mas que, se calhar, seria quase tão legítimo e desejável que fossem feitas, também. A primeira das quais, aquilo que era verdadeiramente estrutural. Achava importante que todos tivessem consensos e posições consonantes sobre as mais diversas matérias e achava que se havia uma dimensão em que só por má fé, ou por total ignorância, não se podia convergir na opinião, na consciência de que, hoje, os transportes urbanos estavam a ser muito melhor geridos e a prestar um serviço muito mais cabal à população, que

era reconhecido por esta, na adesão crescente e única, a nível nacional, que tinha feito aos transportes urbano, do que estava há quatro ou cinco anos. E, portanto, isso devia ser absolutamente inquestionável e devia ser motivo de regozijo, para todos os que estavam, ali, presentes e para todos os Bracarenses, que beneficiavam com esse serviço melhorado, que tinha sido feito pelas mais diversas formas. A herança, o Deputado João Granja já tinha feito um enunciado num role muito relevante de dimensões financeiras, dimensões infraestruturais, além da questão da frota circulante, todos sabiam quais eram as condições em que estavam a trabalhar os TUB. Não foi por acaso que no passado se tentou permutar ou alienar aquelas mesmas instalações, por não terem condições para o respetivo funcionamento. E não foi por acaso, também, que já este Executivo optou por transacionar o bairro da Ponte dos Falcões para poder, aí, fazer a ampliação do parque das oficinas e do funcionamento da garagem dos transportes urbanos. E, obviamente, que esse era um caminho que demorava tempo, que esgotava recursos, mas que, obviamente, ia produzindo resultados e resultados muito sensíveis, pela generalidade da população. E recordava que nestes últimos quatro anos, o número de passageiros dos transportes urbanos, sem qualquer tipo de agravamento das tarifas, foi de catorze por cento. Era algo absolutamente inédito, a nível nacional, nem os muito financiados transportes de Lisboa e do Porto conseguiram algo semelhante, bem pelo contrário, registaram, até, queda do número de passageiros, ao contrário do que aconteceu nos transportes urbanos e isso, obviamente, deixava-os muito satisfeitos, sem os desincentivar de continuar nessa senda de melhoria e de ultrapassagem dessas grandes barreiras, que tinham pela frente. Havia, ali, depois, duas ou três imprecisões que importava fazer. A primeira, relativamente a uma afirmação, ainda na última intervenção da Deputada Bárbara Barros, quando dizia que as

viaturas que foram adquiridas aos STCP, eram viaturas que estavam a caminho da sucata do Porto e que as compraram apenas porque o Porto não as queria. Não era verdade. Aliás, isso estava devidamente documentado e foi aquilo que desencadeou a iniciativa dos Transportes Urbanos de Braga nessa matéria. Os STCP tinham material circulante em excesso, face ao número de motoristas. Aliás, foi algo que indignou muitos sindicatos afetos ao PCP, que consideraram que os STCP em vez de estarem a contratar pessoal para ter capacidade de resposta para a utilização dos autocarros que tinham disponíveis, preferiram alienar, e isso foi muito criticado, na altura, preferiram alienar os autocarros a Braga e fazê-lo, segundo esses mesmos responsáveis sindicais e alguns representantes do pessoal do STCP, ao desbarato face ao valor dos autocarros. Aproveitou Braga aquilo que o Porto não quis e esses autocarros vieram nas condições funcionais. Aliás, obviamente que autocarros com problemas, até carros novos, às vezes, tinham ocorrências, quanto mais autocarros com a idade que aqueles tinham. E, portanto, não era por arder um autocarro, ou por ter uma avaria, que se considerava que a opção não era a melhor que aquela que tinham em funcionamento com autocarros com quase trinta anos de vida, a poluírem a nossa cidade e a não garantirem a fiabilidade do serviço, que era prestado à população. E essa era a questão crítica, quando, ali, se falava da estratégia. Achava, no mínimo, curioso, que aqueles, que, até, naquela Assembleia, muitas vezes rotularam alguns responsáveis dos TUB de lunáticos e de pessoas absolutamente pretensiosas, no seu domínio da política de mobilidade e de transportes, hoje, se revissem, naquilo que eram as suas opiniões, como sendo o referencial dos especialistas dos transportes públicos. Não era, minimamente, coerente. Achava que, no fundo, era demonstrativo de um oportunismo que não era sério, no mínimo, sobre aquilo que era a conduta e as opiniões que os

próprios partidos deviam ter, de uma forma estável e consolidada, sobre cada uma das matérias e sobre cada um dos protagonistas, também. Em todo o caso, o que estava, ali, em causa, não era um inverter de estratégia. A sua estratégia estava definida, renovar a frota para garantir a substituição das viaturas mais idosas e mais poluentes, por viaturas amigas do ambiente, mais qualificadas e mais económicas. O, obviamente, que, se num determinado momento, suspenderam, reduziram aquilo que era a intensidade de utilização de viaturas elétricas, não foi por qualquer razão absurda, não foi por qualquer preconceito ou por qualquer capricho da Administração dos Transportes Urbanos, foi com base em dados muito concretos, que se evidenciavam em todas as outras localidades, em que estavam a ser utilizados. Já, ali, há pouco, o Deputado João Granja referiu, que em dois mil e dois, quando a Câmara Municipal e os Transportes Urbanos adquiriram seis viaturas híbridas, para as colocar ao serviço dos TUB, o grau de imobilização dessas viaturas, foi de sem por cento. Tiveram que ser devolvidas, porque não correspondiam, minimamente, às condições de funcionamento e, na altura, foram substituídas por viaturas a gás. No Porto, dos centos e oitenta e oito veículos que, entretanto, foram adquiridos, quando, finalmente, foi munido do pessoal necessário, os STCP, para fazer face às necessidades da população, desses cento e oitenta e oito veículos, só quinze eram elétricos. E desses quinze, curiosamente, não seria por acaso, apenas quatro estavam, verdadeiramente, em funcionamento e a ser utilizados pelos transportes públicos. Na vizinha cidade de Guimarães, que era candidata, ou foi até bem recentemente a cidade verde europeia, portanto, altamente focada nas preocupações ambientais, dos quarenta autocarros que a ARRIVA tinha em funcionamento nos transportes que prestava à população de Guimarães, apenas um era um veículo elétrico. Em um e outro caso, aquilo que se tinha evidenciado,

era que os autocarros elétricos, que eram uma tecnologia, como referiu, que estavam em maturação, que estavam em desenvolvimento e aperfeiçoamento, por parte dos seus produtores, todos eles tiveram problemas de bateria, que limitaram a sua autonomia, reduziram a fidelidade do serviço e, obviamente, que causaram dificuldades de operação a essas empresas. E era precisamente, por isso, que a Câmara Municipal estava a apostar nos autocarros a gás natural comprimido e que, recordava, iria conseguir, num curtíssimo espaço de tempo, com um fortíssimo esforço financeiro, apesar de todas aquelas condicionantes, renovar trinta por cento da frota e colocá-la, totalmente nova, o que bastava fazer as contas, e a Deputada Bárbara tinha estado tão especialista em fazer contas, se olhassem para aquelas trinta viaturas, naturalmente, que a idade média que tinham na frota, iria reduzir-se, substancialmente, ao longo dos próximos quatro anos. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezassete abstenções. PONTO NÚMERO ONZE – PROPOSTA DE ADESÃO AO ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de onze de junho do ano em curso, relativa à proposta de adesão ao ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DOZE - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE MIL CENTO E SETENTA METROS QUADRADOS – CENTRO SOCIAL “ALDEIA DA GENTE PEQUENA”, SITA NO LUGAR DO TOURIDO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE - LOTEAMENTO NÚMERO OITENTA E TRÊS BARRA NOVENTA E CINCO.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a

*deliberação aprovada pelo Executivo, em reunião de dezanove de fevereiro do ano em curso, em que o Centro Social “Aldeia da Gente Pequena”, solicita a cedência de terreno para a implantação de uma creche no terreno cedido ao domínio público municipal, para equipamento e zonas verdes, no âmbito da operação de loteamento titulada pelo alvará número oitenta e três barra noventa e cinco, em nome de Jerónimo Machado Morais de Sousa Louro e outra, sito no lugar de Tourido, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe. **Retirado da Ordem de Trabalhos, por decisão da Câmara Municipal de Braga. PONTO NÚMERO TREZE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, PARA UTILIZAÇÃO E GESTÃO DA PISCINA MUNICIPAL DAS PARRETAS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte e oito de maio do ano em curso, relativa ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para utilização e gestão da piscina municipal das Parretas, pelo período de um ano. Posta à votação foi a referida proposta aprovada com duas abstenções. **PONTO NÚMERO CATORZE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de vinte e nove de março e de dezasseis de abril*

do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação do pavimento na rua do Assento até à Cachada – construção de muro de suporte e reperfilamento da plataforma na rua da Cachada”, no montante de seis mil trezentos e oitenta e três euros e dez cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e repavimentação da travessa das Quebradas – Escudeiros”, no montante de vinte e oito mil seiscentos e quarenta e três euros e seis cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua das Retortas”, no montante de vinte e três mil oitenta euros e quarenta e quatro cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Balneários do Parque Desportivo de Escudeiros”, no montante de quinze mil oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Pontão na rua do Pregal – Este S. Mamede”, no montante de setenta e sete mil oitenta e seis euros e trinta e oito cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Infraestruturas elétricas – rua das Violetas”, no montante de catorze mil cento e quarenta e seis euros e noventa e sete cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Infraestruturas elétricas – requalificação do espaço público – largo de Santo Estevão”, no montante de onze mil setecentos e oitenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos; Oito - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Rede de águas pluviais no caminho municipal mil trezentos e três em Arentim”, no montante de cento e

doze mil cento e noventa e três euros e quarenta e três cêntimos; Nove - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Beco da Reigada – Crespos”, no montante de nove mil trinta e dois euros e setenta e nove cêntimos; Dez - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Muro de suporte na rua Caminho de Santiago – Escudeiros”, no montante de oito mil quinhentos e sessenta euros e quarenta e três cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua do Outeiro – acordos de cedência”, no montante de cinco mil cento e oitenta e quatro euros; Doze - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Requalificação da travessa de Silvares”, no montante de trinta e dois mil duzentos e oito euros; Treze - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Construção de rede de águas pluviais na rua Alto do Pedregal”, no montante de dezasseis mil quatrocentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Construção de muro de suporte na rua Principal de Carcavelos”, no montante de dezassete mil quarenta euros e trinta e um cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, para a execução da obra denominada “Requalificação do bar da piscina de Nogueira”, no montante de quinze mil duzentos e oitenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos, com IVA incluído; Dezasseis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Travessa do Montinho – Crespos”, no montante de cinco mil quatrocentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos, com IVA incluído; Dezassete - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Caminho dos Calvários – Crespos”, no montante de doze mil trezentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, com

IVA incluído; Dezoito - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Calçada do Montinho – Crespos”, no montante de oito mil quatrocentos e sessenta e sete euros e catorze cêntimos, com IVA incluído e Dezanove - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Travessa da Tomada – Crespos”, no montante de dez mil trezentos e vinte euros e setenta e seis cêntimos, com IVA incluído. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para apresentar uma **Declaração de Voto**, que tinha a ver com o facto de os Deputados do Bloco de Esquerda, que já, por várias vezes, se abstiveram, pelo facto de àquela Assembleia chegarem, por vezes, proposta que não eram suficientemente fundamentadas, nem conhecidas da própria Assembleia. Portanto, era importante que os projetos fossem parte integrante dos contratos. E essa preocupação não só se relacionava com a necessidade de transparência, quanto ao destino das verbas que a Câmara atribuía às freguesias, como, também, à constatação de que não havia planeamento, quanto às necessidades financeiras. Sempre disseram que deveria de haver um orçamento a partir das próprias Juntas de Freguesia a ser apresentados à Câmara e à Assembleia, de modo que houvesse esse planeamento e fosse fundamentado. Além disso, consideravam que os milhões que, por vezes, eram dados às Juntas de Freguesia, obedeciam mais a critérios clientelares de procura de apoios que, depois, evidentemente, tinham os seus dividendos, em termos eleitorais. E isso não lhes parecia muito transparente na vida democrática. **PONTO NÚMERO QUINZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de

dezanove de março e de dezasseis de abril do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra denominada “Colocação de columbários no cemitério de Nogueiró e Tenões”, no montante de dez mil cento e setenta e seis euros; Dois - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a execução da obra denominada “Iluminação de túnel – passagem pedonal sob a Variante do Cávado”, no montante de quatro mil duzentos e cinquenta e cinco euros e oitenta cêntimos, com IVA; Três - Junta de Freguesia de Lamas, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Quatro - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Cinco - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Seis - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Sete - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Oito - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Nove - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Dez - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado ao fornecimento de

hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Onze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Doze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Treze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, destinado ao fornecimento de hipoclorito para a piscina, no montante de novecentos e cinquenta e cinco euros; Catorze - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a execução da obra “Balneários que servem de apoio aos varredores que operam na freguesia”, no montante de seiscentos e sessenta e sete euros e trinta e oito cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar a execução da obra “Arranjo do recreio da EB um de Fradelos para posterior colocação de baloiços”, no montante de quatro mil duzentos e trinta e sete euros e oitenta e oito cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a execução da obra “Arranjos elétricos e de pichelaria”, no montante de dez mil quatrocentos e trinta e três euros e noventa cêntimos com IVA incluído; Dezassete - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a execução da obra “Grade de proteção na travessa da Ponto do Porto – Pousada”, no montante de três mil cento e noventa e oito euros; Dezoito - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a execução da obra “Centro Cultural – Equipamento – Cabreiros”, no montante de doze mil dezanove euros e cinquenta e um cêntimos e Dezanove - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar o “Primeiro Sol de Cordas Fest”, no montante de mil euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções. PONTO NÚMERO DEZASSEIS – DESIGNAÇÃO DE UM**

REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA. A **SR^a: PRESIDENTE DA MESA** informou da apresentação de uma **proposta do Grupo Municipal do P.S.D.**, designada por **lista A**, indicando como **membro efetivo o Sr. Deputado João Alberto Granja dos Santos Silva** e como **membro suplente o Sr. Deputado do P.S., João Paulo Carvalho Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar.** Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e seis votos a favor; com onze votos brancos e com um voto nulo.** **PONTO NÚMERO DEZASSETE – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal a designação de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), número um, do artigo terceiro D, do Decreto-Lei número cento e vinte e quatro barra dois mil e seis, de vinte e oito de junho, com as alterações introduzidas pela Lei número setenta e seis barra dois mil e dezassete, de dezassete de agosto. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** informou existir uma proposta que seria designada por **lista A**, propondo o **Sr. Presidente da União de Freguesias de Este São Pedro e Este São Mamede, Manuel António Veiga de Carvalho**, como representante. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e três votos a favor; com treze votos em branco e com dois votos nulos.** **PONTO NÚMERO DEZOITO - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal a

designação de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i), do artigo quadragésimo primeiro, da Lei número oitenta barra dois mil e quinze, de três de agosto (Lei de Bases de Proteção Civil). A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** informou existir uma proposta que seria designada por **lista A**, propondo o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, Ricardo Jorge Pereira da Silva**, como representante. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** informou existir uma proposta que seria designada por **lista A**, propondo o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, Ricardo Jorge Pereira da Silva**, como representante. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e cinco votos a favor; com onze votos em branco e com dois votos nulos.** **PONTO NÚMERO DEZANOVE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E CONTAS DE DOIS MIL E DEZASSETE DAS EMPRESAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os Relatórios de Gestão e Contas do ano de dois mil e dezassete das Empresas Municipais: Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.; Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.; InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. e AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA**

MARIA DA COSTA E CRUZ, para referir que se apresentavam hoje os relatórios trimestrais de execução orçamental referentes ao primeiro trimestre de dois mil e dezoito das quatro empresas municipais existentes no concelho de Braga. Os relatórios agora em discussão cumpriam, no fundamental, os quesitos que lhe eram exigidos nos termos da lei. Todavia, uma análise mais detalhada dos mesmos permitia concluir que havia omissão de informação que seria muito importante para a análise dos mesmos e para conhecer as opções políticas sobre essas empresas! Iniciava então a análise empresa a empresa. A análise do relatório da InvestBraga- Agência para a Dinamização Económica, permitia concluir que a empresa, comparativamente com o período homólogo, diminuiu consideravelmente a sua atividade, a qual não era alheia ao facto de terem decorrido as obras de requalificação e, conseqüentemente as receitas nas rubricas das feiras / exposições e da feira semanal. A este propósito, aproveitavam para deixar claro que, tal como haviam dito, o Presidente da Câmara não cumpriu com aquilo que tinha prometido aos feirantes, que era de regressarem ao local onde a Feira de Braga se realizava mal as obras de requalificação do PEB, agora Fórum Braga, estivessem terminadas! Mais! Na altura em que foi encontrada a solução que hoje queriam que fosse permanente, inclusive perante os vários protestos dos feirantes, a CDU propôs que se investisse naquele local para criar as condições necessárias para a feira, mas responderam-lhes que, como era uma localização temporária, não faria sentido investir ali! Ficaram a saber por um órgão de comunicação social local que afinal seria feito um investimento de quatrocentos mil euros no sopé do Picoto, onde se pretendia manter a feira, quando as condições ideais sempre estiveram reunidas no Fórum e, inclusivamente, a realização da feira semanal estava prevista no caderno de encargos da obra! Perante os protestos dos feirantes, o

Sr. Presidente garantiu-lhes que este local seria temporário, permitindo até aos feirantes que, assim o desejassem, pudessem suspender as suas licenças, já que consideravam que não tinham condições suficientes para o exercício da sua atividade! Vinha agora o Sr. Presidente da Câmara dar o dito por não dito, mas a verdade era que não havia justificação que chegasse para apagar o facto de ter falhado com a palavra a estes comerciantes! E isto não era, como dizia, benéfico para todas as partes envolvidas, apenas para duas: a InvestBraga e a Câmara Municipal. Mais uma vez, os interesses dos feirantes ficaram para segundo plano. Na mesma notícia, ficaram também a saber da intenção de concessionar o estacionamento do Fórum Braga, a título permanente. Sr. Presidente da Câmara: não, não era normal a cobrança de estacionamento em locais de eventos com esta dimensão: eram opções! Opções políticas que definiam bem de que lado insistia em ficar esta maioria! Em termos dos profissionais da InvestBraga, registava-se o “decrécimo nos gastos com pessoal, tendo-se situado em três vírgula zero quatro por cento relativamente ao período homólogo”. Ora, aqui estava uma informação omissa! Nada era dito sobre os motivos para tal decréscimo! Foram trabalhadores que saíram e não foram substituídos? A bem da tão propalada “transparência” que o executivo municipal tão frequentemente apregoava, seria importante que fosse dada essa informação e explicação! Mas, sobre esse esclarecimento, nada! E, ainda, no capítulo dos trabalhadores nada era dito – bem o sabiam porque não era mencionado - que a InvestBraga não estava a aplicar as trinta e cinco horas semanais aos trabalhadores, violando um direito que lhes era devido. Aliás, importava dizer que nem sequer estava a aplicar o horário de redução gradual da estratégia que a CMB apresentou no início do mandato. Estratégia que, como oportunamente a CDU denunciou, visou apenas cavalgar, na sua tomada de posse, na mais do que justa luta dos trabalhadores

pela aplicação das trinta e cinco horas a todos os trabalhadores do universo municipal, independentemente do tipo de vínculo. Para a CDU era de elementar justiça que a estes trabalhadores fossem aplicadas as trinta e cinco horas! E para todos e já! Seria, pois, importante que a maioria no executivo municipal explicasse a razão desta empresa não estar a aplicar as trinta e cinco horas. Por que era esta empresa uma exceção no universo das empresas municipais? O documento sobre o Theatro Circo era muito sucinto e apenas focava os dados relativos a gastos e rendimentos. Os primeiros estavam, como era dito no relatório, “em linha com o estimado para este período” e os segundos registavam um aumento de “quase cinco pontos percentuais acima do previsto”, que resultavam, no essencial, das “receitas de bilheteira”. Sobre este aumento das receitas de bilheteira, seria importante que fosse dada a informação mais detalhada da mesma. Ou seja, este aumento decorreu do crescimento de público e, concomitantemente, crescimento do número de participantes nos espetáculos? Ou resultou do aumento do custo da bilhética? Se era verdade que no relatório de execução não era mencionada a situação dos trabalhadores desta empresa, a leitura de um outro relatório de execução, nomeadamente o relativo ao quarto trimestre de dois mil e dezassete, permitia saber que, pesasse embora tivesse sido elencada a necessidade da contratação de um trabalhador para “integrar o projeto educativo”, este ainda não foi contratado. Sobre esta matéria, Sr. Presidente, quando iria ser contratado este trabalhador? Chegados à TUB-Transporte Urbanos de Braga- constatavam mais do mesmo, isto é: protelamento de investimentos e ausência de um plano estratégico para a empresa. Tal como nos demais relatórios, nada se dizia sobre a política de mobilidade do concelho. Não interessava ser dita, porque não havia propaganda que conseguisse esconder as opções políticas do executivo para esta área. Não havia propaganda

que escondesse que os utentes dos transportes públicos pagavam demasiado para o serviço de que usufruíam, com uma frota francamente envelhecida e com uma falta de planeamento visível no que à sua renovação dizia respeito, como já tiveram hoje oportunidade de denunciar. Um serviço marcadamente assimétrico, que não conhecia nenhum projeto ou estratégia concreta que pudesse dar resposta às necessidades das populações das freguesias fora da cidade, nem de estratégia de funcionamento em rede dentro do centro, como tantas vezes já propuseram, baseada num estudo que possa otimizar a circulação de autocarros no concelho. Serviço que, aos fins-de-semana e feriados, era significativamente reduzido, cujos horários não permitiam sequer cumprir as expectativas de quem já usava os transportes públicos, quanto mais incentivar à sua preferência! “Veja-se, a título de exemplo, a requalificação da Rua Nova de Santa Cruz, cujo um dos objetivos estratégicos seria de valorizar a circulação de transportes públicos e de meios suaves de transporte, e que acabou por ver diminuída a circulação de autocarros, já que agora esta só se faz num sentido em grande parte da rua! Não será esse o principal objectivo de uma empresa de transportes urbanos? Melhorar a qualidade do seu serviço? Melhorar a oferta de um serviço público que sirva, de facto, às populações? Que incentive a utilização de transportes públicos e contribua para a diminuição do recurso à utilização do automóvel?” Passavam à análise do relatório da Bragahabit, onde sobressaía, aliás, como tinham vindo a denunciar há vários anos, a consolidação desta empresa municipal como uma empresa fornecedora de refeições escolares, protelando para segundo plano o apoio social de molde a atenuar os múltiplos problemas sociais com que os munícipes estavam confrontados, designadamente, na habitação. “Sr. Presidente da Câmara Municipal, são os números apresentados no relatório que confirmam o que acabamos de afirmar. Há ainda

um dado que importava esclarecer perante esta Assembleia. Por que razão, num contexto de tamanha escassez de habitação e com tantos munícipes a necessitarem de casa, a Bragahabit vendeu uma habitação e, segundo é mencionado no relatório, prevê alienar mais duas? Importava também que aqui fosse clarificado em que ponto estão as requalificações dos bairros sociais que foram anunciadas! Quando começam? Porque estão atrasadas? Quando poderão ser estendidas aos bairros que ficaram de fora? Sobre a Ponte dos Falcões, como está a ser resolvido?” Por fim, a Agere. Havia um dado, mais um, que não foi explicado. Segundo o relatório, no primeiro trimestre houve uma diminuição de dez trabalhadores comparativamente com o período homólogo. Nada era referido sobre os motivos da saída destes trabalhadores, quais os setores de onde saíram, assim como não era mencionado se iam ser substituídos. Talvez, em nome da tão famigerada transparência, seria relevante esta informação, tendo em conta ainda em conta as denúncias que a CDU tinha vindo a fazer desde o início do primeiro mandato desta maioria, da insuficiência de trabalhadores em setores como a varredura e das consequências na falta de limpeza nas freguesias e nas ruas da cidade, comprovadas por qualquer bracarense. Constatava-se, também, o recurso sistemático da rubrica fornecimento de serviços externos, sendo esta rubrica a principal responsável pelo aumento da execução orçamental. O estudo da execução trimestral do plano plurianual de investimentos revelava a excessiva dependência dos fundos comunitários, pelo que na ausência ou atrasos na disponibilização dos mesmos registava-se uma desaceleração na realização de investimentos. Sobre isto, o relatório era claro, sendo assumido que “durante o primeiro trimestre os investimentos realizados direcionaram-se mais para suprimir necessidades mais urgentes, retardando um pouco outros investimentos que embora importantes não se revestem de carácter prioritário”. “A CDU

*continua a rejeitar a privatização da Agere e reafirma que entregar competências municipais a entidades privadas degrada a qualidade dos serviços prestados, com custos mais elevados para os municípios, aliás, como sabem e sentem os munícipes de Braga. As empresas municipais foram criadas, no entendimento da CDU, com o propósito permitir condições mais favoráveis para que as autarquias locais pudessem realizar automaticamente a gestão de algumas das suas atribuições, em termos que, permitindo uma análise clara dos respetivos proveitos e custos, conduzam não só a uma maior transparência perante os utentes como a uma melhor fundamentação das opções de gestão que incumbem às autarquias. Porém, sucessivas alterações legislativas potenciaram a proliferação de empresas municipais, a integração de capital privado, a inexistência de controlo dessas empresas municipais pelos órgãos municipais, o esvaziamento de competências dos municípios e o favorecimento do clientelismo. Caminho este que rejeitamos! O caminho que é preciso fazer é assegurar o carácter público dos serviços prestados pelos municípios e o reforço do poder local democrático, com capacidade de resposta eficiente na resolução dos problemas das populações". De seguida interveio o **Sr. Deputado do B.E., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para dizer que lhe permitissem que de entre as várias empresas municipais, salientasse, ali, a Bragahabit. Para já, o BE considerava que, aquela função, que era uma empresa pública, obviamente, empresa municipal, mas que deveria ser empresa pública diretamente da responsabilidade da Câmara, dado que a habitação, sobretudo, para os grupos sociais carenciados, deveria ser um primeiro direito, tal como dizia a Constituição, no seu artigo sessenta e cinco, que lhe parecia ser totalmente transparente a esse respeito. Perante essa situação, cria que o Município não tinha assumido como prioridade o investimento na habitação*

básica, preferia que fosse aquela a denominação do que habitação social, que quase tinha um sentido quase de exclusão social, mas cria que entre os vários bairros, Santa Tecla, o que lhe parecia mais flagrante e podia dizer, neste momento, com algum conhecimento de causa, que o bairro que era uma vergonha para o Município de Braga, era o bairro do Picoto. E havia que haver alguma coragem, para resolver esse problema, não os colocando, novamente, como um gueto, mas encontrando uma solução para aquela comunidade que foi para ali desterrada, deslocada. Era certo que houve um pedido, ao tempo do Presidente Mesquita Machado, de quatrocentas ou quinhentas assinaturas, para que aquela comunidade fosse segregada espacial e socialmente e, isso, foi, e facto, um erro na génese do bairro. Cria que foi reconhecido mais tarde. E, aliás, como uma vigilância policial, como se automaticamente, todos os ciganos fossem traficantes. Essa era uma génese que deveria ser reparada, neste momento, a tê-los, ali, noutro local, melhor dito noutro local, porque aquele bairro, segundo os próprios habitantes, não tinha solução. Porquê? Porque a humidade, a própria construção das casas, em altura que não tinha, sequer, lugar para colocar uma cama, muitas vezes, e os idosos de sessenta, setenta e oitenta anos, tinham que descer pelas escadas e muitas das vezes com perigo de algum risco, em termos de vida. Achava que era altura de o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara em geral e a Assembleia Municipal, terem presente que era necessário encontrar uma solução que fosse interétnica, que permitisse que ciganos e não ciganos pudessem viver na cidade, com dignidade e com uma habitação digna. E quando ouviu o Sr. Presidenta a dizer que a feira poderia ser no sopé, contrariando, de facto, uma promessa, do Picoto, ficou a perguntar porque era que a Câmara não tinha uma ideia central e dizer “vamos baixar de quota aquele bairro, construir um bairro de raiz, em que haja outras atividades, obviamente, não só de habitação, que

*permita ter vida e ter gente e conviver do ponto de vista social e interétnico, duma maneira que supere os preconceitos a este respeito desta minoria.” Era uma obra fundamental e essa negociação, supunha, com a arquidiocese poderia ser muito importante para a própria Câmara e para ter, ali, uma solução que dignificasse o concelho de Braga e, em particular a presença da Câmara. Gostava que existisse esse arrojo, essa capacidade de resolver e dar como prioridade não só àquela minoria, mas, também, a outros cidadãos que estavam naquele e noutros bairros, em necessidade. Só dali a quinze ou vinte anos as quarenta famílias existentes no bairro do Picoto teriam uma casa. Gostava que fosse claro a esse respeito. O que pensava o Sr. Presidente da Câmara naquele bairro ou que soluções tinha para aquela situação. Parecia-lhe importante que o investimento fosse feito numa outra base, tendo em conta a dignidade da pessoa humana e, sobretudo, o direito constitucional à habitação básica. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para começar por revelar que iria intervir em bloco sobre o ponto vinte e os pontos seguintes, focando algumas notas e algumas questões que lhes pareciam importantes. No cômputo geral da análise da prestação de contas verificaram que nos documentos apresentados de ano para ano, tinha-se verificado, quer um aumento da propaganda, quer, também, uma apresentação cada vez menos dos assuntos, das matérias, das áreas, que realmente importavam à cidade e aos Bracarenses daquela que era a utilização e a boa gestão dos impostos de todos e dos dinheiros públicos. Sobre o Theatro Circo, uma nota positiva, que o Partido Socialista não poderia deixar de realçar, porque era, também, quando assumiam o lado bom da moeda, que podiam criticar o lado mau da moeda, dizer que apresentaram um resultado positivo de trinta e sete mil euros, o que representava de uma forma clara uma melhoria do desempenho económico e financeiro. E era,*

também, a empresa de todo o universo municipal, que apresentou contas mais transparentes, cumprindo o que eram todos os desideratos legais, tudo o que eram as boas orientações, em termos de despesa pública. E, portanto, não poderiam de forma séria, no contexto em que travavam o combate político, deixar de elogiar esse facto. Por outro lado, tinham factos negativos e factos que os deixavam mais insatisfeitos e que não poderiam deixar de levar à Assembleia Municipal. A InvestBraga apresentou um resultado negativo de duzentos e trinta e dois mil euros. E, na verdade, o potencial de dinamização económica de Braga que tanto propagava, faltava, ainda por quantificar. Das suas contas ressaltavam muita propaganda da sua atividade, mas muito poucos resultados concretos e palpáveis. Aliás e ao contrário do que ali já disse sobre o Theatro Circo, a InvestBraga, tal como o PS denunciou em anos anteriores, não primava por uma exigência de transparência, que era aquela que devia ser apanágio da vida pública e das empresas públicas, nomeadamente, neste caso, das empresas públicas municipais. Essa matéria já foi chamada a atenção no passado, em que as contas não se faziam acompanhar do relatório de certificação legal, nem do parecer do Revisor Oficial de Contas, que era obrigatório pelo princípio da transparência, nos termos da lei das finanças locais. Esse facto era, ainda, mais grave, uma vez que nos termos da lei cinquenta dois mil e doze, que regulava o regime jurídico da atividade empresarial local, as empresas locais deviam facultar de forma completa e atempadamente os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos e colegiais e essa violação do dever de informação era grave e podia no limite implicar a dissolução dos respetivos órgãos de gestão. A propósito, lembravam que as empresas municipais deviam apresentar resultados anuais equilibrados e que o não cumprimento dessas promessas podia, se levado ao extremo, ser objeto de deliberação de dissolução no prazo de seis

meses, sempre que se verificasse, nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração por parte da Câmara Municipal tivesse sido superior a cinquenta por cento das suas receitas ou ainda, quando se verificasse que nos últimos três anos, o valor do resultado operacional, era negativo, de acordo com o artigo sessenta e dois, da lei cinquenta dois mil e doze, que era a lei que regulamentava a atividade empresarial local. Sendo a InvestBraga uma empresa deficitária e dependente sobremaneira dos subsídios do Município para a sua atividade, acrescia que necessitava, ainda, de transferências do Município, para a cobertura dos resultados negativos e reposição do equilíbrio financeiro da empresa. Verificaram com preocupação e reforçavam, também, a preocupação lavrada pelo ROC nessa matéria, o que constava do parecer do mesmo. Que dizia que tendo a Câmara a obrigação de realizar as transferências para as empresas municipais, por fora a equilibrar as contas, quando os resultados eram negativos, não tinha tido esta Câmara Municipal a capacidade, nem a liquidez suficiente para o fazer. Sobre a Agere, até, porque atalharia um pouco sobre os Transportes Urbanos de Braga, porque já tinham discutido de forma mais aprofundada essa empresa, aquando da aprovação do contrato de financiamento, para a aquisição dos novos autocarros, eras a única empresa municipal que refletia uma boa situação económica e financeira, assim como já fez nota o Theatro Circo, que ali já saudou, apresentando um resultado líquido, em dois mil e dezassete, de seis vírgula dois milhões de euros. Salientavam, no entanto, que muita dessa performance resultava da falta de investimento, ficando esse muito abaixo do previsto, nomeadamente, em mais de cinquenta por cento, tendo em conta que dos sete milhões de euros, que estavam projetados em termos de investimento, apenas foram efetivamente investidos nos diversos serviços da empresa, cerca de três vírgula quatro milhões de euros. Não podiam, também, deixar de salientar os

serviços de higiene e limpeza, cujo o investimento previsto de dois vírgula três milhões de euros resultou em apenas setecentos e quarenta e sete mil euros. Sobre isso questionavam, ainda, se apenas foram gastos nesses serviços esses setecentos e quarenta e sets mil euros, porque reconhecia a empresa nas suas contas um subsídio, ao abrigo do contrato-programa, devido pelo Município de um vírgula sete milhões de euros. Convinha lembrar que aquele subsídio servia para compensar a Agere, pelos gastos na limpeza na cidade. Mais, ainda, e uma vez que não existia, pelo que sabiam, atualmente, contrato-programa, aliás, inexistindo esse desde dois mil e treze, verificaram que essa indemnização compensatória não estava refletida nas contas do Município, como, aliás, também, era suportado pelo relatório do ROC à auditoria feita às contas consolidadas do Município, sendo este parecer, um parecer emitido com um conjunto de reservas. Questionavam, também, o Executivo, então, sobre o famigerado contrato-programa submetido à apreciação do Tribunal de Contas e que, ainda, pelo que era do conhecimento público, não conheceu, nem mereceu o seu visto. Relembavam que a versão inicial do contrato-programa foi recusada pelo Tribunal de Contas e sofria de ilegalidades e de inconsistências à luz do relatório emitido pela ERSAR. Importava, então, perguntar se existia, ou não, hoje, um contrato-programa sujeito ao parecer do Tribunal de Contas. O PS, naturalmente, à luz das informações que hoje dispunha, reservava-se a duvidar da existência desse documento, lembrando que entre outras deficiências, a sua aprovação carecia de contabilidade analítica de suporte aos valores contemplados. Contabilidade essa, que não foi disponibilizada em nenhum dos documentos de prestação de contas da empresa. Essa contabilização dos gastos a imputar ao contrato-programa existia? Estava a ser implementada? Desde quando? Eram questões que deixavam. Na verdade, por falta da falta de visto do

contrato-programa de dois mil e treze, não foram aí submetidos a visto do Tribunal de Contas, os contratos-programa referentes a dois mil e catorze, dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e dois mil e dezoito. Tudo isso, apesar de a Agere, continuar a refletir nas suas contas, os subsídios que deveria estar a receber, por pagamento da assunção da responsabilidade das limpezas, pagamento esse feito pelo Câmara Municipal, ainda que não tivesse a legitimidade de continuar a fazer refletir nas suas contas os subsídios que deveria estar a receber ao abrigo desses mesmos contratos-programa, apesar de não ter, por inexistência do programa, a legitimidade para o fazer e mais grave, estar, por este motivo, a pagar dividendos por conta de resultados líquidos positivos, que estavam, naturalmente, face a essa circunstância, sobreavaliados com a contabilização de subsídios que, por sua vez, não estavam refletidos na conta da Câmara Municipal, como uma obrigação a pagar e que não tinha, como, já, ali, foi dito a aprovação necessária do Tribunal de Contas. Na verdade, existiam onze milhões de euros de dividendos retidos pela a Agere ao Município de Braga, logo, dinheiro de todos os Bracarenses, desde dois mil e treze, sob um suposto contrato-programa que ainda não mereceu a aprovação do Tribunal de Contas, até à data e sobre o qual tinham dúvidas sobre a sua atual existência. No entanto, todos os anos eram distribuídos aos investidores privados, a sua parte nos lucros, tendo sido, desde dois mil e treze, distribuídos cerca de sete milhões de euros à Geswater. O PS, na exigência que se impunha à transparência das contas das Empresas Municipais, solicitou aos órgãos de gestão da Agere e da InvestBraga a apresentação dos documentos em falta, nomeadamente, os Relatórios de Certificação Legal das Contas e o respetivo parecer do ROC. Continuariam, no futuro, a manter a linha da exigência, rigor e transparência na apresentação das contas aos órgãos municipais, na esteira dos valores que defendiam, que deviam

nortear a vida pública. Para terminar, o PS questionava, também, o Executivo da razão pela qual nenhum dos contratos-programa, para dois mil e dezoito, ter merecido, ainda, o visto do Tribunal de Contas ou desse visto não ser, ainda, conhecido dos restantes partidos, ali, representados. Esse facto constava dos relatórios trimestrais das empresas municipais, que apresentavam resultados operacionais negativos, por não terem recebido as indemnizações compensatórias, ao abrigo dos respetivos contratos-programa. Eram essas as questões que queriam deixar ao cuidado do Executivo Municipal. **PONTO NÚMERO VINTE E UM - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – QUARTO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSETE THEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A. (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresenta-se o Relatório trimestral de execução orçamental do Theatro Circo de Braga, E.M., S.A., referente ao quarto trimestre de dois mil e dezassete, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE E DOIS – CONTRATO-PROGRAMA DOIS MIL E DEZASSETE - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO - THEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A. (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresenta-se o contrato-programa de dois mil e dezassete – Relatório de Execução, relativo ao Theatro Circo de Braga, E.M., S.A., que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE E TRÊS - RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL-PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZOITO - EMPRESAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os Relatórios trimestrais de execução orçamental, primeiro trimestre de dois mil e dezoito das Empresas Municipais: IB – Agência

para a Dinamização Económica, E.M.; Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.; Transportes Urbanos de Braga, E.M.; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE E QUATRO – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para informar que a Comissão que presidia, merecia que, ali, fosse dizer que tinham trabalhado muito e trabalhado bem. Tinham trabalhado muito, porque já visitaram duas Empresas Municipais, a Bragahabit e a InvestBraga, e esta última, por duas vezes. E, também, tinham tido um trabalho de muita concertação, um trabalho partilhado, porque era um trabalho com a metodologia que poderiam acompanhar aquilo que era o trabalho das Empresas Municipais. Mas eram exigentes e iriam continuar com essa tarefa. Conforme foi mais ou menos previsto e, até, aprovado, a partir de setembro iriam visitar as restantes Empresas Municipais e debruçar-se-iam sobre algumas questões, que eram de relevante interesse para a economia deste concelho, como era, também, aquilo que eram as questões do turismo. Dizer que se tinha trabalhado e que iriam de férias, com a certeza que a partir de setembro iriam continuar a fazer a abordagem daquilo que eram as políticas das várias empresas e aquilo que eram os interesses relevantes para o Município, em termos de turismo e economia. Depois, foi a vez da **SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO** dizer que aquela era a

*segunda informação que ia prestar à Assembleia, relativamente à Comissão a que presidia. Até à data a Comissão já reuniu com os Senhores Vereadores Dr^a. Sameiro Araújo e Dr. Firmino Marques, que tinham pelouro no âmbito das competências daquela Comissão. A Comissão aprovou um conjunto de áreas, um conjunto de focos de zonas problemáticas, que seriam o seu ponto de interesse, durante este mandato. Elegeram quatro temas: a violência doméstica, as crianças e jovens em risco, a pobreza e a exclusão social e as questões da saúde. Iniciaram pela abordagem do tema da violência doméstica, tendo, neste sentido, já, reunido com a PSP e agendado encontros com a APAV, com a Cáritas, com a GNR e com o Gabinete de Informação e Acolhimento para a Igualdade, gabinete que iria ser visitado pela Comissão na próxima segunda-feira. Hoje, naquela Assembleia, iriam ter uma outra incumbência, porque iria descer à Comissão o Regulamento de Funcionamento dos Apartamentos de Transição. Esperavam ter condições, para, após novembro, apresentar àquela Assembleia, o relatório dos contactos e o relatório que iriam produzir sobre o tema “violência doméstica”, que iria, necessariamente, conter as suas preocupações, as preocupações sentidas e as recomendações que eram devidas. E não podia deixar, também era devido, um agradecimento à Comissão, pela capacidade de trabalho e pelo grande entusiasmo na abordagem daqueles temas. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para informar que reuniram no dia dois de julho, sendo a segunda reunião realizada, e que contou com a Senhora Vereadora da Educação e Cultura, Dr^a. Lúcia Dias. O assunto mais importante foi a abertura do ano letivo, que se focou no provável fecho de algumas escolas. O assunto já tinha sido, ali, abordado na primeira parte da Assembleia Municipal, sendo o mais complexo o da Escola do Coucinheiro, em*

Palmeira. Foi explicado que, numa primeira fase, não havia alunos. Depois apareceram quinze alunos e nessa medida, a Câmara Municipal, estava a estudar essa nova possibilidade de a Escola continuar, face ao aparecimento desses alunos. Deu-lhes a ideia de que seria uma abertura de ano letivo pacífica. Tinha havido, por parte da Senhora Vereadora, diálogo com os agrupamentos escolares, com as Juntas de Freguesia. As outras escolas que fechavam havia essa concordância, Vimieiro, Morreira, um jardim-de-infância em Mire de Tibães que passava para Ruães. Foi, também, abordada a questão das obras nas escolas e foi, também, abordada, ainda, a questão da cultura, um Deputado do PS teceu algumas considerações, sobre a Feira do Livro, sobre o processo de candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura. A Senhora Vereadora deu os esclarecimentos adequados. Já marcaram uma nova reunião, para o dia vinte e sete de setembro. Aliás, uma reunião sugerida pela própria Senhora Vereadora, que ia no sentido de analisarem, com o grupo que estava a trabalhar a Carta Educativa, terem uma segunda reunião que era fundamental, para perceber toda a rede, porque aqueles assuntos de fechados ou não de escolas, evidentemente, que se iriam colocar em torno da discussão da Carta Educativa. Na Comissão existia um ambiente agradável, produtivo e que se sentia esclarecida sobre as políticas educativas e culturais do concelho de Braga.

PONTO NÚMERO VINTE E CINCO – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos oito,*

nove, dez, onze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.

ENCERRAMENTO: *Às vinte e quatro horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de vinte de julho, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*